PROTOCOLO GERAL
Nº.....

ASSUNTO
Pregão Eletrônico SRP 5/2023
NUP 64125.000575/2023-01

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

VOL III

SALC – 2023

ASSUNTO: Eventual contratação de serviços de manutenção de embarcações

INTERESSADO: Sr. (a) Coordenador (a) Geral do Núcleo de Assessoramento Jurídico Geral da União.....
.....

ANEXOS: Constantes das Folhas deste Processo.
...../.....

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA		
1 CJU/AM			
2 Conformidade da 2ª Bda Inf Sl			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

DESTINO	DATA		
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			

FL Nº 401
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTIO DE SELVA

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME - III

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2023

UG 160515

Aos vinte e um dias de junho do ano de 2023, procedo a abertura do volume nº 03 (três), do processo NUP 64125.000575/2023-01, que inicia na folha 401.

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA – 2º Sgt
Pregoeiro

FL Nº 402
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTIO DE SELVA

ÍNDICE

DOCUMENTO	PÁGINA
Termo de Abertura	401
Índice	402
Minuta do Anexo I- Termo de Referência (continuação)	403-423
Aprovação Minuta - OD	424
Apêndide "A" ETP	425-547
Aprovação ETP - OD	458
Minuta Anexo II - Ata de Registro de Preços	459-462
Minuta Anexo III – Termo de Contrato	463-467
Minuta Anexo IV – MODELO – Termo de Adequação de Proposta com Custos	468-470
Minuta Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado -IMR	471-476
Minuta Anexo VI – Termo de Conciliação Judiciária	477-480
Justificativa para supressão/adequação - minuta de edital e anexos	481-484
Declaração de Uso dos modelos de minutas da AGU	485
Listas de Verificação CJU/AGU	486-499
Ofício de encaminhamento para CJU/AGU	500-502

São Gabriel da Cachoeira/AM, 21 de junho de 2023

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA – 2º Sgt
Pregoeiro

FL Nº 402.1
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTIO DE SELVA

ÍNDICE

DOCUMENTO	PÁGINA
Termo de Abertura	401
Índice	402
PARECER Nr 01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU	503
Termo de Adequação do Parecer Jurídico	524
Anexos do Termo de Adequação	533
Declaração de Disponibilidade Orçamentária	533
Justificativa para Supressão da Minuta	534
DIEx nº 135-SALC/Cia Sup/2º B Log Sl, pedido de informações para o requisitante	540
DIEx nº 110-COL/2º B Log Sl, resposta com a memória de cálculo	546
Justificativa exigências ambientais	560
Apêndice "B" do anexo I-TR	589

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA – 2º Sgt
Pregoeiro

		execução do serviço.								
VALOR TOTAL DO GRUPO VIII - AMPLA PARTICIPAÇÃO Valor do grupo maior que R$ 80.000,00								R$ 188.916,00		
72	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Yamaha, potência 200 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equival e a um serviço)	2	2	1	**R$ 19.929,00**	**R$ 39.858,00**	Exclusivo ME/EPP LC nº 123, de 2006	---
73	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 150 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equival e a um serviço)	2	2	1	**R$ 18.109,00**	**R$ 36.218,00**	Exclusivo ME/EPP LC nº 123, de 2006	---
74	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 90 a 115 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equival e a um serviço)	10	10	1	**R$ 18.018,00**	**R$ 180.180,00**	--	AMPLA PARTICIPAÇÃO
75	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 40 a 60 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equival e a um serviço)	10	10	1	**R$ 15.288,00**	**R$ 152.880,00**	--	AMPLA PARTICIPAÇÃO
VALOR TOTAL								**R$ R$ 4.852.614,73**		

VALOR GRUPO I (ITENS 1 a 26)	**R$ 1.582.386,73**
VALOR GRUPO II (ITENS 31 a 39)	**R$ 432.341,00**
VALOR GRUPO III (ITENS 40 e 41)	**R$ 269.178,00**
VALOR GRUPO IV (ITENS 44 a 47)	**R$ 994.000,00**
VALOR GRUPO V (ITENS 50 a 57)	**R$ 1.202.869,00**
VALOR GRUPO VI (ITENS 58 a 64)	**R$ 327.725,00**
VALOR GRUPO VII (ITENS 68 E 69)	**R$ 101.738,00**
VALOR GRUPO VIII (ITENS 70 e 71)	**R$ 188.916,00**

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção de embarcações.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5 O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1°, da Lei nº 8.666/93.

1.6 Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Termo de Referencia e a descrição publicada no sistema eletrônico COMPRASNET, prevalecerão as constantes desse Termo Referencia, apêndice deste Termo de Referência.

1.7 A participação nos Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 será ampla será ampla devido os respectivos valores serem acima de R$ 80.000. Para os itens 27, 43, 74 e 75 a participação será Ampla. Para os itens 28, 29, 30, 42, 48, 49, 65, 66, 67, 72, e 73 a participação é exclusiva para ME/EPP.

1.7.1 Justifica-se a não reserva de cotas em atenção ao art. 15, I, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A empresa contratada deverá dispor de estrutura física para fins de atendimento da Contratante, permitindo a boa execução do serviço a ser contratado. A estrutura física deverá possuir ambiente adequado para acondicionamento de pessoal, bem como instalações limpas e higienizadas. Em momento oportuno, disponibilizar todos os contatos necessários, visando viabilizar a comunicação com o Órgão contratante.

5.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e seus anexos, e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

5.1.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão definidos no item 23.

5.1.4. A Contratada responderá e será responsável pela prevenção de acidentes de seus funcionários, quando da realização dos serviços contratados, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente as determinações de segurança, e as medidas corretivas necessárias.

5.1.5. A Contratada será responsável pelo fornecimento e utilização de todos os equipamentos de proteção individual (EPI), e equipamentos de proteção coletivo (EPC), necessários a realização dos serviços, conforme a legislação vigente.

5.1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei nº 8.666/93.

5.1.7. A empresa contratada deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares;

5.1.8. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário. A convocação dos fornecedores será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a solicitação dos serviços, além da menção ao item a que se refere;

5.1.9. A empresa convocada, na forma do item anterior, que não comparecer no prazo estipulado para retirar a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital. A empresa fica obrigada em atender a todas as solicitações efetuadas após o recebimento da nota de empenho ou

seu substituto, mesmo que a entrega esteja prevista para data posterior ao seu vencimento;

5.1.10. Nos casos em que houver a impossibilidade da realização do serviço licitado, dentro do prazo estipulado, em decorrência de caso fortuito ou de força maior, a empresa deverá comunicar ao 2º Batalhão Logístico de Selva com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para a realização do serviço, apresentando os motivos e as devidas justificativas. A Administração analisará os motivos e as justificativas mencionadas pelo Contratado e, conforme o caso, poderá prorrogar o prazo anteriormente fixado.

5.1.11. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato. As quantidades dos serviços serão solicitadas de acordo com as necessidades do 2º Batalhão Logístico de Selva.

5.1.12. Nos preços deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega dos serviços ofertados, sem custo adicional para o 2º Batalhão Logístico de Selva;

5.1.13. Validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

5.1.14. Local de realização dos serviços: todos os serviços deverão ser realizados conforme especificados neste Termo.

5.1.15. Do prazo para a realização dos serviços: os serviços deverão ser realizados nos prazos especificados neste Termo, a contar do recebimento da nota de empenho e/ou mediante as solicitações que forem feitas à empresa, devendo ser apresentado no ato da entrega, a Nota Fiscal referente ao serviço prestado.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

6.2. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, **quando couber**:

6.2.1. Durante a execução do serviço de manutenção de embarcações, a contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.2.2. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

6.2.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

6.2.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte

geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

6.2.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

6.2.6. Atender os critérios de sustentabilidade ambiental pela Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001 e pela Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria às embarcações nas instalações do 2º Batalhão Logístico de Selva, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:30 horas às 16:00 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. Tal vistoria, se solicitada, deverá ser agendada com o servidor da administração, através dos seguintes contatos:

- Responsável: 2º Ten BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA

- E-mail: navflu@2blogsl.eb.mil.br

7.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria (facultativa) não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.6 A vistoria não será obrigatória.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços solicitados, serão prestados ao Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, que possui sede em São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, conforme a demanda apresentada.

8.1.1.1. Local de execução do serviço:

a. Local próprio da empresa contratada.

b. Poderão os serviços serem realizados nas instalações das Organizações Militares (OM) mediante autorização do Fiscal de Contratos, Fiscal Administrativo e Comandante da OM.

8.1.2. A entrega da embarcação para a manutenção será em dia e horário determinado no Termo de Contrato firmado entre as partes ou Ofício de Notificação do Fiscal de Contrato, ficando a Contratada responsável pelo transporte da embarcação até o local da realização dos serviços.

8.1.3. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, em comum acordo entre a Contratada e a Fiscalização, na forma que segue:

8.1.3.1 A solicitação de execução do objeto deste certame poderá ser feita em qualquer época dentro do período de vigência do Termo de Contrato.

8.1.3.2 A contratação do objeto desta licitação será efetuada por meio de nota de empenho, emitida pelo órgão do processo licitatório, contendo: o número do contrato, o nome da empresa, o objeto e sua especificação.

8.1.3.3 A Nota de Empenho será encaminhada via digital (e-mail) e/ou fax ao fornecedor que deverá acusar o recebimento assinando-a e devolvendo-a no **prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do seu envio.**

8.1.3.4. A Contratada deverá iniciar os serviços em **até 5 (cinco) dias**, após o recebimento da Nota de Empenho, que será enviada via e-mail funcional.

8.1.3.5 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento e as negociações para redução dos valores, aplicando-se as penalidades previstas neste edital.

8.1.3.6 Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às prescrições e recomendações do fabricante.

8.1.4 Os deveres e disciplina exigidos da Contratada constam no item 11 deste mesmo Termo de Referência.

8.1.5. Para a realização dos serviços, a Contratada seguirá o seguinte cronograma:

- Até 3 (três) dias para realizar os serviços de levantamento de necessidades e aquisição de material;

- Até 30 (trinta) dias para realizar os demais serviços contratados.

8.2. Os serviços serão constatados/avaliados pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente, após a verificação pelo Fiscal de Contrato da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Os materiais a serem empregados durante a realização do serviço estão especificados na descrição de cada item do objeto.

9.1.2. Equipamentos, ferramentas, maquinários e outros equipamento julgados necessários pela contratada, bem como as quantidades pertinentes para a correta execução dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. As embarcações estão situadas em São Gabriel da Cachoeira/AM.

10.1.2. A Contratada é responsável pelo transporte da embarcação até o local da realização dos serviços

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumida pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos

do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência

estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23 A Contratada é responsável pelo transporte da embarcação até o local da realização dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

16.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1 Os previstos no IMR, anexo ao edital.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços,

nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as

respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

17.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

18.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que

tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – I°) / I°, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. O objeto desta Licitação, caracteriza-se como serviço de natureza não continuada, sem dedicação de mão de obra exclusiva, sendo ato discricionário da Administração exigir garantia.

20.1.2. Considerando a probabilidade e os impactos dos riscos calculados no Mapa de Riscos constante neste processo, os riscos podem ser resolvidos pela Administração através de ações de contingência específicas, sem ocorrência de prejuízos financeiros, não havendo a necessidades de exigência de garantia.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i)Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii)Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15

(quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii)Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv)Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v)Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
I	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica não será exigida conforme item 9.10 do edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: **R$ 4.852.614,73** (quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois reais seiscentos e quatorze reais e setenta e três centavos),

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é de **R$ 4.852.614,73** (quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois reais seiscentos e quatorze reais e setenta e três centavos);

23.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preço realizada através de fornecedores, devido às especificidades técnicas do serviço solicitado, em conformidade com oque dispõe a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Quartel em São Gabriel da Cachoeira, AM, 19 de junho de 2023.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA– **2º Ten**
Chefe da Equipe da Planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2023
NUP: 64125.000575/2023-01

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFRÊNCIA

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Cumprindo o Dec nº 10.024/19, Art 14 Inciso II, aprovo o presente TERMO DE REFERÊNCIA para a eventual contratação de serviços de manutenção de embarcação, visando apoio logístico realizado pelo 2º Batalhão Logístico de Selva através do modal fluvial.

2. Em face do exposto, e considerando os motivos da Justificativa da Necessidade de Contratação e os critérios utilizados no Termo de Referência, constante junto ao presente Processo Licitatório, **APROVO, o referido Termo de Referência conforme Inc. II do art 14 do Decreto 10.024/19.**

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 475
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÃO

1. Informações Básicas

1.1 Número do processo: **64125.000575/2023-01**

1.2. DA EQUIPE RESPONSÁVEL (BI Nr 25, de 28/03/2023, do(a) 2º B Log Sl)

a. 2º Ten BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA – Chefe da Equipe
b. 3º Sgt **DANIEL ISAIAS** RODRIGUES DE MORAES – Membro da Equipe

1.3. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
b. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;
c. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010;
d. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
e. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019
f. Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
g. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 05 DE AGOSTO DE 2020;
h. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017;
i. . INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020
j. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, Julho de 2022.

2. Descrição da necessidade

2.1. O 2º Batalhão Logístico de Selva (2º B Log Sl) possui missões de apoio as Organizações Militares (OM) Subordinadas a 2ª Brigada de Infantaria de Selva tanto em treinamentos quanto para emprego em casos de situação de guerra. Em períodos de paz, como o atual, atua colaborando na solução de problemas de transporte de insumos em nível local, regional, em particular, da região norte do estado do Amazonas. Sua sede localiza-se em São Gabriel da Cachoeira/AM por isso e por outros motivos, o 2º B Log Sl vem executando apoio logístico aos Pelotões Especais de Fronteira, PEF-(onde militares permanecem no extremo norte de nosso país mantendo a soberania do território nacional). Para o

efetivo abastecimento dos PEF, o meio fluvial possui extrema importância no transporte de insumos, dentro os quais os gêneros alimentícios. Abaixo segue a exposição dos PEF:

2.1.1 PEF DISTANCIAS

Comunidade onde fica o PEF	NOME DO PEF	Distância em Km
Cucuí	4° PEF – Sentinela da Tríplice Fronteira	220 Km
Tunuí Cachoeira	7° PEF – Sentinela do Rio Içana	284 Km
Parí Cachoeira	6° PEF – Sentinela do Rio Tiquié	495 Km
Iuaretê	1° PEF – Sentinela da Cachoeira das Onças	320 Km
Maturacá	5° PEF – Sentinela do Pico da Neblina	380 Km

2.2 Diante da apresentação do apoio que o 2° B Log Sl está encarregado verifica-se que a localização de algumas destas frentes é de difícil acesso, sendo o meio aéreo ou fluvial o único disponível. Desta feita, através deste Estudo Técnico Preliminar, se faz necessário a manutenção das embarcações, objetivando a disponibilidade nas frentes de serviços que estão sob responsabilidade do 2° B Log Sl. Isso visa atender aos setores administrativos e operacionais, para que não tragam nenhum atraso ou prejuízo para esta Organização Militar. Todos os itens relacionados são necessários às atividades que esta Organização Militar desempenha.

2.3. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das condições dos órgãos públicos citados nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema previstas no art. 3° do Decreto n°. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, in verbis:

> 2.3.1. Inciso I: "**quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes**" – os bens licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;
>
> 2.3.2. Inciso II: "***quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas***" – a contratação se dá, de acordo com a necessidade do provimento, já que não há conveniência na estocagem do referido material;
>
> 2.3.3. Inciso III: "***quando for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo***" – o presente Pregão SRP atenderá esta UG, pois é a única no Exército Brasileiro que realiza o suprimento/apoio fluvial aos PEF localizados na "Cabeça do Cachorro".

2.3.4. Inciso IV: "***quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração***" – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas por ocasião da realização de novos processos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor Fluvial do 2° B Log SL	BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA - 2° Ten Ch Setor Fluvial

4. Requisitos da Contratação

4.1. A empresa contratada deverá dispor de estrutura física para fins de atendimento da Contratante, permitindo a boa execução do serviço a ser contratado. A estrutura física deverá possuir ambiente adequado para acondicionamento de pessoal, bem como instalações limpas e higienizadas. Em momento oportuno, disponibilizar todos os contatos necessários, visando viabilizar a comunicação com o Órgão contratante.

4.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e seus anexos, e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

4.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão definidos no item 23.

4.4. A Contratada responderá e será responsável pela prevenção de acidentes de seus funcionários, quando da realização dos serviços contratados, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente as determinações de segurança, e as medidas corretivas necessárias.

4.5. A Contratada será responsável pelo fornecimento e utilização de todos os equipamentos de proteção individual (EPI), e equipamentos de proteção coletivo (EPC), necessários a realização dos serviços, conforme a legislação vigente.

4.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

4.7. A empresa contratada deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares;

4.8. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário. A convocação dos fornecedores será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a solicitação dos serviços, além da menção ao item a que se refere;

4.9. A empresa convocada, na forma do item anterior, que não comparecer no prazo estipulado para retirar a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital. A empresa fica obrigada em atender a todas as solicitações efetuadas após o recebimento da nota de empenho ou seu substituto, mesmo que a entrega esteja prevista para data posterior ao seu vencimento;

4.10. Nos casos em que houver a impossibilidade da realização do serviço licitado, dentro do prazo estipulado, em decorrência de caso fortuito ou de força maior, a empresa deverá comunicar ao 2º Batalhão Logístico de Selva com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para a realização do serviço, apresentando os motivos e as devidas justificativas. A Administração analisará os motivos e as justificativas mencionadas pelo Contratado e, conforme o caso, poderá prorrogar o prazo anteriormente fixado.

4.11. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato. As quantidades dos serviços serão solicitadas de acordo com as necessidades do 2º Batalhão Logístico de Selva.

4.12. Nos preços deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega dos serviços ofertados, sem custo adicional para o 2º Batalhão Logístico de Selva;

4.13. Validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

4.14. Local de realização dos serviços: todos os serviços deverão ser realizados conforme especificados neste Termo.

4.15. Do prazo para a realização dos serviços: os serviços deverão ser realizados nos prazos especificados neste Termo, a contar do recebimento da nota de empenho e/ou mediante as solicitações que forem feitas à empresa, devendo ser apresentado no ato da entrega, a Nota Fiscal referente ao serviço prestado.

4.16. De acordo com a IN-01/10 SLTI/MPOG Art 5º a empresa deverá comprovar por meio de documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório de que adota as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

4.16.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.17. O compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação pode ser feito da seguinte forma:

4.17.1. Conforme previsto no art. 5º da IN nº 01/2010/MPOG, em que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou

obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.17.2 Com a declaração de documento comprobatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por Órgão Público de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou por fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, ou por meio de outro procedimento no respectivo órgão.

4.18 Os serviços a serem contratados não serão continuados, tendo um período de duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário de conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

4.19? Os Requisitos da Contratação podem compor os Requisitos da Contratação do Termo de Referência, Anexo I – TR ao edital.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Inicialmente informamos acerca da **pesquisa de mercado** que foi realizada seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 73-SLTI/MPOG/2020, com prioridade para a utilização do painel de preço. Porém pela falta de êxito nos Parâmetros I, II e III, deve te ser utilizado para fins de consolidação do Relatório da Pesquisa de preços o Parâmetro IV.

5,2) utilizado como apoio o Guia de orientação - Pesquisa de Preços da 3ª ICFEx, disponível em http://intranet.3icfex.eb.mil.br/downloads/guia_pesquisa_de_precos.pdf.

5.3) Consta junto a Relatório da pesquisa de preços as Justificativas detalhadas sobre o Levantamento de Mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a realização de uma licitação que compreende a contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção de Embarcação, para atender as necessidades do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, na qual, ao fim do processo licitatório, a(s) eventual(ais) empresa(s) vencedora(s) dos itens propostos, poderão ser acionadas e realizar as devidas prestações de serviços de manutenção.

6.2. Os serviços a serem contratados não poderão ser desmembrados em vários outros serviços, visto que se perde a objetividade da contratação. Com isso, a licitação possui 14 itens específicos

6.3. A contratada deve:

6.3.1. Executar os serviços conforme especificações deste ETP, e demais exigências legais que constarão no Termo de Referência e no Edital, com a alocação dos

empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas para atender melhor no serviço prestado;

6.3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.3.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.3.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

6.3.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

6.3.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.3.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.3.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.3.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

6.3.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

6.3.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.3.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

6.3.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.3.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

6.3.19. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.3.20. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

7.1. As quantidades estimadas do serviço de manutenção de embarcação basearam-se em estudos realizados nas execuções passadas pelo próprio 2º B Log SL.

7.2. O 2º Batalhão Logístico de Selva possui diversas frentes de serviços. Para manter essas frentes totalmente operacionais em locais de difícil acesso, atuando senão em sua totalidade, mas em partes, esse batalhão se faz necessário ter um pregão exclusivo para manutenção de suas embarcações.

7.3 As quantidades do presente certame estão evidenciadas no Documento da Formalização da Demanda,e são adequadas as necessidades de apoio do 2º B Log Sl.

ÍTEM	CATSERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND. Forne c.	QTD TO-TAL	REQ. MÁXI MA	REQ. MÍNIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	V. TOTAL ITEM
GRUPO I (ITENS 1 a 26)								
1	16306	Serviço de substituição da palheta propulsora de ferryboat, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme amostra e as seguintes especificações técnicas: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3"a 4", em liga de bronze e com 4 pás.	SV	6	6	1	**RS 29.120,00**	**RS 174.720,00**
2	16306	Serviço de substituição do eixo do reversor de ferryboat, incluindo troca da luva do eixo, dos retentores, demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento e o balanceamento do eixo, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 a 229) e reversor de 4:1.	SV	6	6	1	**RS 13.650,00**	**R$ 81.900,00**

3	16306	Serviço de substituição da luva do eixo do reversor de ferryboat, incluindo a troca da chaveta, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3" a 4".	SV	6	6	1	**R$ 7.735,00**	**R$ 46.410,00**
4	16306	Serviço de soldagem da luva do eixo do reversor de ferryboat, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3" a 4".	SV	10	10	1	**R$ 7.280,00**	**R$ 72.800,00**
5	16306	Serviço de manutenção do reversor de ferryboat, modelo ZF 4:1 incluindo a desmontagem, troca dos discos de vante e ré, troca do reparo, troca do óleo e do filtro de óleo, troca dos retentores, troca dos rolamentos, demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, lubrificação e montagem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 e 229).	SV	6	6	1	**R$ 29.120,00**	**R$ 174.720,00**
6	16306	Reforma geral do propulsor de ferryboat, incluindo a troca dos anéis, pistões e camisas, a troca da bomba d'água, a troca dos casquilhos e bronzinados com retífica de virabrequi, a troca da bomba de óleo, a troca da turbina, a troca de válvulas com retífica de sede, a troca de juntas e selos e a calibragem, e troca dos demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: motor eixo, com	SV	6	6	1	**R$ 35.415,33**	**R$ 212.492,00**

		fornecimento de todo o material necessário diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10 12 a 229).						
7	16306	Serviço de retífica de cabeçote do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de guias de válvulas, válvulas, retentores, a retífica de sede e a calibragem e a troca dos demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 10.920,00**	**R$ 65.520,00**
8	16306	Serviço de substituição da turbina do propulsor de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 10.010,00**	**R$ 60.060,00**
9	16306	Serviço de substituição da mufla do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 10.010,00**	**R$ 60.060,00**
10	16306	Serviço de soldagem da mufla do propulsor de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	10	10	1	**R$ 3.185,00**	**R$ 31.850,00**

11	16306	Serviço de substituição do intercâmbiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas e anéis de vedação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 7.735,00**	**R$ 46.410,00**
12	16306	Serviço de limpeza do intercâmbiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas e anéis de vedação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 3.822,00**	**R$ 22.932,00**
13	16306	Serviço de substituição do radiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 13.468,00**	**R$ 80.808,00**
14	16306	Serviço de limpeza do radiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	10	10	1	**R$ 2.167,50**	**R$ 21.675,00**
15	16306	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, selenóide (automático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o	SV	10	10	1	**R$ 1.300,57**	**R$ 13.005,67**

		fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).						
16	16306	Serviço de manutenção de alternador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca da placa de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 2.093,00**	**R$ 12.558,00**
17	16306	Serviço de manutenção de bomba fal do propulsor de ferryboat, incluindo a troca do retentor, gaxetas, eixos, rolamentos, polias e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 1.683,50**	**R$ 10.101,00**
18	16306	Serviço de retífica de bomba injetora e bicos injetores do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 11.375,00**	**R$ 68.250,00**

19	16306	Serviço de troca de juntas e selos do propulsor de ferryboat, incluindo as juntas do cabeçote, da tampa de válvulas, da admissão, do escape, do cárter e os selos do cabeçote, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	10	10	1	**R$ 6.825,00**	**R$ 68.250,00**
20	16306	Serviço de manutenção do painel de instrumentos de ferryboat, compreende a troca dos instrumentos de controle (temperatura da água, tensão das baterias e pressão do óleo), com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	SV	3	3	1	**R$ 5.932,69**	**R$ 17.798,06**
21	16306	Serviço de manutenção do painel de instrumentos de ferryboat, compreende a troca do contagiros do motor e calibragem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	SV	3	3	1	**R$ 6.188,00**	**R$ 18.564,00**
22	16306	Serviço de manutenção da manete de ferryboat, compreende troca da manete, cabos de direção, a regulagem e ajustes, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	SV	6	6	1	**R$ 15.834,00**	**R$ 95.004,00**

23	16306	Serviço de instalação de sensor de temperatura do propulsor de ferryboat, incluindo a instalação de alarmes sonoro e visual, indicativos de superaquecimento do motor, na praça de máquinas e no compartimento do prático, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado, marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 5.687,50**	**R$ 34.125,00**
24	16306	Serviço de adaptação da admissão de ar do propulsor de ferryboat, incluindo a instalação de duto de ar ligando a entrada da turbina do propulsor ao ambiente externo á praça de máquinas, a instalação de tela de proteção na entrada do duto e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 3.822,00**	**R$ 22.932,00**
25	16306	Serviço de substituição de coxins, do conjunto propulsor-reversor de ferryboat incluindo o alinhamento do propulsor-reversor-eixo, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229) e reversor de 4:1.	SV	6	6	1	**R$ 6.643,00**	**R$ 39.858,00**

26	16306	Serviço de manutenção das luzes de navegação e do painel das luzes de navegação (fundeio, mastro, manobra restrita, navio sem governo, alcançado bombordo, boreste, holofote, cabine, refletores e reservas) de ferryboat, incluindo a troca de lâmpadas substituição de fiação antiga por novas, com bitola adequada e sem emendas, substituição de botões de acionamento e fusíveis e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a amostra.	SV	3	3	1	**R$ 9.828,00**	**R$ 29.484,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO I -							**R$ 1.582.386,73**	
27	16306	Serviço de manutenção do sistema hidráulico de navegação de ferryboat, incluindo a troca da bomba hidráulica e caixa de direção, reparo do pistão hidráulico, mangueiras, válvulas e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV	6	6	1	**R$ 14.833,00**	**R$ 88.998,00**
28	16306	Serviço de instalação e manutenção de radar e GPS náuticos, modelo Garmin GPSmap 7012 ou superior, incluindo a instalação e manutenção de antenas, sensores, sondas, ecossondas e visores, a instalação de fiações e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	3	3	1	**R$ 20.020,00**	**R$ 60.060,00**

29	16306	Serviço de manutenção de exaustor de praça de máquina/cozinha, incluindo a troca da grade de proteção, hélice, eixos, rolamentos, induzido e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra existente.	SV	5	5	1	**R$ 7.553,00**	**R$ 37.765,00**
30	16306	Serviço de manutenção de bomba de porão ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV	6	6	1	**R$ 7.917,00**	**R$ 47.502,00**
GRUPO II (ITENS 31 a 39)								
31	16306	Serviço de manutenção de alternador do gerador de ferryboat, incluindo a troca da placa de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	31	31	1	**R$ 2.093,00**	**R$ 64.883,00**
32	16306	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do gerador de ferryboat incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, selenoide (altomático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 1.911,00**	**R$ 11.466,00**

33	16306	Serviço de retífica de bomba injetora e bicos injetores do gerador de ferryboat, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 8.736,00**	**R$ 52.416,00**
34	16306	Serviço de substituição do radiador do gerador de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 10.556,00**	**R$ 63.336,00**
35	16306	Serviço de manutenção de geratriz, compreende a excitação da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: com compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 3.185,00**	**R$ 19.110,00**
36	16306	Serviço de manutenção de geratriz, compreende o rebobinamento da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 11.648,00**	**R$ 69.888,00**

37	16306	Serviço de manutenção de geratriz, compreende o balanceamento dinâmico, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 7.553,00**	**R$ 45.318,00**
38	16306	Serviço de manutenção de geratriz, incluindo a troca dos diodos, a troca do regulador de eletrônico, a troca de rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 11.466,00**	**R$ 68.796,00**
39	16306	Serviço de substituição de coxins de gerador de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: com compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV	6	6	1	**R$ 6.188,00**	**R$ 37.128,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO II							**R$ 432.341,00**	
GRUPO III (ITENS 40 e 41)								
40	16306	Reforma geral de sistema de esgoto ferryboat, incluindo a substituição do encanamento, válvulas e bomba de detritos, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, conforme amostra existente.	SV	3	3	1	**R$ 32.396,00**	**R$ 97.188,00**

41	16306	Serviço de reforma geral de banheiro de ferryboat, incluindo a substituição do encanamento com defeito ou vazamento, a recuperação/soldagem das áreas danificadas do teto, paredes e piso, a pintura com preparação da superfície, a instalação de lâmpadas, conduites, interruptores, chuveiros, ralos, torneiras, pias, espelhos, vasos sanitários e descargas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	SV	10	10	1	**R$ 17.199,00**	**R$ 171.990,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO III							**R$ 269.178,00**	
42	16306	Serviço de substituição de bomba de detritos de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV	3	3	1	**R$ 17.381,00**	**R$ 52.143,00**
43	16306	Reforma geral de sistema de combate incêndio de ferryboat, com substituição de bombas d'água, mangueiras 2 ½" diâmetro com 20m de comprimento, conectores, hidrantes, caixas, extintores de incêndio, ferramentas e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com pintura e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV	3	3	1	**R$ 30.576,00**	**R$ 91.728,00**
GRUPO IV (ITENS 44 a 47)								
44	16306	Serviço de soldagem de casco de aço e estrutura de embarcação, incluindo a preparação da superfície a ser soldada e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: fundo de embarcação: soldagem por solda elétrica Mig; ou por meio de eletrodo revestido; unidade de	SV	200	200	1	**R$ 1.988,00**	**R$ 397.600,00**

		fornecimento/serviço: metro linear.						
45	16306	Serviço de substituição de casco de embarcação, incluindo a retirada da chapa existente, a limpeza da área a ser renovada, a preparação da chapa nova, com recorte e pintura de fundo anticorrosivo, a soldagem da chapa nova na embarcação e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: fundo da embarcação: soldagem por solda elétrica Mig; demais áreas soldagem por solda elétrica Mig ou por meio de eletrodo revestido; espessura mínima da chapa do casco:1/4; material da chapa: aço; unidade de fornecimento metro quadrado.	SV	100	100	1	**R$ 2.766,00**	**R$ 276.600,00**
46	16306	Serviço de soldagem de casco de alumínio e estrutura de embarcação, incluindo a preparação da superfície a ser soldada e a limpeza das soldas executadas com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: soldagem por solda elétrica Mig; unidade de fornecimento/serviço: metro linear.	SV	100	100	1	**R$ 1.815,00**	**R$ 181.500,00**
47	16306	Serviço de substituição de casco de alumínio de embarcação, incluindo a retirada da chapa existente, a limpeza da área a ser renovada, a preparação da chapa nova, com recorte e pintura de fundo anticorrosivo, a soldagem da chapa nova na embarcação e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, e conforme as especificações: soldagem por solda elétrica Mig; espessura da chapa: 4mm ou 6mm, conforme amostra; material da chapa: alumínio; unidade de fornecimento: metro quadrado.	SV	50	50	1	**R$ 2.766,00**	**R$ 138.300,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO IV							**R$ 994.000,00**	

48	16306	Serviço de manutenção de alternador do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de placas de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	4	4	1	**R$ 1.815,00**	**R$ 7.260,00**
49	16306	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, solenóide (automático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	4	4	1	**R$ 1.556,00**	**R$ 6.224,00**
GRUPO V (ITENS 50 a 57)								
50	16306	Serviço de retificada de bomba injetora e bicos injetores do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 10.201,00**	**R$ 20.402,00**

51	16306	Serviço de substituição do radiador do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 10.287,00**	**R$ 20.574,00**
52	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, compreende a excitação da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 3.025,00**	**R$ 6.050,00**
53	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, compreende o rebobinamento da geratriz com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 16.079,00**	**R$ 32.158,00**
54	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, compreende o balanceamento dinâmico, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 3.025,00**	**R$ 6.050,00**

55	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca dos diodos, a troca do regulador de eletrônico, a troca de rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 17.937,00**	**R$ 35.874,00**
56	16306	Serviço de reparação do sistema de acionamento do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a substituição da ignição e do botão de partida e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 3.976,00**	**R$ 7.952,00**
57	16306	Serviço de substituição de coxins de gerador de catamarã até 45 pés, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV	2	2	1	**R$ 5.402,00**	**R$ 10.804,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO V							**R$ 1.202.869,00**	
GRUPO VI (ITENS 58 a 64)								
58	16306	Serviço de manutenção da manete de catamarã até 45 pés, compreende a troca da manete, cabos de direção, a regulagem e ajustes, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	SV	3	3	1	**R$ 10.287,00**	**R$ 30.861,00**

59	16306	Serviço de manutenção do painel de instrumentos de catamarã até 45 pés, incluindo a substituição dos instrumentos danificados (conta-giros, velocímetro, trim, voltímetro, pressão óleo e temperatura) e calibragem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	SV	2	2	1	**R$ 8.529,00**	**R$ 17.058,00**
60	16306	Serviço de manutenção das luzes de navegação e do painel das luzes de navegação (fundeio, mastro, manobra restrita, navio sem governo, alcançado, bombordo, boreste, holofote, cabine, refletores e reservas) de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de lâmpadas, substituição de fiação antiga por novas, com bitola adequada e sem emendas, substituição de botões de acionamento e fusíveis e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a amostra.	SV	2	2	1	**R$ 16.234,00**	**R$ 32.468,00**
61	16306	Serviço de separação do sistema de trim do motor de centro de catamarã até 45 pés, incluindo a recuperação dos comandos elétricos, o reparo/substituição dos cilindros hidráulicos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço conforme a especificações: motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP	SV	4	4	1	**R$ 19.565,00**	**R$ 78.260,00**
62	16306	Serviço de reparação do sistema de acionamento do motor de centro de catamarã até 45 pés, incluindo a substituição da ignição e do botão de partida e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a especificações: motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP.	SV	2	2	1	**R$ 3.185,00**	**R$ 6.370,00**

63	16306	Serviço de retificada de bomba injetora e bicos injetores do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP.	SV	4	4	1	**R$ 16.380,00**	**R$ 65.520,00**
64	16306	Serviço de manutenção de motor de centro catamarã até 45 pés, compreende o diagnóstico eletrônico do motor com scanner, remoção das falhas e a substituição do filtro de diesel do motor, pré-filtro, filtro de óleo do motor, óleo do motor, óleo da rabeta, filtro de ar, arruela do bujão do óleo da rabeta, kit anodo Bravo, kit oring de vedação da rabeta, anoto trocador de calor, rotor da bomba d'água, correia da direção hidráulica, correia do alternador, líquido de arrefecimento e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme as especificações: o serviço e conforme as especificações: o serviço deve ser compatível com a revisão de 300 horas previstas no manual do fabricante para o motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP e realizado nos 2 (dois) motores da embarcação.	SV	4	4	1	**R$ 24.297,00**	**R$ 97.188,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO VI							**R$ 327.725,00**	
65	16306	Serviço de manutenção de bomba de caixa d'água de catamarã até 45 pés, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV	3	3	1	**R$ 3.913,00**	**R$ 11.739,00**

66	16306	Serviço de manutenção de bomba de porão de catamarã até 45 pés, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV	3	3	1	**R$ 2.821,00**	**R$ 8.463,00**
67	16306	Serviço de pintura de embarcação, em cor de predominação do EB e conforme amostra, incluindo a preparação da superfície a ser pintada, as inscrições e fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: embarcação do tipo catamarã até 45 pés.	SV	1	1	1	**R$ 15.288,00**	**R$ 15.288,00**
GRUPO VII (ITENS 68 E 69)								
68	16306	Serviço de pintura de embarcação de transporte de carga, tipo bongo (canoão), em cor de predominação do EB conforme amostra, incluindo a preparação da superfície a ser pintada, a aplicação de fundo anticorrosivo, as inscrições e o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	2	2	1	**R$ 12.649,00**	**R$ 25.298,00**
69	16306	Serviço de recuperação de embarcação de transporte de carga ,tipo bongo (canoão), composto por substituição do casco do fundo e das laterais, verificação da estrutura do casco e soldagem dos pontos necessários, instalação de sobrepiso removível de alumínio antiderrapante na embarcação, instalação de perfil (arcos) unindo o teto à estrutura da embarcação, substituição do teto rígido de alumínio naval, rebaixamento da popa para adequar a embarcação à altura do motor de popa empregado nela, recondicionamento do comando e instalação de banco estofado giratório e removível para o prático da embarcação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra e as seguintes especificações: espessura mínima da chapa do casco 4mm	SV	2	2	1	**R$ 38.220,00**	**R$ 76.440,00**

		soldagem por meio de eletrodo revestido e solda elétrica, material do teto: alumínio.						
VALOR TOTAL DO GRUPO VII							**R$ 101.738,00**	
GRUPO VIII (ITENS 70 e 71)								
70	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury Verado 200 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante, e contra rotanServiço de recuperação de rabeta de motor de popate, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	2	2	1	**R$ 23.478,00**	**R$ 46.956,00**
71	16306	Serviço de recuperação de motor de popa Mercury Verado 200HP, incluindo a substituição das bombas de combustível, todos os filtros, velas, relés, fusíveis, recuperação do sistema elétrico, troca de sensores e atuadores, substituição das tubulações de água e de combustível, a medição do bloco do motor, cabeçote e árvore da manivela, o bronilamento, substituição de pistões, anéis, bielas, casquilhos, juntas e sedes de válvulas, a substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos, e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	6	6	1	**R$ 23.660,00**	**R$ 141.960,00**
VALOR TOTAL DO GRUPO VIII							R$ 188.916,00	

72	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Yamaha, potência 200 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	2	2	1	**R$ 19.929,00**	**R$ 39.858,00**
73	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 150 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	2	2	1	**R$ 18.109,00**	**R$ 36.218,00**
74	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 90 a 115 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	10	10	1	**R$ 18.018,00**	**R$ 180.180,00**
75	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 40 a 60 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV	10	10	1	**R$ 15.288,00**	**R$ 152.880,00**

VALOR TOTAL	R$ 4.852.614,73

VALOR GRUPO I (ITENS 1 a 26)	R$ 1.582.386,73
VALOR GRUPO II (ITENS 31 a 39)	R$ 432.341,00
VALOR GRUPO III (ITENS 40 e 41)	R$ 269.178,00
VALOR GRUPO IV (ITENS 44 a 47)	R$ 994.000,00
VALOR GRUPO V (ITENS 50 a 57)	R$ 1.202.869,00
VALOR GRUPO VI (ITENS 58 a 64)	R$ 327.725,00
VALOR GRUPO VII (ITENS 68 E 69)	R$ 101.738,00
VALOR GRUPO VIII (ITENS 70 e 71)	R$ 188.916,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor estimado da contratação é de **R$ 4.852.614,73** (quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois reais seiscentos e quatorze reais e setenta e três centavos), conforme item 5 deste ETP.

8.2. Os quantitativos estimados visam atender demandas atuais do 2º Batalhão Logístico de Selva e do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva. A contratação de serviço de manutenção de embarcação planejada por este Batalhão atenderá as demandas atuais e expectativas de transporte de insumos futuros para os pelotões Especais de Fronteira, situados na região da "Cabeça do Cachorro" em São Gabriel da Cachoeira/AM, do Exército Brasileiro, durante a vigência da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico (SRP), que se pretende homologar.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Para a definição foi considerada a como referência a Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União.

9.2 Da análise dessa Administração, em conformidade com a Súmula nº 247 – TCU, baseada na própria definição de serviços comuns não continuados, a presente licitação foi consignada em grupos, contendo um ou mais itens. Optou-se pela divisão em grupos, onde o critério de adjudicação será por preço

global. Para tal procedimento, levou-se em consideração as características do objeto a ser contratado, pois para o prosseguimento de determinado item do serviço, dependeria da conclusão de outros itens. Também, levou-se em conta, a localização onde serão realizados o serviços, pois é sabido a dificuldade de logística para a cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM. Sendo que, com uma só contratada para a execução do serviço, pode-se evitar possíveis atrasos de cronograma para a conclusão dos serviços contratados. Portanto, evitou-se cogitar eventual parcelamento do objeto.

9.3 Sobre a possibilidade de não parcelamento do objeto, foi consignada a presente justificativa, tendo como referência a Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União (http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm) que discorre:

> *BRASIL. Tribunal de Contas da União.* ***Súmula 247.***
>
> *"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível,* ***desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala,*** *tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"* grifo nosso.

9.4 Da análise dessa Administração, em conformidade com a Súmula nº 247 – TCU, baseada na própria definição de serviços comuns não continuados, a presente licitação foi consignada em grupos, contendo um ou mais itens. Optou-se pela divisão em grupos, onde o critério de adjudicação será por preço global. Para tal procedimento, levou-se em consideração as características do objeto a ser contratado, pois para o prosseguimento de determinado item do serviço, dependeria da conclusão de outros itens. Também, levou-se em conta, a localização onde serão realizados o serviços, pois é sabido a dificuldade de logística para a cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM. Sendo que, com uma só contratada para a execução do serviço, pode-se evitar possíveis atrasos de cronograma para a conclusão dos serviços contratados. Portanto, evitou-se cogitar eventual parcelamento do objeto.

9.5 Adotou-se os seguinte Grupos: grupo I composto pelos itens 1 a 26; Grupo 2 composto pelos itens 31 e 39, Grupo 3 composto pelos itens 40 a 41, Grupo IV composto pelos itens 44 a 47, Grupo V composto pelos itens 50 a 57, Grupo VI composto pelos itens 58 a 64, Grupo VI composto pelos itens 68 e 69 e Grupo VIII composto pelos itens 70 e 71.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O 2º Batalhão Logístico de Selva não possui atualmente contratação correlata ao presente certame.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Conforme o art. 18. Observado o disposto no § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.094, de 23 de março de 1994, as Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, da Instrução Normativa Nº 1 de 10 de janeiro de 2019.

11.1 Salienta-se que para o planejamento ser executado faz-se necessário a disponibilidade de recursos, como sabido por todos para esta descentralização os Órgãos Federais, assim como o Exército Brasileiro dependem da disponibilidade efetiva do orçamento para pôr em prática as ações de planejamento.

12. Resultados Pretendidos

12.1. O resultado que se almeja alcançar é o melhor apoio prestado da contratada aos deslocamentos fluviais executados pela contratante com a finalidade de apoio as operações na região amazônica (norte do estado do Amazonas).

13. Providências a serem adotadas

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

13.2. Nos termos do art. 67 Lei n° 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa deverá cumprir o que determina a Resolução do CONAMA 273/04, destacando seu artigo 8º:

> *Art. 8° Em caso de acidentes ou vazamentos que representem situações de perigo ao meio ambiente ou a pessoas, bem como na ocorrência de*

passivos ambientais, os proprietários, arrendatários ou responsáveis pelo estabelecimento, pelos equipamentos, pelos sistemas e os fornecedores de combustível que abastecem ou abasteceram a unidade, responderão solidariamente, pela adoção de medidas para controle da situação emergencial, e para o saneamento das áreas impactadas, de acordo com as exigências formuladas pelo órgão ambiental licenciador".

14.2 Os itens serão, eventualmente, contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e seus anexos, e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

14.2.1 Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um

revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2°, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;"

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

É fundamental esta contratação, pois o 2º B Log SL, como exposto nos itens supracitados, necessita mobilidade para apoiar os Pelotões Especiais de Fronteira. Com esta, eventual, contratação será possível conciliar menores custos operacionais e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portantoque é uma contratação viável.

Quartel em São Gabriel da Cachoeira, AM, 19 de junho de 2023.

BRUNO **CAMILO** CAVALCANTI DE OLIVEIRA– **2º Ten**
Chefe da Equipe da Planejamento

FL Nº 458
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023
NUP: 64125.000575/2023-01

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Cumprindo o Dec nº 10.024/19, Art 14 Inciso II, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar para a eventual contratação de serviços de manutenção de embarcação, visando apoio logístico realizado pelo 2º Batalhão Logístico de Selva através do modal fluvial.

2. Em face do exposto, e considerando os motivos da Justificativa da Necessidade de Contratação e os critérios utilizados no ETP, constante junto ao presente Processo Licitatório, **APROVO, o referido Estudo Técnico Preliminar conforme Inc. II do art 14 do Decreto 10.024/19.**

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 459
Rubrica

ANEXO II

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

PREGÃO SRP NR 05/2023

ATA NR XX

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sob o CNPJ 09.573.215/0001-76, sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/Nº - bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP: 69750-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.573.215/0001-76, neste ato representado(a) pelo Cel Luis Felipe Simões Ramos, publicado no Boletim Interno Nr 29 de 09/02/2023, inscrito no CPF nº xxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2023, processo administrativo nº 64125.000575/2023-01, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço **de Manutenção de Embarcações,** especificados no item 1. Do Objeto, do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão nº 5/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário

1				
2				
3				
...				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515).

3.2. Não há órgãos e entidades participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1 contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2 contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes

São Gabriel da Cachoeira/AM, xxx de xxxxx de 202xxx

ÓRGÃO GERENCIADOR:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – xxxxxxx

Ordenador de Despesas

CONTRATADA:

Nome

Identidade:

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade:

Nome:

Identidade:

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

ANEXO III

MINUTA TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

SRP 05/2023 – PROCESSO NUP: 64125.000575/2023-01

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ___/_____, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E A EMPRESA _____

A União, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, por intermédio do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515 – Cmdo 2ª Bda Inf SL), sob o CNPJ 09.573.215/0001-76, sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/Nº - bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP: 69750-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.573.215/0001-76, neste ato representada pelo Cel Luis Felipe Simões Ramos , nomeado(a) pelo Boletim Interno Nr 29, de 09/02/2023, da 2ª Bda Inf SL, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) _____. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 64125.000575/2023-01 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 06/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção de Embarcações, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R$ _____/(_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 202x na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES-PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de São Gabriel da Cachoeira/AM - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

FL Nº 467
Rubrica

São Gabriel da Cachoeira/AM, xxx de xxxxx de 202xxx.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – xxxxxx

Ordenador de Despesas

CONTRATADA:

Nome

Identidade:

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade:

Nome:

Identidade:

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

ANEXO IV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023
(Processo Administrativo n.º 64125.000575/2023-01

TERMO DE ADEQUAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS COM CUSTOS CONSOLIDADOS
(MODELO – APENAS ITENS VENCEDORES)

_____, ____, de _____ de 2023.

Ao Sr Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico Nº 05/2023 - 2ª BDA INF SL

Prezado Senhor,

(Empresa) _____ com sede na cidade de _____, à (rua, avenida, etc), _____, nº _____, inscrição no CNPJ sob nº _____, TELEFONE ( ) _____, e-mail _____neste ato representado por _____, abaixo assinada, propõe ao 2º B Log SL, subordinado a 2ª Bda Inf SL, a prestação do serviço abaixo indicado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Grupo	Nr Item	Especificação do Produto/Serviço	Und	Qtde	Preço Unitário	Encargos / custos	Lucro	Preço Total
"X"	"B"							
	"C"							
	"D"							
VALOR TOTAL							R$ XXX	

Observação: Pode ser solicitado detalhamento dos "Encargos/Custos" pelo Setor Requisitante para fins de diligências, se necessário.

Preço Total Geral – R$ 0,00(por extenso)

a. Prazo de entrega do Objeto: Conforme Edital;

b. Prazo de validade inicial da proposta: 60 **(sessenta) dias**;

c. Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega dos objetos desta Licitação);

d. Compreendemos, na íntegra, o Edital supra mencionado e afirmamos, que nossa proposta é perfeitamente exequível aos preços finais que ofertamos nesta licitação, bem assim que temos plenas condições de execução o objeto licitado, manifestando total concordância em realizá-lo conforme disposto no Edital. Respeitando especificações. Requisitos, prazos e condições do fornecimento, inclusive nas hipóteses do § 1º do Art. 65, da Lei Nr 8.666/93;

e. É a única participante desta licitação para o grupo empresarial ou econômico a que pertence, não mantendo nenhum vínculo de dependência ou subordinação com quaisquer outras empresas licitantes neste certame;

f. Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento).

g. As obrigações que impliquem custos e formação de preços que não fizemos constar desta proposta serão suportadas por nós proponentes;

h. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, reconhecendo como verdadeiras a proposta, ofertas e demais atos praticados no COMPRASNET, diretamente e/ou por representante, neste certame

i. e-mail (representante)

j. Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Responsável ou Representante Legal

RG nº _____.

CPF nº _____.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

ANEXO V

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
PROCESSO 64125.000575/2023-01– SRP 05/2023

(Conforme item 16 do Anexo I-TR)

1.1. Durante a vigência do contrato, nota de empenho, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores;

1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato:

INDICADOR	AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS A REALIZAR

2. O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

3. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle (Tabelas 01 e 02) dos serviços, conforme modelos constantes deste anexo.

4. Durante a execução dos serviços por parte da contratada, a fiscalização acompanhará nos pontos previstos para a presente contratação em São Gabriel da Cachoeira/AM.

5. O resultado da avaliação do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, para que a contratada possa emitir a fatura/Nota Fiscal dos serviços executados.

6. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

INDICADOR	
ITEM	**DESCRIÇÃO**

Finalidade	Cumprimento dos critérios e serviços relacionados nas Tabelas 1 e 2 deste Anexo.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de Medição	Planilha de Controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo
Forma de acompanhamento	Realização de acompanhamento para inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados e avaliações das Tabelas 1 e 2 do Anexo V, do edital do SRP 04/2022, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na Planilha de Controle.
Periodicidade	Conforme o agendamento e a prestação do serviços. Os serviços serão prestados e fiscalizados após a emissão da respectiva nota de empenho.
Mecanismo de Cálculo	% de serviços adequados executados dentro do previsto na(s) nota(s) de empenho (total de serviços adequados executados dentro dos empenhos) * 100
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	a) 85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura. b) 75% a 84% dos serviços = recebimento de 95% da fatura. c) 65% a 74% dos serviços = recebimento de 85% da fatura. d) 59% a 64% dos serviços = recebimento de 80% da fatura e) Caso a porcentagem 100% não seja atendida a contratada será acionada/informada a refazer/completar os serviços pendentes (sem custos para a contratante, o que espera-se é que os serviços sejam executados de melhor forma possível devido a peculiaridade deste certame).
Sanção	a) Conforme item 19 do anexo I, Termo de Referência. b) Em sendo executados serviços em desconformidade com o edital e anexos.

FICHA DE INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO		
UNIDADE:	Data da Inspeção:____/____/_____	MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:
PROCESSO:		NOTA DE EMPENHO:
EMPRESA:		CNPJ:
FISCAL DO CONTRATO:		IDT MIL:

FL Nº 473
Rubrica

TABELA 1

ITEM	AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES / UNIFORMES / MATERIAIS / EQUIPAMENTOS	ADEQUADO	INADEQUADO
1	Assiduidade;		
2	Pontualidade;		
3	Relacionamento com os servidores/militares;		
4	Tratamento dispensado ao público quando da execução do serviço;		
5	Qualidade, limpeza e adequação dos meios utilizados;		
6	Fornecimento de uniformes/identificação para seus empregados nas especificações, quantidades e qualidades para a perfeita execução do objeto.		
7	Qualidade e zelo adequados dos funcionáris, quanto ao manuseio dos equipamentos/peças das embarcações, para execução dos serviços de manutenção;		
8	Qualidade e utilização adequada dos equipamentos/materiais exigidos para execução dos serviços de manutenção conforme exposto em sua Proposta Comercial;		
9	Qualidade prestada relacionada à execução dos serviços de transbordo dos gêneros (para evitar perdas e desperdícios, por exemplo) conforme exposto em sua Proposta Comercial;		

TABELA 2

ITEM	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	ADEQUADO	INADEQUADO
10	Cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO;		
11	Fornecimento de materiais e equipamentos (para refrigeração e congelamento, por exemplo) conforme proposta comercial da empresa contratada;		
12	Cumprimento das determinações formais ou instruções complementares do Fiscal do contrato;		
13	Substituição de empregado que se conduza de modo inconveniente;		
14	Reposição de funcionários faltosos;		
15	Pagamento dos salários nos prazos pactuados com seus funcionários e/ou nas datas previstas legalmente ou em convenção coletiva de trabalho;		
16	Recolhimento mensal do INSS de seus funcionários nas datas conforme exigências trabalhistas;		
17	Recolhimento das contribuições relativas ao FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura;		
18	Pagamento de vale-transporte a seus funcionários nas datas legalmente previstas ou em convenção coletiva de trabalho, se for o caso;		
19	Pagamento de auxílio-alimentação a seus funcionários nas datas legalmente previstas ou em convenção coletiva de trabalho, se for o caso;		
20	Apresentação dentro do prazo de notas fiscais/relatórios de entrega dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços de Manutenção de embarcação.		
21	Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela Unidade, de qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as regularizações necessárias;		
22	Cumprimento das demais obrigações deste Termo de Referência não previstos nesta tabela;		
23	Permitir situação passível de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;		
24	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;		
25	Recusar-se a executar serviço, sem motivo justificado, mesmo com emissão de nota de empenho;		
26	Retirar da CONTRATANTE, quaisquer equipamentos ou materiais ou gêneros de consumo/permanente previstos em Contrato, sem autorização prévia do responsável;		
27	Entregar com presteza e integralidade a documentação exigida no edital/anexos ou solicitada pelo Setor de Gestão de Contratos;		

28	Entregar com presteza e integralidade os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelo Setor de Gestão de Contrato;		

PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS – TABELAS 1 E 2
NOTA DE EMPENHO DE REFERÊNCIA:_____

Avaliações e Serviços (Tabela 1 e 2) **(A)**	Qtde de avaliações e serviços adequados a serem realizados (SOMA DOS ITENS DAS TABELAS 1 E 2) **(B)**	Qtde de avaliações e serviços adequados efetivamente realizados **(C)**	Porcentagem do Serviço Realizado **(D)**
Serviços de Manutenção de Embarcações	28	xx	xx%

(A) Todos os Serviços, Tarefas e Obrigações a serem executados pela Contratada de forma adequada à expectativa da Administração, assim como a avaliação dos colaboradores, uniformes, materiais e equipamentos.
(B) A quantidade de avaliações e serviços adequados a serem realizados seguirá o somatório dos itens discriminados nas Tabelas 1 e 2 do ANEXO IV do Edital e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela Administração para a fiscalização do contrato.
(C) Quantidade de avaliações e serviços adequados efetivamente realizados e devidamente adequados à expectativa da Administração, especificados nas Tabelas 1 e 2 (somatório).
(D) Porcentagem do serviço será mensurada mediante o cálculo (C/B)*100, ou seja, a quantidade de avaliações e serviços efetivamente realizados sobre a quantidade de avaliações e serviços adequados a serem realizados (soma da Tabela 1 e 2), vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.
Obs1. Havendo casas decimais na porcentagem do serviço realizado (D), arredondar para o percentual inteiro abaixo, exemplo: 89,47%=89%
Obs2. O levantamento dos serviços realizados e avaliações dentro dos padrões e devidamente adequado à expectativa da Administração será executado pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração.
Obs3. Durante a execução dos serviços por parte da contratada, a fiscalização realizará vistoria para fins de acompanhamento da execução dos serviços.

São Gabriel da Cachoeira/AM, xx de xxxxx de 202x

_____

xxxx – xxxx

Fiscal de Contrato

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

ANEXO VI

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

SRP 5/2023 – PROCESSO NUP: 64125.000575/2023-01
TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIÁRIA

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu ARTIGO 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, ARTIGO 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (ARTIGO 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo ARTIGO 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a

dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do ARTIGO 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das Leis do trabalho ou usadas para estabelecer relação de emprego disfarçado, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a Lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM:

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

a) – Serviços de limpeza;
b) – Serviços de conservação;
c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
d) – Serviços de recepção;
e) – Serviços de copeiragem;
f) – Serviços de reprografia;
g) – Serviços de telefonia;
h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
j) – Serviços de auxiliar de escritório;
k) – Serviços de auxiliar administrativo;
l) – Serviços de office boy (contínuo);
m) – Serviços de digitação;
n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
p) – Serviços de ascensorista;
q) – Serviços de enfermagem; e
r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.
Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.
Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;
Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.
Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.
Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.
Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.
DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.
Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.
Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.
Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 481
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

JUSTIFICATIVA PARA SUPRESSÃO NA MINUTA DE EDITAL/ANEXOS DA CJU/AGU

SRP 05/2023 - PROCESSO NUP 64125.000575/2023-01

JUSTIFICATIVA

1. Considerando, como Declarado no presente processo, esta Unidade Gerenciadora (UASG 160515), utiliza os modelos de edital e anexos referente a Serviços Não Continuados – Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/servicos-nao-continuados-pregao.

2. Considerando, que as minutas de edital e anexos disponibilizadas, possibilita uma análise criteriosa através das *Notas Explicativas* as quais são de extrema importância, trazendo informações e esclarecimentos sobre os itens adotados nas minutas.

3. Considerando, que a cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, extremo norte do Brasil, distante 850km da capital Manaus, possui grande dificuldade na prestação de serviços, não somente dos objetos desta licitação, como também de fornecimento de materiais diversos, como alimentos, por exemplo. Praticamente o único meio de transporte é o fluvial, através do Rio Negro, onde em períodos de seca tal transporte fica prejudicado ocasionando em aumento dos preços dos serviços e insumos transportados para esta cidade.

4. Considerando, que as alterações (nas minutas de edital, termo de referência, ata, termo de contrato), realizadas constam detalhadas abaixo:

EDITAL – Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços não contínuos Atualização: Fevereiro/2022.

Subitem alterado	**Minuta alterada (Edital)**	**Tipo de modificação (alteração/ supressão)**	**Razões que motivaram a alteração**
1.4	Minuta de Edital	Acréscimo	O acréscimo do item visa dar ciência ao fornecedor que em caso de divergência entre a descrição dos códigos CATSER e do anexo I-TR, prevalecerá do edital e anexos.
4.1.2		Alterado	Alterado para da ciência ao fornecedor, de forma resumida, os grupos/itens serão de ampla participação. Por se tratar de licitação por grupo, não haverá a reserva de cotas, conforme, "*princípio da padronização descrito no art. 15, I, da Lei nº 8.666/93, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecida, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.*"
7.9		Suprimido	Suprimido os itens e respectivos subitens relativos ao modo de disputa "aberto e fechado". Será adotado o modo "aberto".
9.8.7 / 9.8.8		Suprimido	Suprimido a exigência de registros e de participação de cooperativas, conforme Justificativa junto ao processo.
9.9.8		Suprimido	Excluídos por não existir previsão de subcontratação, conforme Justificativa junto ao processo
9.10.2.3.		Suprimido	Excluído pois não está previsto a participação de cooperativas
16.4		Acrescido	Com a seguinte redação: "*O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.*"
20.1.2		Suprimido	Não será permitido a antecipação de pagamento
7.27.2; 8.2 10.1		Acréscimos	Para da ciência ao fornecedor sobre a consolidação do anexo IV
7.27.3		Acrescido	Foi acrescido a expressão "ou pelo e-mail" para reforçar aos licitantes que existe a possibilidade da solicitação por e-mail. Tal acréscimo deve-se ao sistema comprasnet não permitir ao Pregoeiro receber mensagens pelo chat dos fornecedores sem haver a convocação ou abertura do chat pelo próprio pregoeiro para tal.

TERMO DE REFERÊNCIA – Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados Atualização Julho/2021

Item/Subitem alterado	Minuta alterada (Termo de Referência)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
1.6	Termo de Referência	Acréscimo	O acréscimo do item visa dar ciência ao fornecedor que em caso de divergência entre a descrição dos códigos CATSER e do anexo I-TR, prevalecerá do edital e anexos e demais informações complementares.
1.7		Acréscimo	Para esclarecer aos eventuais participantes que os grupos são de ampla participação e a justificativa para a não reserva (cotas).
1.7.1		Acréscimo	Justificativa para a não reserva (cotas).
7.6		Acréscimo	Para dar ciência ao fornecedor que a vistoria não será obrigatória
12.23		Suprimido	Suprimida a exigência por não se aplicar aos serviços licitados.
15.13		Suprimido	Suprimida a exigência por não se aplicar aos serviços licitados.
16.		Alterado	Alterado com as exigências do IMR.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Ata de Registro de Preços – Não-Continuados Atualização: Dezembro/2019

Item/Subitem alterado	Minuta alterada (Contrato)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
3.2	Ata de Registro de Preços	Alterado	Para dar clareza na ata que não há órgãos como UGP.

CONTRATO – Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não-Continuados Atualização: Julho/2020

Item/Subitem alterado	Minuta alterada (Contrato)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
3.3	Minuta Contrato	Suprimido	Contratação não será por empenho estimativo.
8.2, 8.3		Suprimido	Suprimido pois não haverá cronograma físico-financeiro devido os serviços não exigirem tal

			possibilidade.

5. Considerando, que a licitação pública, além da vantajosidade com menor preço a contratar, também possui papel de extrema importância para o desenvolvimento regional.

6. Assim sendo, com a tais alterações, conforme possibilidade expostas nas Notas Explicativas e demais justificativas apresentadas, esta Administração busca ampliar a concorrência na presente licitação o que pode trazer redução de custos futuros, em eventuais contratações, proporcionalizando maior economia nos gastos para Administração Público Militar.

7. Por fim, ratifico as alterações acima relatadas e justificadas nos autos do presente processo, nas Minutas de Edital e anexos, e remeto-as para fins de análise jurídica Dessa Consultoria.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 485
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

SRP 5/2023 – PROCESSO NUP: 64125.000575/2023-01

DECLARAÇÃO DE USO DOS MODELOS DA CJU/AGU

Declaro, para os devidos fins de instrução necessária a presente licitação, que foram utilizados os modelos de, edital e anexos referente a Serviços Não Continuados – Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/servicos-nao-continuados-pregao, e que junto ao rodapé das minutas enviadas para análise jurídica consta a identificação dos modelos de acordo com o recomendado na primeira Nota Explicativa do *"Termo de Referência – Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados Atualização Junho/2021"* : *"Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que dos modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota"*.

Ainda, foram observadas as diretrizes dispostas na IN SEGES/MP nº 05/2017, incluindo seus anexos, e nos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a elaboração dos documentos do presente processo licitatório.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 19 de junho de 2023

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 486
Rubrica

ORIENTAÇÃO NORMATIVA /SEGES Nº 2, DE 06 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e considerando o disposto no art. 31 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, resolve expedir a presente Orientação Normativa, nos seguintes termos:

Art. 1º Os pregoeiros e as equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços as listas de verificação constantes dos Anexos I e II, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos.

Parágrafo único. O procedimento previsto no caput deverá ser utilizado em pregões presenciais, naquilo que for compatível.

Art. 2º As listas de verificação deverão ser juntadas nos processos como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de seleção do fornecedor, nas seguintes etapas:

I - Anexo I – antes da publicação do edital; e

II - Anexo II – após a adjudicação, quando realizada pelo pregoeiro, ou quando houver recurso, após a análise deste.

Art. 3º As listas de que tratam o art. 2º poderão ser adequadas pelo órgão ou entidade, desde que respeitados os elementos mínimos que as compõem e a legislação em vigor.

Art. 4º Esta Orientação Normativa entra em vigor em 30 dias após a sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Orientação Normativa não se aplica aos processos administrativos já iniciados, autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma.

I - Anexo I – antes da publicação do edital

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTAÇÕES A SEREM VERIFICADAS	S/N	FL
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico?	✓	4
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?	✓	26/91 57
3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item?	—	—
3.1 A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise?	—	—
3.2 A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor?	—	—
4. A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação e aprovou o Termo de Referência?	✓	124 305
4.1. No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013?	✓	252
5. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?	✓	116/30, 305

FL Nº 487
Rubrica

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTAÇÕES A SEREM VERIFICADAS	S/N	FL
6. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?	✓	116
7. A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?	✓	13/15-19
7.1. A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação?	✓	15-19
8. No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?	N	309
8.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?	✓	309
8.2 No caso de existir órgãos ou entidades participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização?	—	—
8.3 A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência?	—	—
9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014?	✓	144-251
9. 1. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	✓	144-251 (193-194)
9.2. Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I (Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2° da IN SLTI/MP n ° 5, de 2014?	N	144-251
10. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP?	✓	307
11. Há minuta de edital e anexos?	✓	357
11.1 termo de referência;	✓	379
11.2 contrato ou documento assemelhado;	✓	463
11.3 ata de registro de preços, se for o caso; e	✓	459
11.4 planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso (serviço).	✓	193
12. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?	N	—
13. O edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos?	✓	360 361
14. O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente?	✓	364
15. O edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de	✓	

FL Nº 428
Rubrica

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTAÇÕES A SEREM VERIFICADAS	S/N	FL
acordo com a IN nº 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo?	V	365
16. Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência?	V	335, 379, 425
17. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015?	V	357 379 425
18. Os autos foram instruídos com parecer jurídico?	V	503
18.1 Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?	N	524
18.2 Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto?	N	524
19. O prazo definido para publicação é adequado ao objeto da licitação, considerando a complexidade do objeto, em respeito aos princípios da publicidade e da transparência?	V	940 960
19.1 Quanto ao âmbito de publicação houve obediência ao disposto no art. 17 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e IV, §1º, art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?	V	940 960

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de JULHO de 2023

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA– 2º Sgt Int

Pregoeiro

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTAÇÕES A SEREM VERIFICADAS	S/N	FL
especialista)?		
5. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002?		
6. Houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade?		
6.1 SICAF;		
6.2 BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);		
6.3 CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);		
6.4 CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e		
6.5 Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).		
7. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?		
8. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?		
9. Houve intenção de Recurso?		
9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?		
9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro?		
9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?		
10. Houve item deserto ou fracassado?		
11. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso) e homologação por parte da Autoridade competente?		
12. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa:		
12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação;		
12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital;		
12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e		
12.4 atos de adjudicação do objeto.		
13. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?		
14. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que		

FL Nº 491
Rubrica

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTAÇÕES A SEREM VERIFICADAS	S/N	FL
não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7° da Lei 10.520, de 2002?		
14.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7° da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder a instauração do procedimento administrativo?		

São Gabriel da Cachoeira/AM, de de 2023

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA– 2º Sgt Int

Pregoeiro

Fls. Nº 492

Ass. 7

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTAS DE VERIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (SALVO DE ENGENHARIA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

Notas Explicativas

As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

A utilização dessa Lista pressupõe a utilização dos modelos de Edital, de Termo de Referência e de Contrato da AGU, pois esses modelos trazem os requisitos mínimos necessários para tais documentos, além de trazer alertas importantes sobre cautelas a serem adotadas. A preocupação maior dessa Lista é com a instrução do processo.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009?[1]	Resposta Sim	1-4
2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017?	Resposta Sim	26

2.1. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017?	Resposta	124, 252 NÃO INCIDE
2.2 Há manifestação sobre a observância do alinhamento com o Plano Estratégico do órgão ou entidade, quando houver?[2]	Resposta	20-25
2.3. Da solicitação/requisição constam os itens do inciso I do art. 21 da IN/SEGES 5/2017?	Resposta	91, 57, 379
2.4. O objeto requisitado está contemplado no Plano de Contratações Anual, de acordo com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022?[3]	Resposta	20-25
3. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação?[4]	Resposta	13-19
4. Foi elaborado e juntado ao processo os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020? [5] [6]	Resposta	57/425
4.1. Os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES 40/2020?	Resposta	57/425
4.2. A não previsão, nos estudos preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento?[7]	Resposta Não se Aplica	—
4.3. Consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente?[8]	Resposta	90, 458
5. Foi elaborado e junto aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017?[9] [10]	Resposta	52
5.1. O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN/SEGES 5/2017?	Resposta	52
5.2. No caso de serviços **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?[11]	Resposta Não se Aplica	—
5.2.1. Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	Resposta Não se Aplica	—
5.2.2. Justificou a opção na forma do §2º do mesmo artigo 18?	Resposta	—
6. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante baseou-se nos Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Diretrizes constantes do Anexo V, da IN 5/2017?[12]	Resposta	263/379 425
6.1. Foram utilizados os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN/SEGES 05/2017?	Resposta	485
6.1.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU?	Resposta	481
7. Foram observadas as orientações dos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber?[13]	Resposta	379 425

8. Houve consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, com manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação?[14]	Resposta Sim	379 - 458
9. Consta a aprovação do termo de referência ou do projeto básico pela autoridade competente?[15]	Resposta Sim	474, 305
10. Constam estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da IN SEGES/ME nº 73/2020?[16]	Resposta Sim	144 - 251
10.1 Consta manifestação da área técnica com análise dos preços obtidos na pesquisa?[17]	Resposta Sim	144 - 251
10.2 No caso de **serviços com dedicação exclusiva de mão de obra**, consta planilha de formação de preços nos termos do subitem 2.9, "b" do Anexo V da IN SEGES/MP nº 5/2017?	Resposta Não se Aplica	—
11. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193?	Resposta Sim	307 - 308
12. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP?[18]	Resposta Sim	307
12.1. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?[19] [20]	Resposta Não se Aplica	—
13. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral União?[21]	Resposta Sim	485
13.1. Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	Resposta Sim	481

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2 - ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO PRECEDIDA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
14. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum?[22]	Resposta Sim	251
14.1 Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão?[23]	Resposta Sim	251
15. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?[24]	Resposta Sim	13 - 15
15.1. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?[25]	Resposta Não se Aplica	—
16. Sendo adotada modalidade de licitação diversa do pregão, consta designação da Comissão de Licitação?[26]	Resposta Não se Aplica	—
17. Há autorização da autoridade competente permitindo o	Resposta	

início do procedimento licitatório?[27]	Sim	116
18. Há minuta de edital?[28]	Resposta Sim	357
18.1. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União?[29]	Resposta Sim	485
18.1.1. Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	Resposta Sim	481
18.2. A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital?[30] [31]	Resposta Sim	463
18.3. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital?[32]	Resposta Não se Aplica	—
19. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo?[33]	Resposta Sim	13

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3 - <u>ESPECÍFICA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
20. Autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto 7.892/2013?	Resposta Sim	252
21. Foi realizado procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?[34]	Resposta Não	309
21.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?[35]	Resposta Sim	309
21.2. Foram adotadas pelo órgão gerenciador as medidas do §3º do art. 4º do Decreto 7.892/2013?	Resposta —	—
22. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, o órgão gerenciador consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo?[36]	Resposta —	—
23. Foram consolidados os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º do Decreto 7.892/13?[37]	Resposta Sim	335
24. O órgão gerenciador confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência?[38]	Resposta —	—
25. Foi utilizado o modelo padronizado de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União?[39]	Resposta Sim	485
25.1. Eventuais alterações no modelo ou sua não utilização	Resposta Sim	481

Fls. Nº 496

Ass.

foram devidamente justificadas no processo?		
26. O Edital permite a adesão a não participantes? (Art. 22 do Decreto nº 7.892/13)	Resposta Não	460
26.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes? (Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU)	Resposta —	—
26.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	Resposta —	—
27. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	Resposta Não	117, 57
27.1 Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi apresentada justificativa?[40]	Resposta Sim	117, 761

LISTA DE VERIFICAÇÃO 4 - <u>ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO</u>[41]	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
28. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado?[42]	Resposta 1	1
28.1. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?	Resposta 1	1
29. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?	Resposta 1	1
30. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)?[43]	Resposta 1	1
31. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? (art. 6º, III da Lei nº 10.522/02)[44]	Resposta 1	1
32. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias?[45]	Resposta 1	1

7

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: *"os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."*

[2] art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017

[3] Obs.1: Atentar para as exceções à obrigatoriedade de registro no Plano anual previstas no art. 7º do Decreto. Considerando que o art. 22 estende a aplicação dos seus termos às contratações do regime da Lei nº 8.666/93, muito embora sejam citados dispositivos da Lei nº 14.133/21, também estão incluídas as contratações enquadradas nos dispositivos correlatos das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, onde aplicável.

[4] art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017

[5] art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020

[6] Obs.1: O art. 8º, I da IN SEGES/ME nº 40/2020 estabelece que é facultada a elaboração dos Estudos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Obs.2: Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos que não forem estabelecidos como padrão (art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 40/2020)

[7] art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020

[8] art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19

[9] arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017

[10] Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

[11] art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017

[12] art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017

[13] art. 29, IN/SEGES 05/2017

[14] IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º

[15] art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93

[16] art. 3º, III, da Lei 10.520/02, art. 3º, XI, "a", "2" do Decreto 10.024/19, arts. 15, V e §1º, e art. 43, IV, da Lei 8.666/93.

[17] art. 3º e art. 6º, §3º, da IN 73/2020

[18] art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93

[19] ON/AGU 52/2014

[20] Obs. 1: ON AGU 52: *"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000."*

[21] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[22] ON AGU nº 54/2014: *Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

[23] art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019

[24] art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19

[25] art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019

[26] art. 38, III, da Lei 8.666/93

[27] art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19

[28] art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº 10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93

[29] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[30] art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93

[31] Obs. 1: se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.

[32] art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93
[33] art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016
[34] art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13
[35] art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13
[36] art. 5º, II, do Decreto 7.892/13
[37] art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13
[38] art. 5º, V, do Decreto 7.892/13
[39] Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[40] Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019-Plenário, nos seguintes termos:
9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...]
9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.
[41] OBS: Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU).
[42] OBS 1: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: *Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite.*
OBS 2: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009: *empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.*
OBS 3: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: *Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.*
[43] OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS);
OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
[44] OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

[45] OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta.

OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 21 de 06 de 2023

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA– 2º Sgt Int

Pregoeiro

FL Nº 500
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

OFÍCIO Nº 05/2023 – SALC/2º B Log SL/2ª Bda Inf Sl

São Gabriel da Cachoeira - AM, 21 de junho de 2023.

Ao(À) Ilmo(a). Senhor(a)
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas
Av. Tefé, nº 611 – Ed. José Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14

Assunto: Análise Jurídica.

Senhor Consultor Jurídico,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 38 da Lei n. 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar n. 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE: Quinze dias	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: * DATA LIMITE: Quinze dias FLS: 502
e-mail: salc2blogsl2023@gmail.com	Telefone: (97) 3471-3039
NUP: 64125.000575/2023-01	Nº de volumes: 03 (três)
Valor: R$ 4.852.614,73	Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP
Prazo: 60 dias	Sigla do Órgão: 2º B Log SL, subordinado ao Cmdo 2ª Bda Inf Sl (UASG - 160515)
Data de abertura do processo: 19/06/2023	
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (x) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: **edital**: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços não contínuos Atualização: Fevereiro/2022; **Ata:** Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Ata de Registro de Preços – Não-Continuados Atualização: Dezembro/2019 **TR**: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União	

FL Nº 501
Rubrica

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados Atualização Junho/2021 **Contrato:** Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não-Continuados Atualização: Julho/2020 **Obs:** modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/servicos-nao-continuados-pregao .
Houve alteração? (x) SIM ( ) NÃO
Relação dos itens modificados: Conforme documento presente no referido Processo Licitatório – Fl 481

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo NUP 64125.000575/2023-01, objetivando auxiliar a verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 21/06/2023.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: **Eventual contratação de serviços de manutenção de embarcações.**			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: AQUISIÇÕES			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	X	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	

FL Nº 502
Rubrica

CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.	

São Gabriel da Cachoeira/AM, 21 de junho de 2023.

LUÍS FELIPE SIMÕES RAMOS – Cel
Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls Nº 503

Ass

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
ADVOGADOS
RUA SANTA CATARINA, 480 - 6º ANDAR LOURDES BELO HORIZONTE CEP 30.170-081

PARECER n. 01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 64125.000575/2023-01
INTERESSADOS: COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA - CMDO 2ª BDA INF SL
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

EMENTA:PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS CUJO VALOR SEJA IGUAL OU SUPERIOR A R$ 500.000,00. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Legislação Aplicável: Instrução Normativa nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão – SEGES do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, Lei nº 10.520, de 2002, Decreto nº 3.555, 2000, Decreto nº 7.892, de 2013 e Lei nº 8.666, de 1993. **Contratação eventual de serviços de manutenção de embarcações.** Regularidade Formal do Processo. Limites impostos pelo Decreto nº 10.193, de 2019. Considerações acerca do parcelamento do objeto. Adequação da Modalidade Licitatória Adotada. Observação dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental. Instrução do Processo. Análise das Minutas. Ressalvas e/ou Recomendações.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo oriundo do **CMDO 2ª BDA INF SL**, que tem por objeto a **contratação eventual de serviços de manutenção de embarcações.** O valor estimado da referida contratação é de R$ 4.852.614,73 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e catorze reais e setenta e três centavos).

2. Os presentes autos eletrônicos, enviados exclusivamente em meio eletrônico, via sistema SAPIENS, foram distribuídos ao advogado(a) signatário(a) para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993, do artigo 8º - F da Lei n.º 9.028, de 1995 e do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, encontrando-se instruídos com os seguintes documentos:

- Equipe de Planejamento
- Pregoeiro e Equipe de Apoio
- Documento de Formalização da Demanda
- Mapa de Riscos
- Estudos Técnicos Preliminares
- Autorização para abertura do processo
- Justificativa para o não parcelamento do objeto
- Justificativa da contratação
- Justificativa de quantitativo
- Mapa Comparativo de Preços
- Justificativa de pesquisa de preços direta com fornecedores
- Justificativa da planilha de preços
- Pesquisa de Mercado

- Justificativa para adoção do SRP
- Termo de Referência
- Declaração de atividade de custeio
- Justificativa para não divulgação de IRP
- Edital
- Ata de Registro de Preços
- Minuta do Contrato

Fls Nº 504

Ass:

2. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

3. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

4. Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

5. Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos **jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos (Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento").

6. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

7. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

8. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

3. REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

9. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

10. Com efeito, no que tange especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, conforme art. 38 da Lei n. 8.666, de 1993, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são aplicáveis, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, compreendendo, na medida do possível, o máximo, 200 folhas:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2, DE 1º DE ABRIL DE 2009

> "Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

11. Aplicáveis ainda, a Portaria Interministerial nº 1.677, de 2015 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº 1.243, de 2006 (para os órgãos militares), que também dispõem sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos, sendo recomendável também que o consulente verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.

12. É certo que tais normas devem ser adaptadas e aplicadas, naquilo que couber, ao processo eletrônico.

13. Os autos do processo submetidos à análise encontram-se regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico pertinente. No entanto, registramos um alerta final referente aos termos do art. 22, § 1º e 2º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015:

> *"§ 1º - O uso do meio eletrônico para a realização de processo administrativo deverá estar implementado no prazo de dois anos, contado da data de publicação deste Decreto;*
>
> *§ 2º - Os órgãos e as entidades de que tratam o caput que já utilizam processo administrativo eletrônico deverão adaptar-se ao disposto neste Decreto no prazo de três anos, contado da data de sua publicação".*

14. Na mesma linha, o § 1º do artigo 8º do Decreto 10.024/2019, dispõe que a instrução do processo licitatório por meio de sistema eletrônico, será válida para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

15. O processo eletrônico submetido à análise encontra-se regularmente formalizado, em conformidade com o ordenamento jurídico pertinente.

4. LIMITES DE GOVERNANÇA

16. No âmbito do Poder Executivo Federal, Decreto nº 10.193, de 2019, passou a estabelecer limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em seu artigo 3º:

> *"Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.*
>
> *§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:*
>
> *I - titulares de cargos de natureza especial;*
>
> *II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e*
>
> *III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.*
>
> *§ 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.*
>
> *§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."*

17. Sob a égide do revogado Decreto nº 7.689, 2012, que regulava o tema, foi baixada a Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012 estabeleceu normas complementares para o seu cumprimento, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

> *"I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;*
>
> *II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;*
>
> *III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;*

Fls Nº 506

Ass:

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa."

18. Cumpre ao órgão ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019.

19. Sendo assim, até que o ato normativo (Portaria nº 249 de 2012) seja revisto ou revogado, conforme determinação contida no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, parece-nos plausível orientar que a autoridade assistida deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da Portaria 249, de 2012.

20. Recomendamos à área técnica do Órgão assessorado (considerando-se os últimos pacotes fiscais anunciados pelo poder público) verificar a eventual existência de Decretos ou outro normativos relativos a "limites", "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas; com efeitos aplicáveis ao caso concreto.

21. Lembramos, ainda, que o Ministério da Economia costuma editar anualmente normativos que determinam a suspensão de contratações, o que deverá ser objeto de atenção e cumprimento pelo Órgão.

5. AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL

22. Nos termos do que dispõe o artigo 36 da IN 05, de 25 de maio de 2017 – MPDG, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação com base nas disposições previstas no Anexo I da ON SEGES nº 02, de 2016, a qual prevê em seu artigo 1º que "Os pregoeiros e as equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços as listas de verificação constantes dos Anexos I e II, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos".

23. A Advocacia-Geral da União também dispõe de *Check-Lists* previamente elaborados para os diversos tipos de contratações, de preenchimento facultativo, encontrando-se dispostas no site http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244390, servindo de excelente instrumento de apoio para que seja aferida a correção da instrução, sem prejuízo da obrigatória adoção da ON SEGES nº 02, de 2016.

24. No presente caso o órgão realizou a avaliação de conformidade legal, anexando a lista constante do Anexo I da ON SEGES nº 02, de 2016.

6. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

25. O Decreto nº 10.024, de 2019, no artigo 6º, estabelece as etapas a serem sucessivamente observadas quando da realização do pregão eletrônico.

26. As orientações a serem observadas no planejamento da contratação, estão prescritas no art. 14 do Decreto nº 10.024, de 2019:

> *"Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:*
>
> *I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;*
>
> *II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;*
>
> *III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;*
>
> *IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e*
>
> *V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio."*

27. De forma mais detalhada, no âmbito da contratação de serviços, a IN Nº 05, de 2017, traz o passo a passo a ser seguido pelo gestor, com a finalidade de melhor definir, justificar e estabelecer as necessidades da Administração, com a finalidade de assegurar uma contratação perfeita.

28. Logo de início, o artigo 1º, estabelece:

> "Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:
>
> I -as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato;
>
> II -os critérios e práticas de sustentabilidade; e
>
> III -o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver."

29. Nesse sentido, o artigo 20 da citada IN Nº 05, de 2017, esclarece que o planejamento de cada contratação deve atender às seguintes etapas:

> - Estudos Preliminares;
> - Gerenciamento de Riscos; e
> - Termo de Referência ou Projeto Básico.

30. É indispensável que o órgão cumpra as referidas etapas, de forma a que o planejamento da contratação seja elaborado nos estritos termos da necessidade da Administração.

31. No rol das definições, o art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019, estipula:

> *"IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;*
>
> *(...)*
>
> *XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:*
>
> *a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:*
>
> *1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;*
>
> *2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e*
>
> *3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;*
>
> *b) o critério de aceitação do objeto;*
>
> *c) os deveres do contratado e do contratante;*
>
> *d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;*
>
> *e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;*
>
> *f) o prazo para execução do contrato; e*
>
> *g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.*
>
> *§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.*
>
> *§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do* ***caput****, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.*

32. Lembramos ainda que no caso de serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade, poderão ser elaborados estudos preliminares e gerenciamento de riscos comuns, ou seja, um mesmo estudo e mesmo gerenciamento poderão ser aproveitados para as contratações semelhantes (art. 20, § 5º da IN 05/2017).

33. Pode também ser adotado pelo órgão o modelo de contratação estabelecido nos cadernos de logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, situação em que poderá

ser simplificada, no que couber, a etapa de estudos preliminares (art. 20, § 4º da IN 05/2017). Ass:

34. Em qualquer situação, deve ficar caracterizado o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, nos termos do que dispõe o artigo art. 3º, IV, do Decreto nº 10.024, de 2019.

35. O detalhamento dos procedimentos iniciais para elaboração do planejamento da contratação de serviços, encontram-se disciplinados nos artigos 21 a 23 e o Anexo II da IN Nº 05, de 2017, a qual traz o modelo a ser seguido pelo setor requisitante – documento de formalização da demanda.

36. Os estudos preliminares estão estabelecidos no artigo 24 e seus parágrafos e o Anexo III traz as diretrizes para elaboração dos estudos preliminares.

37. Já o gerenciamento de riscos tratado nos artigos 25 a 27, será materializado pelo Mapa de Riscos, cujo modelo se encontra no Anexo IV da IN Nº 05, de 2017.

38. Verifica-se ainda, que nas contratações em que o órgão seja gerenciador (SRP), deve ser produzido um estudo preliminar específico para o órgão ou entidade e outro para a formação da Ata (art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017). Já nos casos em que o órgão seja participante (SRP) a equipe de planejamento elaborará o estudo preliminar considerando os itens previstos no § 6º do art. 24 da IN Nº 05, de 2017.

39. Frise-se também o disposto na IN SEGES ME nº 1/2019, que revogou a IN SEGES MPDG nº 1/2018, e que trata do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito da Administração Direta e Indireta e sobre o "Sistema de Planejamento de Gerenciamento de Contratações" – PGC. Cabe ao órgão atentar para o cumprimento daquelas disposições.

40. Ao final, destacamos que elementos integrantes dos Estudos Preliminares, tais como a justificativa da contratação, quantitativos estimados, parcelamento etc, por sua relevância e especificidades, serão tratados em tópicos próprios ao longo do parecer.

41. Verifica-se que o órgão elaborou o planejamento da contratação, anexando os Estudos Preliminares e o Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do que dispõe a IN 05, de 2017, e o Decreto 10.024/2019.

6.1 justificativa da contratação

42. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução Normativa 5, de 2017, especialmente em seu art. 24, o qual arrola os principais elementos que deverão ser previstos na elaboração dos Estudos Preliminares a serem realizados pelo órgão como etapa indispensável do Planejamento da Contratação de Serviços.

43. Na definição do objeto, o órgão deve estar atento para o que dispõe o artigo 3º, VII, do Decreto 10.024/2019, o qual define o serviço como sendo uma atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública.

44. Evidentemente, a justificativa da contratação tomará por base todas as pesquisas realizadas no estudo técnico preliminar.

45. Na descrição do serviço, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, sem as quais, não poderão ser atendidas as necessidades da Administração evitando, por outro lado, detalhes considerados irrelevantes ou impertinentes, que possam limitar a competição indevidamente (art. 3º, inc. II da Lei nº 10.520, de 2002).

46. Nesse sentido, o art. 3º, inc. II da Lei nº 10.520, de 2002 impõe:

> *"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *II – a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.*
>
> *(...)"*

47. A mesma linha de raciocínio é seguida no Decreto nº 10.024, de 2019:

> *"Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*
>
> *(...)*
>
> *XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:*

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

(...)"

48. O artigo 24 da IN MPDG nº 05, de 2017, ao tratar dos estudos preliminares a serem apresentados como parte do planejamento da contratação, aponta para a necessidade de que o documento traga, dentre outros, a justificativa da necessidade da contratação (art. 24, inciso I da IN MPDG 05/2017) e o levantamento do mercado com a justificativa da escolha da solução a contratar (art. 24, V da citada IN 05/2017).

49. Algumas particularidades que deverão constar na justificativa da contratação serão abordados, em tópicos próprios, na sequência.

50. No caso concreto, a justificativa da contratação foi juntada aos autos, no Termo de Referência e no ETP, consoante o relatório supra.

6.2 Quantitativos estimados

51. Ressalte-se ainda que o art. 7º, § 4º da Lei nº 8.666, de 1993, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades. Em atenção ao preceito legal retro mencionado, impõe-se que sejam apresentados os quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente, considerando-se ainda que de tal estimativa dependerá o valor contratual.

52. A este respeito, a IN MPDG 05/2017 traz em seu artigo 24, inciso VI, a necessidade de que os estudos preliminares elaborados pelo órgão, apresentem a estimativa das quantidades acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte.

53. Ou seja, é indispensável que a autoridade planeje a contratação com base em estudos, que demonstrem não só a necessidade do serviço, mas também a necessidade dos quantitativos propostos.

54. Insta recordar que o valor contratual é determinante para fins de aplicabilidade dos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015 (restrição das licitações à participação exclusiva das ME e EPP, para contratações de até R$80.000,00), daí a sua importância para evitar a limitação ou ampliação indevida da participação no certame.

55. Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do serviço pode variar em função da quantidade contratada, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar adequada quantidade para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

56. De fato, é nesse sentido que a doutrina e o TCU aconselham, ao recomendar a fixação no edital do SRP não apenas da quantidade máxima dos itens licitados, mas também estabelecer lotes mínimos – é dizer, quantitativo mínimo a ser fornecido a cada pedido -, para a obtenção de preços por atacado e, em decorrência, mais favoráveis à Administração (Conforme os trechos do Voto do Ministro Relator no Acórdão 4.411/2010- 2ª Câmara).

57. **Necessário, pois, que a justificativa contenha esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados do certame – tanto o quantitativo máximo da ata, quanto o lote mínimo de cada pedido. Recomenda-se fazê-lo.**

6.3 termo de referência com a aprovação da autoridade competente

58. O Termo de Referência é o documento a ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a adequação do certame, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato (de acordo com a definição do artigo 3º, inc. XI, do Decreto nº 10.024, de 2019 e inc. II do art. 8º do Decreto nº 3.555, de 2000). Tal documento deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente (Conforme art. 14, inc. II, do Decreto nº 10.024, de 2019 e art. 8º, inc. IV do Decreto nº 3.555, de 2000).

59. No caso dos autos, o Termo de Referência, devidamente aprovado, consta dos autos, conforme relatório supra.

6.4 designação do pregoeiro, equipe de apoio e demais agentes que atuam no feito Ass:

60. O art. 21, VI do Decreto nº 3.555, de 2000 e art. 8º, inc. VI, do Decreto nº 10.024, de 2019 exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio e demais agentes que atuam no feito.

61. No presente caso, houve a juntada aos autos das designações de pregoeiro e equipe de apoio.

7. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

62. Via de regra, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 23, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

63. Neste sentido é também a Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, a qual esclarece em seu Anexo VIII, que "*o parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação dos licitantes, que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas*" (item 3.8, "a").

64. De outro lado, a própria Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 é clara ao estabelecer a necessidade de que a autoridade, no planejamento da contratação (estudos preliminares), justifique o parcelamento ou não da solução (artigo 24, VIII).

65. O método utilizado na avaliação da divisibilidade será documentado nos estudos preliminares, e deverá levar em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade (item 3.8, "b" do Anexo III da IN MPDG nº 05/2017).

66. Portanto, caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deve ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

67. Sobre o tema, o mestre Marçal bem aborda a questão (in *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 17ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 440):

> "Mas a adoção do fracionamento dependa da presença de requisitos de ordem técnica e econômica.
>
> *4.1.3) O requisito de natureza técnica*
>
> Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável nem, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatório. Se a Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassis, motor, etc). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma, o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento.
>
> *4.1.4.) O requisito de natureza econômica*
>
> Já o impedimento de ordem econômica se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar o aumento de seus custos.
>
> Como se extrai, o fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade de participação de maior número de interessados não é o objetivo imediato e primordial, mas via instrumental para obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares."

68. Sublinhe-se, ainda, que o Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula nº 247, pacificou o seguinte entendimento:

> "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível,

> desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo-se em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

69. Nesta mesma linha de raciocínio, o dever de parcelamento também implica que, caso o serviço abranja o fornecimento de materiais e equipamentos que representem percentual expressivo do custo total, sejam realizadas contratações distintas, salvo justificativa técnica ou econômica que afaste esta exigência.

70. Diante dessas considerações, forçoso concluir que, sendo divisível o objeto, a contratação conjunta somente restará autorizada se a Administração demonstrar que tem por fundamento a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento, pois, caso contrário, deverá proceder-se à divisão do objeto.

71. No caso dos autos o órgão assessorado, em seu Estudo Técnico Preliminar, justificou o parcelamento da contratação, tendo analisado de forma concomitante, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

8. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DO CERTAME ÀS ME, EPP

72. De acordo com o art. 3º, §4º, inc. VI, da Lei Complementar n.º 123, de 2006, *"não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo"*.

73. O Decreto nº 8.538, de 2015, tanto na ementa, quanto no artigo 1º, admite expressamente o tratamento favorecido apenas às sociedades cooperativas de consumo.

74. Segundo Fernanda Mesquita Ferreira:

> "De acordo com a doutrina, as cooperativas podem ser classificadas nos seguintes moldes: de consumo; de produção; de crédito; e de trabalho. Estas últimas também são chamadas de cooperativas de mão-de-obra.
>
> A cooperativa de consumo possui como objetivo o fornecimento de artigos de consumo normalmente a preços mais acessíveis. Já a cooperativa de produção tem por finalidade levar a produção para outros locais, sem a presença de intermediários, como as cooperativas de produção agropecuárias criadas no Brasil para promover os assentamentos dos sem-terra. Enquanto a cooperativa de crédito se propõe a ofertar crédito, a cooperativa de trabalho visa à prestação de serviços em geral."
>
> (A Participação das Cooperativas nas Licitações Públicas: análise à luz da doutrina, jurisprudência e legislação, incluindo-se a nova lei de cooperativas de trabalho (Lei nº 12.690/2012), disponível em http://www.conteudojuridico.com.br/print.php?conteut=2.41925, consultado em 22/11/2017).

75. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

76. Da mesma forma, o art. 6º do Decreto 8.538, de 2015, estabelece que as licitações para contratações públicas de bens, serviços e obras, cujo valor esteja abaixo de R$ 80.000,00, deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

77. No que tange a incidência do valor limite da licitação exclusiva por item de contratação, independentemente do valor global do certame, o artigo 48 da LC 123/2006 é claro ao informar que a licitação exclusiva deverá ser realizada nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

78. No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

> *"Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007."*

79. Já com relação aos contratos para prestação de serviços de trato continuado, com a redação atualizada da ON nº 10-AGU, revista em 2017, o valor limite para aplicação da exclusividade será aquele referente a um ano de contratação, *como in verbis*:

> "PARA FINS DE ESCOLHA DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS CONVENCIONAIS (CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE), BEM COMO DE

> ENQUADRAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PREVISTAS NO ART. 24, INC. II, DA LEI Nº 8.666/1993, A DEFINIÇÃO DO VALOR DA CONTRATAÇÃO LEVARÁ EM CONTA O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E AS POSSÍVEIS PRORROGAÇÕES. NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS, O VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) REFERE-SE AO PERÍODO DE UM ANO, OBSERVADA A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE EM CASOS DE PERÍODOS DISTINTOS."

80. Note-se, entretanto, que não se aplica a exclusividade nas hipóteses expressamente elencadas nos incisos I a IV, do art. 10 do Decreto 8.538/2015 e art. 49 da LC 123/2006 (com a redação dada pela LC 147, de 2014), situação que deverá ser justificada:

> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
>
> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do **caput** do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do **caput** deste artigo; ou
>
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

81. **No caso dos autos, a licitação foi dividida em 8 grupos e, como indica o item 1.3 do Edital, o critério adotado é o menor preço por grupo. Como cada grupo possui valor acima de oitenta mil reais, não cabe falar em itens dedicados exclusivamente às MEs e EPPs. Assim, recomenda-se seja corrigido o item 4.1.2 do Edital.**

9. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

82. Conforme Orientação Normativa Interna CJU/SP nº 03:

> *"Compete à Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilizar a modalidade pregão."*

83. No mesmo sentido, a Orientação Normativa nº 54, de 2014, do Advogado-Geral da União:

> *"Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."*

84. Vale salientar, em reforço, que o Decreto nº 10.024, de 2019, passou a dispor, nesse mesmo sentido:

> *"Art. 3º (...)*
>
> *§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica."*

85. Na concepção de Marçal Justen Filho, *"bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio"* (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

86. Igualmente, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002:

> *"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*
>
> *Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."*

87. Outrossim, o Decreto nº 10.024, de 2019, além de reiterar essa definição de serviço comum, também estabeleceu o que deve ser entendido por bens e serviços especiais:

> *"Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*
>
> *(...)*
>
> *II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*
>
> *III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;"*

88. Ademais, segundo o §1º, do artigo 1º, do Decreto nº 10.024, de 2019, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, obrigatoriamente, em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

89. Ainda quanto a este aspecto, o Decreto nº 10.024, de 2019, no §2º, do artigo 3º, passou a dispor que "*os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do* ***caput****, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.*"

90. No caso, pretende-se a **contratação eventual de serviços de manutenção de embarcações**, os quais foram classificados pelo setor técnico competente do Órgão assessorado como "serviço comum", conforme se depreende do item 4.1 do Termo de Referência.

91. Atestada a natureza comum dos serviços pretendidos, torna-se adequada a opção do Órgão pela contratação mediante pregão.

92. Considere-se também, no que concerne especificamente ao Sistema de Registro de Preços-SRP, que, a par da modalidade concorrência prevista no art. 15, §3º, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993, o art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002 admitiu a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

93. Importante ressaltar que o Decreto nº 7.892, de 2013, que regulamenta o SRP, em seu art. 7º, *caput*, fez previsão no mesmo sentido, de maneira que se pode concluir que a utilização do pregão para registro de preços de serviços comuns é a modalidade licitatória compatível com a legislação pertinente.

94. Por fim, o artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 2013 enumera nos incisos I a IV, as situações nas quais deverá ser adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços. Lembramos que as hipóteses de cabimento do SRP são **taxativas**, nos termos do Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU, devidamente aprovado pelo Consultor-Geral da União, em 18/11/2014, restando ultrapassado, em decorrência, o entendimento anterior contido no atualmente superado Parecer nº 125/2010/DECOR/CGU/AGU, que admitia a utilização do registro de preços em casos de "contingenciamento orçamentário", por exemplo:

> "Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
>
> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
>
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

95. Desta forma, é necessário indicar expressamente a hipótese em que se enquadra o pretendido registro de preços.

96. No caso, o órgão consulente indicou que a contratação se enquadra nos incisos I e IV do art. 3º do Decreto 7892/13.

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

97. O art. 3º da Lei nº 8.666/1993, lei de licitações, prevê que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

98. Destaca-se que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável não é uma faculdade, mas um dever legal imposto ao gestor público nas contratações, como o de garantir a isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa.

99. Assim, devem ser estabelecidos critérios de sustentabilidade que viabilizem o julgamento objetivo das propostas apresentadas pelos licitantes, sem frustrar a competitividade.

100. A Instrução Normativa nº 05/2017 do MPDG trouxe o planejamento da contratação que foi mantido no novo Decreto do Pregão eletrônico, Decreto nº 10.024/2019.

101. O planejamento da contratação possui determinados requisitos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade, além da verificação de incidência de exigências de sustentabilidade em obrigações da contratada, bem como o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) do órgão, nos termos da Instrução Normativa nº 10/2012, SLTI/MPOG, c.c. o artigo 2º, parágrafo 1º do Decreto 10.024/2019.

102. O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos nos processos administrativos. O compromisso com a sustentabilidade melhora a qualidade do gasto público, combate o desperdício e promove a redução de consumo.

103. As dimensões a serem consideradas são: econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, sempre se ressaltando que mediante exame do órgão assessorado no que incidente e se há incidência no caso concreto (artigo 2º, parágrafo 1º, do Decreto 10.024/19). Sobre as diversas dimensões, há subsídios orientadores no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

104. O desenvolvimento sustentável deve ser implementado nos serviços e as minutas devem trazer critérios de sustentabilidade de acordo com o PGLS e o objeto a ser licitado e as características próprias de cada tipo de serviço (limpeza e conservação, manutenção predial, etc).

105. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2ª edição – 2019), disponível no site da AGU.

106. Sobre a utilização do Guia, manifestou-se o Tribunal de Contas da União:

> "Como boa prática pode-se citar a publicação do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (BRASIL, 2016c), pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), integrante da Consultoria-Geral da União - CGU, da Advocacia-Geral da União.
>
> A obra tem como objetivo oferecer segurança jurídica aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais, de acordo com o art. 3º da Lei 8.666/1993 (BRASIL, 1993). O guia apresenta critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade e traz orientações sobre planejamento e avaliação da necessidade de contratação." (TCU – Acórdão 1056/2017 – Plenário).

107. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridas outras previsões de sustentabilidade além das legalmente previstas e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios.

108. Além do Guia Nacional, podem ser inseridos critérios de sustentabilidade nos pregões para serviço com base no art. 6º da IN nº 01/2010 do MPOG.

109. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, do Decreto 10.024/2019, as contratações públicas mediante pregão eletrônico deverão atentar para que o princípio do desenvolvimento nacional sustentável seja observado em todas as etapas da contratação e tenha por base o PGLS do órgão:

> "Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.
>
> § 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.
>
> Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no artigo 3º, caput, da Lei 8.666/93, deverão ser tomados quatro cuidados gerais pelos gestores públicos em serviços:
>
> a) definir os critérios e práticas sustentáveis objetivamente como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial combinado com o art.28, V, segunda parte, ou art. 30, IV, ambos da Lei nº 8.666, de 1993);

b) justificar a exigência desses critérios e práticas sustentáveis em relação à adequação de sua especificação,

c) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame e

d) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável, nos casos de pregão eletrônico."

110. Se a Administração entender que os bens objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

111. No caso vertente, há manifestação do Órgão assessorado acerca da incidência de critérios ou práticas de sustentabilidade nos autos, no Termo de Referência.

11. ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

112. A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 3.555, de 2000, Decreto nº 10.024, de 2019, Decreto nº 7.892, de 2013, conjugados com as regras da Lei nº 10.520, de 2002 e da Lei nº 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno, posterior a presente manifestação jurídica.

113. Sugere-se a consulta à Lista de Verificação para Pregão ou SRP Pregão (atos administrativos e documentos a serem verificados- no que forem aplicáveis à hipótese), desenvolvida pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria AGU nº 1.161/2010 que poderá ser acessada através do endereço eletrônico http://www.agu.gov.br.

114. Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do ordenamento jurídico, em face do caso vertente, com a ressalva de que os textos das minutas anexadas serão analisados em tópicos especialmente abertos para essa finalidade.

11.1 autorização para abertura da Licitação

115. A autorização para abertura da licitação devidamente assinada pela autoridade competente decorre da exigência do art. 38, caput, da Lei nº 8.666, DE 1993, art. 21, inc. V do Decreto nº 3.555, de 2000, arts. 8º, inc. V e 13, inc. III, do Decreto nº 10.024, de 2019(pregão eletrônico).

116. No presente caso, tal exigência foi cumprida, conforme o relatório supra.

11.2 Pesquisa de preço

117. A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável. Dispõe o artigo 43, IV da Lei nº 8.666, de 1993:

> "A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
>
> (...)
>
> IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;" (grifo nosso)

118. O Decreto nº 10.024, de 2019, estabelece:

> *"Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*
>
> *XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:*

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e"

"Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

III - planilha estimativa de despesa;"

119. A temática do valor justo das licitações e contratações possui importância tão destacada que é tratada na IN MPDG nº 05/2017 em dois momentos distintos.

120. No que tange aos estudos preliminares, que integram o planejamento da contratação, a IN MPDG nº 05/2017 traz em seu artigo 24, § 1º, inciso VI a necessidade de que o órgão elabore tais estudos, apresentando a estimativa de preços ou preços referenciais.

121. Nos termos do Anexo III, item 3.6 da citada IN 05/2017, o método para estimativa dos preços deve ser documentado nos autos, devendo seguir as diretrizes do normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, incluindo nos autos as memórias de cálculo e estimativas de preços com os documentos que lhes dão suporte.

122. Mais à frente, o art. 30 da IN Nº 05, de 2017, ao tratar do termo de referência/projeto básico, dispõe em seu inciso X que tal documento deve conter "as estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27/06/2014", (alterada, por sua vez, pelas IN/SLTI/MPOG Nº 07, de 2014, e IN/SLTI/MPOG Nº 03, de 2017). O detalhamento de tal dispositivo é feito no item 2.9 do Anexo V da IN 05/2017.

123. Ainda a Lei 8.666, de 1993, determina o seguinte:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços; (...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado." (grifo nosso)

124. Considerando nosso papel de proporcionar à Autoridade o máximo de segurança possível para a prática do ato, não podemos deixar de alertar a necessidade de fixar o valor de referência de uma contratação com embasamento técnico suficiente que permita constatar, pelo menos aproximadamente, o valor justo a ser pago.

125. Ademais, que a correta estimativa do valor contratual é essencial para a verificação da necessidade ou não de se proceder à licitação de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015.

126. Insta destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples anexação de orçamentos das empresas nos autos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta, não apenas sob seu aspecto formal (identificação da empresa, idoneidade, compatibilidade da sua finalidade social com o objeto da licitação, etc.), como do seu teor. É de bom alvitre alertar ao órgão para a importância da congruência entre os preços das propostas, considerando que eventuais valores desarrazoados ou evidentemente inexequíveis podem distorcer os resultados das pesquisas efetuadas, de maneira que cumprirá ao órgão o discernimento sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais.

127. Salientamos que é de inteira responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. Como sempre repetimos, os membros da CJU não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação, conforme bem ressaltado pela doutrina de Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti:

"A aceitação de proposta com sobrepreço pelo pregoeiro ou comissão de licitação, seguida da homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente, sujeita-os a responsabilidade, solidariamente com o agente que realizou a pesquisa de preços. O mesmo pode ocorrer com a autoridade superior competente pela ratificação dos atos do processo da contratação direta e o responsável pela pesquisa de preços.

A aceitação de oferta inexequível, de que resulte a inexecução do objeto em razão da impossibilidade de o contratado cobrir os custos da contratação, também atrai a responsabilidade desses agentes (o que realizou a pesquisa de preços, o pregoeiro, os integrantes da comissão de licitação e a autoridade que homologou o procedimento ou ratificou os atos praticados no processo da contratação direta). Em ambas as hipóteses – inexequibilidade ou sobrepreço –, será

necessário aquilatar a conduta de cada um desses agentes e as circunstâncias em que atuaram, para, o efeito de imputar-lhes responsabilidade." ("Responsabilidade por pesquisa de preços em licitações e contratações diretas", Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Editora Fórum, Belo Horizonte, ano 10, n. 116, ago. 2011).

128. Outrossim, o inciso V do artigo 10 da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) estatui a respeito:

> "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:
>
> (...)
>
> V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação do bem ou serviço por preço superior ao de mercado;"

129. No que tange à pesquisa de preços propriamente dita, o art. 30, X, da IN 05, de 2017, determina observar a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 (alterada, por sua vez, pelas IN/SLTI/MPOG Nº 07, de 2014, e IN/SLTI/MPOG Nº 03, de 2017), que estabeleceu "parâmetros" específicos, a serem observados conforme disciplinado no art. 2º, e seguintes, daquela IN nº 05, de 2014:

> "Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:
>
> I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;
>
> II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
>
> III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
>
> IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.
>
> §1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.
>
> §2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.
>
> §3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.
>
> §4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.
>
> §5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.
>
> §6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores."
>
> Art. 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação.
>
> Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.
>
> Art. 4º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas."

130. Observe-se que o órgão deve priorizar a consulta ao Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br e a contratações públicas recentes.

131. Também nesse sentido é o seguinte julgado do TCU, mediante o qual se estabeleceu que a consulta ao *site*, bem como a contratações da Administração, é preferencial em relação aos demais métodos de orçamento:

> "Para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da referida IN, quais sejam, 'Portal de Compras

> Governamentais' e 'contratações similares de outros entes públicos', em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, 'pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo' e 'pesquisa com os fornecedores' ". O Tribunal, acompanhando o voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, dar ciência ao MJ de que: i) "(...) na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas, a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados"; ii) "para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, 'Portal de Compras Governamentais' e 'contratações similares de outros entes públicos', em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, 'pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo' e 'pesquisa com os fornecedores', cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar". Acórdão 1445/2015-Plenário, TC 034.635/2014-9, relator Ministro Vital do Rêgo, 10.6.2015.

132. Nota-se, ainda, quanto à pesquisa de preços, que o TCU tem o seguinte julgado:

> "A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas com potenciais fornecedores, uma vez que, para atender o disposto na Lei 8.666/1993, as compras públicas devem balizar-se pelos preços praticados **no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública** (Acórdão 247/2017-TCU-Plenário, voto do Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues).
>
> (Orientações para aquisições públicas de medicamentos, TCU, 2018, pág. 27)

133. No caso de serviços com disponibilização de mão de obra: No que tange à estimativa de preços dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, transcrevemos o que dispõe o item 2.9 do Anexo V da IN MPDG nº 05/2017, ao tratar do termo de referência:

> 2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:
>
> a) (...);
>
> b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:
>
> b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou 22 desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;
>
> b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e
>
> b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço

134. Das disposições supra é possível notar que, nos serviços com mão de obra exclusiva, a pesquisa de mercado envolve a atividade de preencher adequadamente a planilha de custos e formação de preços, bem como a de pesquisar os preços de mercado.

135. **Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, verifica-se que o órgão menciona, em seu Relatório de Pesquisa de Preços que obteve os valores junto à empresas do ramo licitado, tendo juntado os orçamentos de tais empresas, bem como do Mapa Comparativo de Preços. Recomenda-se a juntada aos autos do resultado negativo da pesquisa junto ao Painel de Preços, conforme a norma jurídica acima destacada, em conformidade com os procedimentos e parâmetros delineados na IN/SLTI/MPOG nº 5, de 2014.**

11.3 Planilha de custos

136. O art. 7º, §2º, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, determina a elaboração de planilha de custos e formação de preços, com o detalhamento de todos os custos envolvidos, devendo adotá-la na pesquisa de preços junto às empresas.

137. A IN Nº 05, de 2017, define a planilha como sendo o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços.

138. Em adição, o Decreto 10.024, de 2019, estabelece em seu artigo 8º, III, que o processo relativo ao pregão eletrônico será instruído com a planilha estimativa de despesa, a qual será elaborada na ocasião da formatação dos estudos preliminares.

139. Sua elaboração, além de decorrer de comando expresso no decreto do pregão, é de grande auxílio na identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, e torna possível a avaliação da exequibilidade das propostas na ocasião do certame, bem como adquire grande importância para avaliação de eventuais desdobramentos contratuais futuros, como, por exemplo, o pedido de reequilíbrio contratual, ou de repactuação de preços, quando aplicável.

140. Assim, tal planilha deverá ser elaborada, de preferência, separando os custos relativos a cinco elementos mínimos: mão-de-obra, insumos, despesas operacionais administrativas, lucro e tributos, cabendo ao órgão avaliar, de acordo com cada modalidade de serviço, quais os demais elementos porventura incidentes, incluindo-os no modelo de planilha.

141. Uma vez que o Decreto nº 10.024, de 2019, considerou indispensável a apresentação de planilha estimativa da despesa, recomenda-se que a mesma seja sempre anexada. Nos casos de serviços simples, ela poderá apresentar um modelo mais enxuto, devendo ser justificada a opção, demonstrando-se que o serviço a ser contratado seja simples a ponto de tornar inviável ou desnecessária a elaboração da planilha detalhada, com a devida motivação nos autos, nos termos do item 2.9, subitem "b1" do Anexo V, da citada IN.

142. A formação da planilha de custos em casos de contratação de serviços de continuados com disponibilização de mão de obra deve ser aquela do Anexo VII-D da IN nº 05, de 2017, com o complemento 5 para os serviços de vigilância e complemento 6 para os serviços de limpeza e conservação, além de ser adaptada às peculiaridades dos serviços (conforme indicado na própria definição – Anexo I, inciso XV). A formação do preço de serviços de limpeza segue roteiro próprio, conforme se explanará mais adiante, no tópico relativo ao termo de referência, o que poderá ser inserido pelo advogado no corpo do parecer, caso julgue oportuno.

143. **No caso, recomenda-se a juntada aos autos da planilha de custos, consoante as diretrizes acima, especialmente, do parágrafo 140 deste Parecer.**

11.4 Divulgação do valor estimado ou valor máximo aceitável

144. O Decreto nº 10.024, de 2019, passou a estipular a possibilidade de se divulgar, ou não, o valor estimado ou o valor máximo aceitável:

> ***"Valor estimado ou valor máximo aceitável***
>
> *Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.*
>
> *§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.*
>
> *§ 2º Para fins do disposto no* ***caput****, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.*
>
> *§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório."*

145. Assim sendo, uma vez apurado e definido o valor estimado ou o valor máximo aceitável, cumpre ao órgão avaliar, cuidadosamente, se será o caso de divulgá-lo ou mantê-lo sob sigilo.

146. Não foram estabelecidos, por hora, parâmetros para a adoção de um ou outro. A decisão compete à autoridade que, evidentemente, deverá municiar-se das informações sobre o mercado do objeto licitado, coletadas por ocasião do estudo técnico preliminar.

147. Vale mencionar que no Decreto nº 10.024, de 2019, foram enunciados os princípios aos quais se condicionam o pregão eletrônico:

> ***"Princípios***
>
> *Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.*
>
> *§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.*
>
> *§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."*

148. Assim sendo, como norte, nos parece plausível recomendar que a escolha recaia sobre a opção que amplie a competitividade e, como consequência, tenha maior aptidão para a obtenção da melhor proposta. Qualquer que seja a opção do Gestor, deverá ser devidamente motivada nos autos.

149. No caso, no Termo de Referência, consta tal valor estimado.

11.5 previsão de recursos orçamentários

150. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o artigo 10, IX, Lei 8.429, de 1992, e artigos 38 e 55 da Lei nº 8.666, de 1993.

151. Cabe também alertar para que seja anexada a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

152. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a aplicabilidade da Orientação Normativa n. 52, do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da LC 101, de 2000:

> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

153. O órgão não apresentou a previsão dos recursos orçamentários, com a indicação das rubricas, nos termos do art. 21, inc. IV do Decreto nº 3.555, de 2000 e 8º, inc. IV, do Decreto nº 10.024, de 2019, c/c art. 14 e o caput do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como a do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

154. **Em conformidade com a Orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, recomenda-se atentar para o seguinte: "Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato", devendo o responsável zelar pelo seu atendimento. No mesmo sentido o Decreto nº 7.892, de 2013, em seu artigo 7º, § 2º, e o Decreto nº 10.024, de 2019, artigo 8º, inciso IV.**

11.6 Intenção de Registro de Preços

155. Nos termos do art. 5º, inciso I, do Decreto nº 7.892, de 2013, cabe ao órgão gerenciador registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo Federal.

156. Outrossim, conforme art. 4º, §1º, do Decreto 7.892, de 2013 (com a redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014), o órgão poderá dispensar sua divulgação, justificadamente.

157. Nos autos, não houve a apresentação de quadro de IRP, mas foi juntada uma justificativa técnica para tanto.

11.7 Minuta do Edital e anexos

158. O art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555, de 2000 e art. 8º, inc. VII e VIII, do Decreto nº 10.024, de 2019 exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços.

159. Tais minutas foram anexadas, conforme o relatório.

12. ANÁLISE DAS MINUTAS

12.1 Considerações Gerais sobre o Edital e Anexos

160. Inicialmente, cumpre destacar que o órgão adotou os modelos elaborados nacionalmente pela AGU, conforme determinado na Instrução Normativa nº 05, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, artigos 29 e 35:

> "Art. 29. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.
>
> § 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o **caput**, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.
>
> § 2º Cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação, observado o disposto no art. 23.
>
> Art. 35. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União, observado o disposto no Anexo VII, bem como os Cadernos de Logística expedidos por esta Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.
>
> § 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o **caput**, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.
>
> § 2º No caso da contratação de prestação de serviços por meio do sistema de credenciamento, deverão ser observadas as diretrizes constantes do item 3 do Anexo VII-B."

161. Todavia, dado o seu caráter genérico, e considerando-se as possíveis peculiaridades de cada objeto, ressaltamos que o gestor responsável deverá tomar as medidas de cautela quanto a eventuais adaptações ou acréscimos que se fizerem necessários nas minutas para a sua adequação ao caso concreto.

162. Além disso, uma vez que os modelos estão sujeitos a um processo dinâmico, o que importa em frequentes aperfeiçoamentos e atualizações, é possível que sejam feitas recomendações de adaptações nas minutas ao tempo de sua análise.

12.2 Termo de Referência

163. O termo de referência é o "*documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares*" (art. 3º, inc. XI, do Decreto nº 10.024, de 2019) que contempla, além do detalhamento do objeto, os requisitos para participação no certame, seu processamento, até final contratação e a execução contratual.

164. Nos termos da IN Nº 05, de 2017-MPDG, bem como do Decreto 10.024, de 2019, preliminarmente à elaboração do termo de referência, o órgão deverá observar as etapas relativas ao planejamento da contratação: Estudos Preliminares e Mapa de Riscos (artigo 20 da instrução citada e artigo 14 do Decreto). Tais documentos integrarão o processo administrativo e servirão como base para a elaboração do termo de referência (art. 28 da IN Nº 05, de 2017-MPDG). Excetuam-se as contratações de serviços em que o valor se encontre nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 (art. 20, § 2º, "a" da IN Nº 05, de 2017).

165. Além disso, devem ser observados os requisitos descritos no art. 8º, inc. II e art. 21, inc. II do Decreto nº 3.555, 2000, art. 3º, inc. XI, alínea a e 14, incs. II, do Decreto nº 10.024, de 2019, além das diretrizes constantes do art. 30 e Anexo V da IN Nº 05, de 2017.

166. No caso específico dos autos, o termo de referência foi anexado, conforme relatório. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele parece conter as previsões necessárias, atendendo às prescrições legais pertinentes.

167. **Recomenda-se, todavia, que sejam indicadas as quantidades máxima e mínima para cada um dos itens objeto da contratação.**

168. **Recomenda-se inserir, no item 1.4, que a contratação se dará por empreitada por preço unitário, pois a manutenção pode requerer o fornecimento de peças.**

12.3 Edital

169. Os requisitos e elementos a serem observados na minuta do edital são aqueles previstos no art. art. 14, inc. III e IV, do Decreto nº 10.024, de 2019, no Decreto nº 7892, de 2013 (SRP), e art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993.

170. **No presente caso, a minuta do edital atende tais exigências. Recomenda-se, no entanto, o seguinte:**

- A minuta de edital, além de prever o quantitativo máximo a ser registrado na ata, deve também indicar o lote mínimo a ser fornecido a cada pedido. Esta é a orientação do TCU, conforme se depreende de trecho do Acórdão nº 4411/2010 - 2ªCâmara – onde o Sr. Ministro Relator aduz o seguinte:

> **"17.3 Nesse contexto, ainda que a essência do registro seja permitir aquisições prontamente, à medida que for surgindo a necessidade dos produtos/serviços para a Administração, o TCU possui jurisprudência no sentido de que a licitação deve estabelecer valores mínimos e máximos para os itens licitados, a exemplo dos Acórdãos 991/2009 e nº 1100/2007, ambos do Plenário. Do Voto que embasou este último pode-se transcrever os seguintes trechos colhidos da doutrina (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed.):**
>
> **"(...) Dito de outro modo, a Administração deve aproveitar o sistema de registro de preços para obter preços por atacado, evitando os preços de retalho. Para tanto, tem de estabelecer lotes mínimos que permitam aos potenciais interessados formular a proposta mais vantajosa."**

171. **Recomenda-se inserir no preâmbulo do Edital que a contratação se dará por empreitada por preço unitário.**

172. **Tendo em vista que o Preâmbulo do Edital prevê que o critério de julgamento será o menor preço por grupo, bem como seus itens 1.3 e 7.18, recomendam-se as seguintes modificações:**

> **a) No item 1.2 deve constar que o interessado poderá disputar quantos grupos tiver interesse, mas deverá, dentro do grupo(s) escolhido(s) oferecer lance para todos os itens do grupo.**
>
> **b) Tendo em vista que o certame se dará por grupos, deve ser modificado o item 4.1.2 do Edital, para deixar claro que o certame será dedicado à ampla participação.**

173. **Tendo em vista que poderá haver o fornecimento de peças para a manutenção das embarcações, recomenda-se conste, em anexo ao Edital, a listagem de tais peças.**

12.4 Da Ata de Registro de Preços

174. O prazo de validade da ata de registro de preços é de no máximo um ano, nos termos do art.15, §3°, inc. III, da lei nº 8.666, de 1993, razão pela qual eventual prorrogação da sua vigência, com fundamento no art. 12, caput, do decreto nº 7.892, de 2013, somente será admitida até o referido limite e desde que devidamente justificada, mediante autorização da autoridade superior e que a proposta continue se mostrando mais vantajosa.

175. Os requisitos da minuta da ata de registro de preços estão previstos no Decreto nº 7.892, de 2013, devendo estar em conformidade também com a minuta do edital e do termo de referência. A presente Ata de Registro de Preços respeita tais normas.

12.5 Termo de contrato ou instrumento substitutivo

176. No caso vertente, a autoridade assessorada irá formalizar instrumento contratual, como podemos perceber do Edital.

177. A Minuta do Termo de Contrato está de acordo com as normas legais e com o modelo adequado da AGU para serviços.

Fls Nº 523

Ass.

13. CONCLUSÃO

178. **Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela existência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, os quais restarão superados desde que observados os apontamentos realizados nos parágrafos 57, 81, 135, 143, 154, 167, 168, 170, 171, 172 e 173 deste Parecer.**

179. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei 9.784, de 1999), será possível dar-se o **prosseguimento do processo**, nos seus demais termos, **sem nova manifestação da CJU**.

180. Além disso, por força da recente alteração legislativa no tema, está a autoridade assessorada obrigada a observar a regra de que "A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta", nos termos do artigo 20, parágrafo único, do Decreto-lei nº 4.657, de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro -, na redação que lhe conferiu a Lei nº 13.655, de 2018.

181. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2023.

PEDRO EDUARDO PINHEIRO ANTUNES DE SIQUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64125000575202301 e da chave de acesso ba7f0ac3

Documento assinado eletronicamente por PEDRO EDUARDO PINHEIRO ANTUNES DE SIQUEIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1210822043 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): PEDRO EDUARDO PINHEIRO ANTUNES DE SIQUEIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-06-2023 19:41. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

ADEQUAÇÃO AO PARECER DA AGU - SRP 5/2023

1. Das determinações constantes do Processo Nº **64125.000575/2023-01**, do **PARECER n. 01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU**, informo-vos o seguinte:

"13. CONCLUSÃO
178. Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela existência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, os quais restarão superados desde que observados os apontamentos realizados nos parágrafos 57, 81,135, 143, 154, 167, 168, 170, 171, 172 e 173 deste Parecer.
179. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei 9.784, de 1999), será possível dar-se o ***prosseguimento do processo****, nos seus demais termos,* ***sem nova manifestação da CJU****.*
180. Além disso, por força da recente alteração legislativa no tema, está a autoridade assessorada obrigada a observar a regra de que "A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta", nos termos do artigo2 0, parágrafo único, do Decreto-lei nº 4.657, de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro -, na redação que lhe conferiu a Lei nº 13.655, de 2018.
182. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria."

Item do Parecer:	Providência
13 – CONCLUSÃO. **Quantitativos estimados** 57. **Necessário, pois, que a justificativa contenha esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados do certame – tanto o quantitativo máximo da ata, quanto o lote mínimo de cada pedido.**	Foi apresentado nova Justificativa de Quantitativo pela Equipe de Planejamento o DIEx Nº 110-COL/2º B Log Sl, EB: 64125.001531/2023-91, de 21 de julho de 2023, com a memória de cálculo das embarcações. Consta anexo a este Termo de Adequação. Na memória de cálculo apresentada pela Equipe de Planejamento utilizou-se do número de

Recomenda-se fazê-lo.	embarcações para a chegada dos quantitativos. Após, esta nova Justificativa, verificou-se a necessidade divergências das quantidades nos itens: 29, de 5 para 7; 31, de 31 para 6; 41, de 10 para 12; 62, de 2 para 4; **Assim sendo, foi realizada a alteração somente do 31, devido a discrepância apresenta, passando a constar no Termo de Referência da seguinte forma: item 31, quantidade total 6.** **Os itens que houve aumento das quantidades permaneceram com as quantidades originais quando do primeiro envio para análise jurídico tendo em vista serem menores.**
13 – CONCLUSÃO. **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DO CERTAME ÀS ME, EPP** 81. **No caso dos autos, a licitação foi dividida em 8 grupos e, como indica o item 1.3 do Edital, o critério adotado é o menor preço por grupo. Como cada grupo possui valor acima de oitenta mil reais, não cabe falar em itens dedicados exclusivamente às MEs e EPPs. Assim, recomenda-se seja corrigido o item 4.1.2 do Edital.**	**Item 81 – Conforme item 4.2. do edital "...***Para os itens 28, 29, 30, 42, 48, 49, 65, 66, 67, 72, e 73 a participação é exclusiva para ME/EPP, conforme especificado no Termo de Referência Anexo I-TR.*", consta que os itens supracitados são inferiores a R$ 80.000,00, sendo assim exclusivos para ME/EPP, MEI de acordo com o item 1.1 Do Objeto do Termo de Referência. Foi acrescido junto ao ETP o item 9.6, transcrito a seguir: 9.6 *"Optou-se pelos itens de forma isolada: 27, 28, 29, 30, 42, 43, 48, 49, 65, 66, 67, 72, 73, 74 e 75."* Junto ao item 1.7 do Termo de Referência consta o que segue: *1.7 "...Para os itens 28, 29, 30, 42, 48, 49, 65, 66, 67, 72, e 73 a participação é exclusiva para ME/EPP."*
13 – CONCLUSÃO. **Pesquisa de preço**	Foi apresentado pela Equipe de Planejamento as Justificativas complementares conforme

135. **Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, verifica-se que o órgão menciona, em seu Relatório de Pesquisa de Preços que obteve os valores junto à empresas do ramo licitado, tendo juntado os orçamentos de tais empresas, bem como do Mapa Comparativo de Preços. Recomenda-se a juntada aos autos do resultado negativo da pesquisa junto ao Painel de Preços, conforme a norma jurídica acima destacada, em conformidade com os procedimentos e parâmetros delineados na IN/SLTI/MPOG nº5, de 2014.**	recomendação do Parecer Jurídico, bem como os comprovantes das consulta no site Comprasnet. a) Relatório do APÊNDICE "B" para insumos/suprimentos; b) Mapa comparativo do APÊNDICE "B"; c) Comprovantes das pesquisas no Comprasnet e com os fornecedores, conforme Justificativa e anexos a este Termo. d) Planilhas de custos apresentadas pela Equipe de Planejamento e Pesquisa de Preços.
13 – CONCLUSÃO. **Planilha de custos** 143. **No caso, recomenda-se a juntada aos autos da planilha de custos, consoante as diretrizes acima, especialmente, do parágrafo 140 deste Parecer.** **140. Assim, tal planilha deverá ser elaborada, de preferência, separando os custos relativos a cinco elementos mínimos: mão-de-obra, insumos, despesas operacionais administrativas, lucro e tributos, cabendo ao órgão avaliar, de acordo com cada modalidade de serviço, quais os demais elementos porventura incidentes, incluindo-os no modelo de planilha.**	**Item 143 e 140** - O anexo IV – Planilha de custos, foi alterado pela Equipe de Planejamento, passando a constar o detalhamento dos custos da seguinte forma: **Passou a ficar especificado cinco elementos mínimos: mão-de-obra, insumos, despesas operacionais administrativas, lucro e tributos.** Foi apresentado pela Equipe de Planejamento as Justificativas complementares conforme recomendação do Parecer Jurídico, bem como os comprovantes das consulta no site Comprasnet, planilhas de custos das empresas. a) Relatório do APÊNDICE "B" para insumos/suprimentos; b) Mapa comparativo do APÊNDICE "B"; c) Comprovantes das pesquisas no Comprasnet e com os fornecedores, conforme Justificativa e anexos a este Termo. d) Planilhas de custos apresentadas pela Equipe de Planejamento e Pesquisa de Preços.
13 – CONCLUSÃO. **previsão de recursos orçamentários** 154. **Em conformidade com a Orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, recomenda-se atentar para o seguinte: "Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do**	**Item 154** – Consta junto a página 307 a Declaração De Disponibilidade Orçamentária, de acordo com o previsto no no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013. **Abaixo transcrito a Declaração:**

contrato", devendo o responsável zelar pelo seu atendimento. No mesmo sentido o Decreto nº 7.892, de 2013, em seu artigo 7º, § 2º, e o Decreto nº 10.024, de 2019, artigo 8º, inciso IV.	***"DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA*** *Declaro para os devidos fins, com base no disposto contido no art. 16, II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e para efeito da realização do Processo Licitatório Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preço, do Tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, objetivando a Eventual Contratação de Serviços de Manutenção de Embarcações, destinado a atender às necessidades do 2º Batalhão Logistico de Selva, subordinado ao Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, pelo período de 12 (doze) meses, que a despesa tem adequação Orçamentária e Financeira Anual – Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Entretanto, o Registro de Preço independe de indicação prévia de recursos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme consta no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013 transcrito a seguir;* ***"§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."***
13 – CONCLUSÃO. **Termo de Referência** **167. Recomenda-se, todavia, que sejam indicadas as quantidades máxima e mínima para cada um dos itens objeto da contratação.** **168. Recomenda-se inserir, no item 1.4, que**	**Item 167** – Consta no item 1.1 Do Objeto do Termo de Referência a indicação das quantidades máximas e mínimas de cada item da presente licitação.

a contratação se dará por empreitada por preço unitário, pois a manutenção pode requerer o fornecimento de peças.	**Foi acrescido o item 1.5 no edital com a indicação das quantidades máximas e mínimas, conforme abaixo:** *"1.5 A quantidade mínima de contratação por item será de 01 (um) serviços e a quantidade máxima poderá ser igual a quantidade total, desde que não haja contratação anterior e que exista disponibilidade orçamentária, conforme item 1.1 do Objeto do Anexo I – Termo de Referência."* **Item168** – Conforme recomendação do Parecer Jurídico o item 1.4 do TR foi alterado: *"1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário."*
13 – CONCLUSÃO. **Edital** **170. No presente caso, a minuta do edital atende tais exigências. Recomenda-se, no entanto, o seguinte:** **- A minuta de edital, além de prever o quantitativo máximo a ser registrado na ata, deve também indicar o lote mínimo a ser fornecido a cada pedido. Esta é a orientação do TCU, conforme se depreende de trecho do Acórdão nº 4411/2010 - 2ªCâmara – onde o Sr. Ministro Relator aduz o seguinte:** **"17.3 Nesse contexto, ainda que a essência do registro seja permitir aquisições prontamente, à medida que for surgindo a necessidade dos produtos/serviços para a Administração, o TCU possui jurisprudência no sentido de que a licitação deve estabelecer valores mínimos e máximos para os itens licitados, a exemplo dos Acórdãos 991/2009 e nº 1100/2007, ambos do Plenário. Do Voto que embasou este último pode-se transcrever os seguintes trechos colhidos da doutrina (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed.):"(...) Dito de outro modo, a Administração deve aproveitar o sistema de registro de preços para obter preços por atacado, evitando os preços de retalho. Para tanto, tem de estabelecer lotes mínimos que permitam aos potenciais interessados formular a proposta**	**Itens 170 a 173** - Consta no item 1.1 Do Objeto do Termo de Referência a indicação das quantidades máximas e mínimas de cada item da presente licitação. **Foi acrescido o item 1.5 no edital com a indicação das quantidades máximas e mínimas, conforme abaixo:** *"1.5 A quantidade mínima de contratação por item será de 01 (um) serviços e a quantidade máxima poderá ser igual a quantidade total, desde que não haja contratação anterior e que exista disponibilidade orçamentária, conforme item 1.1 do Objeto do Anexo I – Termo de Referência."*

mais vantajosa."	
13 – CONCLUSÃO. **Edital** 171. **Recomenda-se inserir no preâmbulo do Edital que a contratação se dará por empreitada por preço unitário.**	**Item 171 – Conforme recomendação do Parecer Jurídico foi alterado o preâmbulo.** **Passando para seguinte redação:** *"...com critério de julgamento por **menor preço do grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada **por preço unitário**..."*
13 – CONCLUSÃO. **Edital** 172. **Tendo em vista que o Preâmbulo do Edital prevê que o critério de julgamento será o menor preço por grupo, bem como seus itens 1.3 e 7.18, recomendam-se as seguintes modificações:** **a) No item 1.2 deve constar que o interessado poderá disputar quantos grupos tiver interesse, mas deverá, dentro do grupo(s) escolhido(s) oferecer lance para todos os itens do grupo.** **b) Tendo em vista que o certame se dará por grupos, deve ser modificado o item 4.1.2 do Edital, para deixar claro que o certame será dedicado à ampla participação.**	**Item 172 – Conforme recomendação do Parecer Jurídico foi alterado o item 1.2 do edital para o que segue:** *"1.2 A licitação será dividida em grupos, formado por 1 ou mais itens, conforme tabela constante no item 1.1. Do Objeto do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, mas deverá, dentro do grupo(s) escolhido(s) oferecer lance para todos os itens deste grupo. Para os itens de forma isolada a participação é facultada a quantos forem de interesse da empresa. Itens/grupo estão especificados no item 4.2. do edital."*
13 – CONCLUSÃO. **Edital** 173. **Tendo em vista que poderá haver o fornecimento de peças para a manutenção das embarcações, recomenda-se conste, em anexo ao Edital, a listagem de tais peças.**	Conforme recomendação do Parecer Jurídico A Equipe de Planejamento elaborou o APENDICE "B" onde consta a relação dos insumos.

Observações finais	Foi anexado ao processo Justificativa para não Exigências Ambientais no edital. O item 1.1 do Termo de Referência passou para a seguinte redação: *"1.1 Eventual contratação de empresa especializada em serviços, **não contínuos**, de manutenção de embarcações..."*. Acréscimo da expressão ***"não contínuo"***. O item 10.3 do Termo de Referência foi acrescido da seguinte forma: *" 10.1.3 Os insumos, peças, e demais suprimentos necessários para a correta prestação dos serviços são de responsabilidade da Contratada, para a perfeita execução dos serviços."* O item 12.24 do Termo de Referência foi acrescido da seguinte forma: *"12.24 A Contratada é responsável pelas peças, insumos, e demais suprimentos para a correta prestação dos serviços."* O item 16.4 do Termo de Referência foi acrescido da seguinte forma: *"16.4 A aplicação das peças, insumos e suprimentos para a correta execução dos serviços será analisada pelo Fiscal de Contrato e/ou Setor Requisitante tendo os valores peças, insumos e suprimentos verificados em pesquisa de preços para fins de evitar eventuais superdimensionamento dos valores. Os valores devem ser os mais vantajosos para a Administração Pública."* **Anexo V – Índice de Medição de Resultado** **Alterados o item 11, passando para a seguinte redação:** ***"11. Fornecimento de peças, insumos e suprimentos para a correta execução dos serviços***

estão com valores vantajosos para administração

11.1 Realizar levantamento de mercado das peças, insumos e suprimentos.
Verificado eventuais sobrepreços, solicitar adequação a proposta mais vantajosa para a asministração.
Verificado conformidade, considerado Adequado"

O Estudo Técnico Preliminar em seu item 2.3 foi alterado, passando para seguinte redação:

"2.3. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das condições dos órgãos públicos citados nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema previstas no art. 3º, Incisos I e IV do Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, in verbis:

> *2.3.1. Inciso I: "**quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes**" – os bens licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;*
>
> *2.3.2. Inciso IV: "**quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração**" – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas por ocasião da realização de novos processos."*

Foi acrescido no ETP o subitem 7.4:

"7.4 Passa a constar anexo ao Termo de

	Referência, o Apêndice "B", com os insumos/suprimentos conforme recomendação do Parecer Jurídico." **Foi acrescido no Termo de Referência, itens 6.3 a 6.6 os itens referentes a Impactos Ambientais previstos no ETP e agora transcritos no TR.** **Foi acrescido no Termo de Referência, os itens 11.13 e 16.5 onde consta o seguinte:** *"Consta como parte do edital os documentos, Anexo VII Minuta da Ordem de Serviço e o anexo VIII Relatório de Atendimento Técnico, os quais assim como o IMR, servirão de subsídio do Fiscal de Contrato para fiscalização do serviços e dos custos envolvidos."* **Foi acrescido no Termo de Referência, os itens 16.4 onde consta o seguinte:** *"16.4 A aplicação das peças, insumos e suprimentos para a correta execução dos serviços será analisada pelo Fiscal de Contrato e/ou Setor Requisitante tendo os valores peças, insumos e suprimentos verificados em pesquisa de preços para fins de evitar, eventuais, superdimensionamento dos valores. Os valores devem ser os mais vantajosos para a Administração Pública."*

Quartel em São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de julho de 2023.

JOANATAN ROBERTO COSTA DA ROSA – 1º Sgt

Pregoeiro

Quartel em São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de julho de 2023.

THIAGO **AIRES** VIEIRA – **Maj**

Respondendo como Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 523
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

PROCESSO NUP: 64125.000575/2023-01

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins, com base no disposto contido no art. 16, II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e para efeito da realização do Processo Licitatório Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preço, do Tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, objetivando a Eventual Contratação de Serviços de Manutenção de Embarcações, destinado a atender às necessidades do 2º Batalhão Logístico de Selva, subordinado ao Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, pelo período de 12 (doze) meses, que a despesa tem adequação Orçamentária e Financeira Anual — Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Entretanto, o Registro de Preço independe de indicação prévia de recursos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme consta no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013 transcrito a seguir; ***"§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."***

São Gabriel da Cachoeira/AM, 28 de julho de 2023

THIAGO **AIRES** VIEIRA – **Maj**
Respondendo como Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 534
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

JUSTIFICATIVA PARA SUPRESSÃO NA MINUTA DE EDITAL/ANEXOS DA CJU/AGU

SRP 05/2023 - PROCESSO NUP 64125.000575/2023-01

JUSTIFICATIVA

1. Considerando, como Declarado no presente processo, esta Unidade Gerenciadora (UASG 160515), utiliza os modelos de edital e anexos referente a Serviços Não Continuados – Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/servicos-nao-continuados-pregao.

2. Considerando, que as minutas de edital e anexos disponibilizadas, possibilita uma análise criteriosa através das *Notas Explicativas* as quais são de extrema importância, trazendo informações e esclarecimentos sobre os itens adotados nas minutas.

3. Considerando, que a cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, extremo norte do Brasil, distante 850km da capital Manaus, possui grande dificuldade na prestação de serviços, não somente dos objetos desta licitação, como também de fornecimento de materiais diversos, como alimentos, por exemplo. Praticamente o único meio de transporte é o fluvial, através do Rio Negro, onde em períodos de seca tal transporte fica prejudicado ocasionando em aumento dos preços dos serviços e insumos transportados para esta cidade.

4. Considerando, que as alterações (nas minutas de edital, termo de referência, ata, termo de contrato), realizadas constam detalhadas abaixo:

EDITAL – Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços não contínuos Atualização: Fevereiro/2022.

Subitem alterado	Minuta alterada (Edital)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
1.4	Minuta de Edital	Acréscimo	O acréscimo do item visa dar ciência ao fornecedor que em caso de divergência entre a descrição dos códigos CATSER e do anexo I-TR, prevalecerá do edital e anexos.
1.5		Acréscimo	Conforme recomendação do Parecer Jurídico foi acrescido o item 1.5 junto ao edital, transcrito a a seguir: *"1.5 A quantidade mínima de contratação por item será de 01 (um) serviços e a quantidade máxima poderá ser igual a quantidade total, desde que não haja contratação anterior e que exista disponibilidade orçamentária, conforme item 1.1 do Objeto do Anexo I – Termo de Referência"*
4.1.2		Alterado	Alterado para da ciência ao fornecedor, de forma resumida, os grupos/itens serão de ampla participação. Por se tratar de licitação por grupo, não haverá a reserva de cotas, conforme, *"princípio da padronização descrito no art. 15, I, da Lei nº 8.666/93, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecida, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado."*
7.9		Suprimido	Suprimido os itens e respectivos subitens relativos ao modo de disputa "aberto e fechado". Será adotado o modo "aberto".
9.8.7 / 9.8.8		Suprimido	Suprimido a exigência de registros e de participação de cooperativas, conforme Justificativa junto ao processo.
9.9.8		Suprimido	Excluídos por não existir previsão de subcontratação, conforme Justificativa junto ao processo
9.10.2.3.		Suprimido	Excluído pois não está previsto a participação de cooperativas
16.4		Acrescido	Com a seguinte redação: *"O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência."*
20.1.2		Suprimido	Não será permitido a antecipação de pagamento
7.27.2; 8.2 10.1		Acréscimos	Para da ciência ao fornecedor sobre a consolidação do anexo IV
7.27.3		Acrescido	Foi acrescido a expressão "ou pelo e-mail" para reforçar aos licitantes que existe a possibilidade da

EDITAL – Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços não contínuos Atualização: Fevereiro/2022.

Subitem alterado	Minuta alterada (Edital)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
			solicitação por e-mail. Tal acréscimo deve-se ao sistema comprasnet não permitir ao Pregoeiro receber mensagens pelo chat dos fornecedores sem haver a convocação ou abertura do chat pelo próprio pregoeiro para tal.

TERMO DE REFERÊNCIA – Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados Atualização Julho/2021

Item/Subitem alterado	Minuta alterada (Termo de Referência)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
1.1	Termo de Referência	Alterado	Foi acrescido a expressão não contínuo no item 1.1, passando para a seguinte descrição: *"1.1. Eventual contratação de empresa especializada em serviços, **não contínuos, de manutenção corretiva de embarcações..."***
1.2 e 1.3		Alterado	Com a finalidade de tornar mais claras as exigências e quantitativos da licitação, os itens 1.2 e 1.3 foram alterados, como segue: *"1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, **não contínuos,** de manutenção corretiva de embarcações.* *1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. A quantidade mínima de aquisição por item será de 01 (um) serviços e a quantidade máxima poderá ser igual a quantidade total, desde que não haja contratação anterior e que exista disponibilidade orçamentária."*
1.6		Acréscimo	O acréscimo do item visa dar ciência ao fornecedor que em caso de divergência entre a descrição dos códigos

			CATSER e do anexo I-TR, prevalecerá do edital e anexos e demais informações complementares.
1.7		Acréscimo	Para esclarecer aos eventuais participantes que os grupos são de ampla participação e a justificativa para a não reserva (cotas).
1.7.1		Acréscimo	Justificativa para a não reserva (cotas).
6.		Acréscimo	O acréscimo visa atender recomendação do Parecer Jurídico sobre os Critérios de Sustentabilidade, acrescidos os itens 6.3 a 6.10.
7.6		Acréscimo	Para dar ciência ao fornecedor que a vistoria não será obrigatória
10.1.2 e 10.1.3		Alteração	O item 10.1.2 passou para seguinte redação: *" 10.1.2. A Contratada é responsável pelo transporte da embarcação até o local da realização dos serviços e retorno para o local de origem."* O item 10.1.3 foi acrescido: *"10.1.3 Os insumos, peças, e demais suprimentos necessários para a correta prestação dos serviços são de responsabilidade da Contratada, para a perfeita execução dos serviços."*
12.23		Alterado	Para atender a peculiaridade da licitação. *"12.23 A Contratada é responsável pelo transporte da embarcação até o local da realização dos serviços"*
12.24		Acréscimo	Para atender a peculiaridade da licitação. *"12.24 A Contratada é responsável pelas peças, insumos, e demais suprimentos para a correta prestação dos serviços."*
15.13		Suprimido	Suprimida a exigência por não se aplicar aos serviços licitados.
16.		Alterado	Alterado com as exigências do IMR.
16.4		Acréscimo	Para atender a peculiaridade da licitação, trazendo mais segurança para a Administração foi acrescido o item 16.4 e o ANEXO V alterado, como segue: *"16.4 A aplicação das peças, insumos e suprimentos para a correta execução dos serviços será analisada pelo Fiscal de Contrato e/ou Setor Requisitante tendo os valores peças, insumos e suprimentos verificados em pesquisa de preços para fins de evitar, eventuais, superdimensionamento dos valores. Os valores devem ser os mais vantajosos para a Administração Pública."*

			Também, o ANEXO V - IMR, também foi adaptado junto ao item 11, passando para a seguinte redação: *"Item 11: Fornecimento de peças, insumos e suprimentos para a correta execução dos serviços estão com valores vantajosos para administração* *Item 11.1: Realizar levantamento de mercado das peças, insumos e suprimentos.* *Verificado eventuais sobrepreços, solicitar adequação a proposta mais vantajosa para a asministração.* *Verificado conformidade, considerado Adequado"*

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Ata de Registro de Preços – Não-Continuados Atualização: Dezembro/2019

Item/Subitem alterado	**Minuta alterada (Contrato)**	**Tipo de modificação (alteração/ supressão)**	**Razões que motivaram a alteração**
3.2	Ata de Registro de Preços	Alterado	Para dar clareza na ata que não há órgãos como UGP.

CONTRATO – Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não-Continuados Atualização: Julho/2020

Item/Subitem alterado	**Minuta alterada (Contrato)**	**Tipo de modificação (alteração/ supressão)**	**Razões que motivaram a alteração**
3.3	Minuta Contrato	Suprimido	Contratação não será por empenho estimativo.
8.2, 8.3		Suprimido	Suprimido pois não haverá cronograma físico-financeiro devido os serviços não exigirem tal possibilidade.

5. Considerando, que a licitação pública, além da vantajosidade com menor preço a contratar, também possui papel de extrema importância para o desenvolvimento regional.

6. Assim sendo, com a tais alterações, conforme possibilidade expostas nas Notas Explicativas e demais justificativas apresentadas, esta Administração busca ampliar a concorrência na presente licitação o que pode trazer redução de custos futuros, em eventuais contratações, proporcionalizando maior economia nos gastos para Administração Público Militar.

FL Nº 539
Rubrica

7. Por fim, ratifico as alterações acima relatadas e justificadas nos autos do presente processo, nas Minutas de Edital e anexos.

Quartel em São Gabriel da Cachoeira, AM, 27 de julho de 2023.

GUILHERME **NATHAN** THOMAZ RIBEIRO – **2º Ten**
Chefe da Equipe da Planejamento

Quartel em São Gabriel da Cachoeira, AM, 28 de julho de 2023.

THIAGO **AIRES** VIEIRA – **Maj**
Respondendo como Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls Nº 540

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

DIEx Nº 135-SALC/Cia Sup/2º B Log Sl - CIRCULAR
EB: 64125.001378/2023-00

São Gabriel da Cachoeira, 3 de julho de 2023.

Do Adjunto da Seção de Aquisição,Licitações e Contratos
Ao Sr Chefe da Fiscalização Administrativa, Chefe da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos
Assunto: Solicitação de informações para adequação ao Parecer Jurídico - SRP 52023 - Sv Mnt Embarcações
Anexos:

1) pesqusia_comprasnet_mnt_embarcacoes;
2) 21._Adequação_ao_parecer_da_AGU_rascunho; e
3) PARECER_SRP_52023.

1. Solicito encaminhamento para o setor requisitante (Equipe de Planejamento e da Equipe de Pesquisa de Preços) o pedido informações em anexo, referente ao SRP 5/2023 - Serviços de manutenção de embarcações, visando atender as recomendações do Parecer Jurídico.

2. Ainda, segue anexo o parecer jurídico, minuta do termo de adequação, resultado de licitações no Comprasnet para serviços de manutenção de embarcações para subsidiar a análise crítica da pesquisa de preços, podendo ser realizadas novas pesquisas junto ao Comprasnet.

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA - 2º Sgt
Adjunto da Seção de Aquisição,Licitações e Contratos

"200 ANOS DO TENENTE ANTONIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS"

Texto/Termos pesquisados: ferry boat

Pesquisando em: Objeto, Descrição Sumária, Descrição Completa

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 18/2023 UASG: 160026 Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para contratação de serviços de aluguel de embarcações e viaturas, visando atender as necessidades da 22ª Brigada de Infantaria de Selva	...e 01 (uma) Embarcação Marítima/Fluvial; do tipo **ferry boat**; para no mínimo 150 pessoas... **[1]** ...e 01 (uma) Embarcação Marítima/Fluvial; do tipo **ferry boat**; para no mínimo 150 pessoas... **[2]** ...e 01 (uma) Embarcação Marítima/Fluvial; do tipo **ferry boat**; para no mínimo 400 pessoas... **[3]** E mais **2** ocorrências.

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 12/2023 UASG: 120013 Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto deste estudo visa, através da utilização da modalidade pregão na forma eletrônico, a contratação continuada de empresa especializada no Serviço de Transporte Aquaviário, afim de realizar o translado de Viaturas e passageiros via **Ferry-Boat** no trecho Ponta da Espera/Cujupe ou Cujupe/Ponta da Espera,para atender as necessidades de travessias do Centro de Lançamento de Alcântara, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:	**Nenhum registro foi encontrado com este critério**

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 17/2023 UASG: 160170 Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de locação de veículos e embarcações para CORE.	...e 01 (uma) Embarcação Marítima/Fluvial; do tipo **ferry boat**; para no mínimo 150 pessoas... **[9]** ...e 01 (uma) Embarcação Marítima/Fluvial; do tipo **ferry boat**; para no mínimo 150 pessoas... **[10]** ...e 01 (uma) Embarcação Marítima/Fluvial; do tipo **ferry boat**; para no mínimo 400 pessoas... **[11]** E mais **1** ocorrências.

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 9/2023 UASG: 926473 Lei Nº 14.133/2021	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na emissão e fornecimento de bilhetes de passagens fluviais, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens fluviais (**ferry boat**) nacionais, e seguro de viagem, conforme especificações e condições constantes deste termo de referência.	**Nenhum registro foi encontrado com este critério**

Histórico de eventos publicados...

Fls Nº 542

Ass

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 4/2023 **UASG: 925989** Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na locação de EMBARCAÇÃO TIPO **FERRY BOAT**, COM FORNECIMENTO DE TRIPULAÇÃO, SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, COPEIRAGEM E ALIMENTAÇÃO COM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS (café da manhã, almoço, lanche e jantar, com suco), para atender às demandas da Defensoria Pública do Estado do Pará, em ação de cidadania por meio do Programa Balcão de Direitos, para execução do Projeto Marajó 360º.	Nenhum registro foi encontrado com este critério

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 10/2023 **UASG: 120013** Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação continuada de empresa especializada no Serviço de Transporte Aquaviário, com a finalidade de realizar o translado de Viaturas e passageiros via **Ferry-Boat** no trecho Ponta da Espera/Cujupe e Cujupe/Ponta da Espera para atender as necessidades de travessias do Centro de Lançamento de Alcântara	Nenhum registro foi encontrado com este critério

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 48/2022 **UASG: 160171** Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos motores, reversores e grupos geradores do Setor Fluvial.	Serviços nas Embarcações do Tipo **Ferry Boat** ou Empurrador Serviço de docagem e lançame... **[19]** ...ação do sistema de propulsão de embarcação tipo **ferry boat**, com um motor SCANIA DI 12,... **[24]** ...nção no sistema de propulsão de embarcação Tipo **Ferry Boat** ou Empurrador com: reparo d... **[26]** E mais **9** ocorrências.

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 17/2022 **UASG: 160015** Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de embarcações, para atender as necessidades do Comando do 2º Grupamento de Engenharia	Navio de Transporte de Carga Seca tipo **Ferry Boat**, capacidade 16 passageiros, comprime... **[3]**

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 17/2022 **UASG: 160145** Decreto Nº 10.024/2019	**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de serviços comuns de manutenção e reparação em motores e embarcações e serviços correlatos, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, para atender as necessidades do 17º Batalhão de Fronteira (Seção de Embarcações), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	...impeza dos tanques de combustível da embarcação **Ferry Boat** sendo 02(dois) com capacida... **[30]** ...impeza dos tanques de combustivel da embarcação **Ferry Boat** sendo 02 (dois) com capacid... **[31]** Serviços de manutenção nas embarcações do tipo **ferry boat** - serviço de docagem, puxada... **[65]** E mais **4** ocorrências.

Historico de eventos publicados...

Fls Nº 543

Ass:

(Licitações 1-9 de 9)

FL Nº 544
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA ARARIGBÓIA"

JUSTIFICATIVA DE QUANTITATIVO

1. Em relação aos quantitativos constantes do Demonstrativo de Necessidades, informo que os mesmos foram baseados nas necessidades expostas pelo Setor Fluvial do 2º B Log SL. Os serviços requisitados são destinados a atender as necessidades de Manutenção de Embarcações, trazendo maior capacidade Logística para a 2º B Log SL e por consequinte ao Comando da 2ª Bda Inf SL.

2. As especificações técnicas e quantitativos dos serviços a serem, eventualmente, contratados, estão de acordo com o previsto no artigo 15, § 7º, da Lei 8.666/93, demonstrados explicitamente no Anexo I do Termo de Referência, bem como as descrições, quantitativos e valores reproduzidos na Requisição da presente Licitação.

3. Em atenção ao artigo 3º, Inc I do Decreto 7.892/2013, informamos que o quantitativo dos serviços requisitados leva em consideração das necessidades frequentes do Setor Fluvial do 2º B Log SL, subordinado a 2ª Bda Inf SL, dentro do período de 12 (doze) meses – período de vigência da Ata de Registro de Preços – inclusive o atendimento de situações imprevisíveis, tendo em vista que a Ata de Registro de Preços não permite qualquer aditivo.

4. Os quantitativos estabelecidos são adequados à necessidade do requisitante, e obtidos de acordo com o número de Embarcações existentes no 2º Batalhão Logístico de Selva, na região de São Gabriel da Cachoeira.

5. Assim, em atenção a recomendação do Parecer Jurídico **n. 01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, foi repassado pelo COL do 2º B LOG SL,** o DIEx Nº 110-COL/2º B Log Sl, EB: 64125.001531/2023-91, de 21 de julho de 2023, com a memória de cálculo das embarcações. Consta anexo a este Termo de Adequação.

6. Conforme a memória de cálculo apresentada, a **metodologia utilizada para a previsão** consistiu no número de embarcações multiplicado pelos serviços de interesse para a realização da eventual contratação.

Fls Nº 545

Ass

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de julho de 2023.

GUILHERME **NATHAN** THOMAZ RIBEIRO – **2º Ten**
Chefe da Equipe da Planejamento

Fls Nº 546

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

DIEx Nº 110-COL/2º B Log Sl
EB: 64125.001531/2023-91

São Gabriel da Cachoeira, 21 de julho de 2023.

Do Chefe do Centro de Operações Logísticas
Ao Sr Chefe da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos
Assunto: memória de cálculo quantidade dos itens
Referência: DIEx nº 135-SALC/Cia Sup/2º B Log Sl, de 3 JUL 23
Anexo:
Memória_do_Cálculo

Encaminho a memória de cálculo do itens do pregão de serviço de manutenção de embarcação, para fins de instrução do processo.

ALAN FIDÉLIS REIS SANTOS - Cap
Chefe do Centro de Operações Logísticas

"200 ANOS DO TENENTE ANTONIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

MEMÓRIA DO CÁLCULO

ÍTEM	CAT-SERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNÐ. Forne c.	QTD TO-TAL	REQ. MÁXIMA	REQ. MÍNIMA	MEMÓRIA DO CÁLCULO
1	16306	Serviço de substituição da palheta propulsora de ferryboat, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme amostra e as seguintes especificações técnicas: compativel com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3"a 4", em liga de bronze e com 4 pás.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
2	16306	Serviço de substituição do eixo do reversor de ferryboat, incluindo troca da luva do eixo, dos retentores, demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento e o balanceamento do eixo, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compativel com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 a 229) e reversor de 4:1.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

3	16306	Serviço de substituição da luva do eixo do reversor de ferryboat, incluindo a troca da chaveta, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3" a 4".	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat: - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora: - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
4	16306	Serviço de soldagem da luva do eixo do reversor de ferryboat, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3" a 4".	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Foram adicionadas mais 04 (quatro) unidades desse serviço, tendo em vista ser um serviço emergencial; - Cálculo: (3 x 2) + 4 = 10 unidades.
5	16306	Serviço de manutenção do reversor de ferryboat, modelo ZF 4:1 incluindo a desmontagem, troca dos discos de vante e ré, troca do reparo, troca do óleo e do filtro de óleo, troca dos retentores, troca dos rolamentos, demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, lubrificação e montagem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 e 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora: - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
6	16306	Reforma geral do propulsor de ferryboat, incluindo a troca dos anéis, pistões e camisas, a troca da bomba d'água, a troca dos casquilhos e bronzinados com retifica de virabrequi, a troca da bomba de óleo, a troca da turbina, a troca de válvulas com retifica de sede, a troca de juntas e selos e a calibragem, e troca dos demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com fornecimento de todo o	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora: - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

		material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: motor eixo, com fornecimento de todo o material necessário diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10 12 a 229).					
7	16306	Serviço de retífica de cabeçote do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de guias de válvulas, válvulas, retentores, a retífica de sede e a calibragem e a troca dos demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
8	16306	Serviço de substituição da turbina do propulsor de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
9	16306	Serviço de substituição da mufla do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

10	16306	Serviço de soldagem da mufla do propulsor de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Foram adicionadas mais 04 (quatro) unidades desse serviço, tendo em vista ser um serviço emergencial; - Cálculo: (3 x 2) + 4 = 10 unidades.
11	16306	Serviço de substituição do intercâmbiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas e anéis de vedação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
12	16306	Serviço de limpeza do intercâmbiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas e anéis de vedação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
13	16306	Serviço de substituição do radiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

14	16306	Serviço de limpeza do radiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Foram adicionadas mais 04 (quatro) unidades desse serviço, tendo em vista ser um serviço emergencial; - Cálculo: (3 x 2) + 4 = 10 unidades.
15	16306	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, selenóide (automático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Foram adicionadas mais 04 (quatro) unidades desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (3 x 2) + 4 = 10 unidades.
16	16306	Serviço de manutenção de alternador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca da placa de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
17	16306	Serviço de manutenção de bomba faf do propulsor de ferryboat, incluindo a troca do retentor, gaxetas, eixos, rolamentos, polias e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

		HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10. 12 229).					
18	16306	Serviço de retífica de bomba injetora e bicos injetores do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10. 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
19	16306	Serviço de troca de juntas e selos do propulsor de ferryboat, incluindo as juntas do cabeçote, da tampa de válvulas, da admissão, do escape, do cárter e os selos do cabeçote, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10. 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Foram adicionadas mais 04 (quatro) unidades desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (3 x 2) + 4 = 10 unidades.
20	16306	Serviço de manutenção do painel de instrumentos de ferryboat, compreende a troca dos instrumentos de controle (temperatura da água, tensão das baterias e pressão do óleo), com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) painel de instrumentos, dividido em dois grupos principais (itens 20 e 21); - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades.
21	16306	Serviço de manutenção do painel de instrumentos de ferryboat, compreende a troca do contagiros do motor e calibragem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) painel de instrumentos, dividido em dois grupos principais (itens 20 e 21); - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades.

22	16306	Serviço de manutenção da manete de ferryboat, compreende troca da manete, cabos de direção, a regulagem e ajustes, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (duas) manetes, sendo uma por conjunto de força; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
23	16306	Serviço de instalação de sensor de temperatura do propulsor de ferryboat, incluindo a instalação de alarmes sonoro e visual, indicativos de superaquecimento do motor, na praça de máquinas e no compartimento do prático, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado, marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) propulsores; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
24	16306	Serviço de adaptação da admissão de ar do propulsor de ferryboat, incluindo a instalação de duto de ar ligando a entrada da turbina do propulsor ao ambiente externo à praça de máquinas, a instalação de tela de proteção na entrada do duto e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) propulsores; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
25	16306	Serviço de substituição de coxins, do conjunto propulsor-reversor de ferryboat incluindo o alinhamento do propulsor-reversor-eixo, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229) e reversor de 4:1.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) conjuntos de força, compostos por propulsor, reversor, eixo e palheta propulsora; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

26	16306	Serviço de manutenção das luzes de navegação e do painel das luzes de navegação (fundeio, mastro, manobra restrita, navio sem governo, alcançado bombordo, boreste, holofote, cabine, refletores e reservas) de ferryboat, incluindo a troca de lâmpadas substituição de fiação antiga por novas, com bitola adequada e sem emendas, substituição de botões de acionamento e fusíveis e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) conjunto de luzes de navegação e 01 (um) painel das luzes de navegação; - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades
27	16306	Serviço de manutenção do sistema hidráulico de navegação de ferryboat, incluindo a troca da bomba hidráulica e caixa de direção, reparo do pistão hidráulico, mangueiras, valvulas e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compativel com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 229).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) lemes; - Em dois dos ferryboat, os lemes são acionados por atuadores diferentes; - No outro ferryboat, os lemes são acionados pelo mesmo atuador; - Foi adicionada mais 01 (uma) unidade desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente, mas não grave; - Cálculo: (2 x 2) + (1 x 1) + 1 = 6 unidades.
28	16306	Serviço de instalação e manutenção de radar e GPS náuticos, modelo Garmin GPSmap 7012 ou superior, incluindo a instalação e manutenção de antenas, sensores, sondas, ecossondas e visores, a instalação de fiações e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) sistema de navegação; - Em dois dos ferryboat, o sistema existente está obsoleto, necessitando ser instalado um modelo Garmin GPSmap 7012 ou superior; - No outro, o sistema instalado é o modelo Garmin GPSmap 7012, que necessita ser manutenido. - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades.

29	16306	Serviço de manutenção de exaustor de praça de máquina/cozinha, incluindo a troca da grade de proteção, hélice, eixos, rolamentos, induzido e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	7	7	1	- Após verificação do Termo de Referência, observou-se a inclusão de quantidade errada, sendo corrigido; - A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Em dois dos ferryboat, existem 1 (um) exaustor na cozinha e 2 (dois) exaustores para as praças de máquinas; - No outro, existe 1 (um) exaustor na cozinha; - Cálculo: (2 x 3) + 1 = 7 unidades.
30	16306	Serviço de manutenção de bomba de porão ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (duas) bombas de porão; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
31	16306	Serviço de manutenção de alternador do gerador de ferryboat, incluindo a troca da placa de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- Após verificação do Termo de Referência, observou-se a inclusão de quantidade errada, sendo corrigido; - A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
32	16306	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do gerador de ferryboat incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, selenoide (altomático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

33	16306	Serviço de retífica de bomba injetora e bicos injetores do gerador de ferryboat, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
34	16306	Serviço de substituição do radiador do gerador de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
35	16306	Serviço de manutenção de geratriz, compreende a excitação da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: com compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
36	16306	Serviço de manutenção de geratriz, compreende o rebobinamento da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.

37	16306	Serviço de manutenção de geratriz, compreende o balanceamento dinâmico, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
38	16306	Serviço de manutenção de geratriz, incluindo a troca dos diodos, a troca do regulador de eletrônico, a troca de rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
39	16306	Serviço de substituição de coxins de gerador de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: com compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 02 (dois) grupos-geradores, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
40	16306	Reforma geral de sistema de esgoto ferryboat, incluindo a substituição do encanamento, válvulas e bomba de detritos, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) sistema de esgoto; - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades.

41	16306	Serviço de reforma geral de banheiro de ferryboat, incluindo a substituição do encanamento com defeito ou vazamento, a recuperação/soldagem das áreas danificadas do teto, paredes e piso, a pintura com preparação da superfície, a instalação de lâmpadas, conduites, interruptores, chuveiros, ralos, torneiras, pias, espelhos, vasos sanitários e descargas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra	SV (uma unidade equivale a um serviço)	12	12	1	- Após verificação do Termo de Referência, observou-se a inclusão de quantidade errada, sendo corrigido: - A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 04 (quatro) banheiros; - Cálculo: 3 x 4 = 12 unidades.
42	16306	Serviço de substituição de bomba de detritos de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) sistema de esgoto; - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades.
43	16306	Reforma geral de sistema de combate incêndio de ferryboat, com substituição de bombas d'água, mangueiras 2 ½" diâmetro com 20m de comprimento, conectores, hidrantes, caixas, extintores de incêndio, ferramentas e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com pintura e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 03 (três) embarcações tipo ferryboat; - Cada ferryboat possui 01 (um) sistema de combate a incêndio; - Cálculo: 3 x 1 = 3 unidades.
44	16306	Serviço de soldagem de casco de aço e estrutura de embarcação, incluindo a preparação da superfície a ser soldada e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: fundo de embarcação: soldagem por solda elétrica Mig; ou por meio de eletrodo revestido; unidade de fornecimento/serviço: metro linear.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	200	200	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 08 (oito) embarcações com estrutura de ferro; - Parte delas necessitará apenas solda (item 44) e outra parte necessitará troca da chapa (item 45); - Tamanho médio: 30 x 8 metros; - Estimativa: 200 metros lineares.

45	16306	Serviço de substituição de casco de embarcação, incluindo a retirada da chapa existente, a limpeza da área a ser renovada, a preparação da chapa nova, com recorte e pintura de fundo anticorrosivo, a soldagem da chapa nova na embarcação e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: fundo da embarcação: soldagem por solda elétrica Mig, demais áreas soldagem por solda elétrica Mig ou por meio de eletrodo revestido; espessura mínima da chapa do casco:1/4; material da chapa: aço; unidade de fornecimento metro quadrado.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	100	100	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 08 (oito) embarcações com estrutura de ferro; - Parte delas necessitará apenas solda (item 44) e outra parte necessitará troca da chapa (item 45); - Tamanho médio: 30 x 8 metros; - Estimativa: 100 metros quadrados.
46	16306	Serviço de soldagem de casco de alumínio e estrutura de embarcação, incluindo a preparação da superfície a ser soldada e a limpeza das soldas executadas com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: soldagem por solda elétrica Mig; unidade de fornecimento/serviço: metro linear.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	100	100	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui cerca de 100 (cem) embarcações com estrutura de alumínio; - Devido ao leite pedregoso do Rio Negro, haverá embarcações danificadas durante o emprego operacional, além das que já necessitam do serviço; - Parte delas necessitará apenas solda (item 46) e outra parte necessitará troca da chapa (item 47); - Tamanho médio: 6 x 1,5 m; - Estimativa: 100 metros lineares.
47	16306	Serviço de substituição de casco de alumínio de embarcação, incluindo a retirada da chapa existente, a limpeza da área a ser renovada, a preparação da chapa nova, com recorte e pintura de fundo anticorrosivo, a soldagem da chapa nova na embarcação e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, e conforme as especificações: soldagem por solda elétrica Mig; espessura da chapa: 4mm ou 6mm, conforme amostra; material da chapa: alumínio; unidade de fornecimento: metro quadrado.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	50	50	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui cerca de 100 (cem) embarcações com estrutura de alumínio; - Devido ao leite pedregoso do Rio Negro, haverá embarcações danificadas durante o emprego operacional, além das que já necessitam do serviço; - Parte delas necessitará apenas solda (item 46) e outra parte necessitará troca da chapa (item 47); - Tamanho médio: 6 x 1,5 m; - Estimativa: 50 metros quadrados.

48	16306	Serviço de manutenção de alternador do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de placas de diodos, regulador de tensão, carvões, relés, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	4	4	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Foram adicionadas mais 02 (duas) unidade desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (2 x 1) + 2 = 4 unidades.
49	16306	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, solenóide (automático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	4	4	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Foram adicionadas mais 02 (duas) unidade desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (2 x 1) + 2 = 4 unidades.
50	16306	Serviço de retificada de bomba injetora e bicos injetores do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.

51	16306	Serviço de substituição do radiador do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
52	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, compreende a excitação da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
53	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, compreende o rebobinamento da geratriz com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
54	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, compreende o balanceamento dinâmico, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
55	16306	Serviço de manutenção de geratriz do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca dos diodos, a troca do	SV (uma unidade	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e

		regulador de eletrônico, a troca de rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	equivale a um serviço)				geratriz: - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
56	16306	Serviço de reparação do sistema de acionamento do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a substituição da ignição e do botão de partida e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
57	16306	Serviço de substituição de coxins de gerador de catamarã até 45 pés, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) grupo-gerador, compostos por motor e geratriz; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
58	16306	Serviço de manutenção da manete de catamarã até 45 pés, compreende a troca da manete, cabos de direção, a regulagem e ajustes, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (uma) manete, sendo uma por conjunto de força; - Foi adicionada mais 01 (uma) unidade desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (2 x 1) + 1 = 3 unidades.

59	16306	Serviço de manutenção do painel de instrumentos de catamarã até 45 pés, incluindo a substituição dos instrumentos danificados (conta-giros, velocímetro, trim, voltímetro, pressão óleo e temperatura) e calibragem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) painel de instrumentos; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
60	16306	Serviço de manutenção das luzes de navegação e do painel das luzes de navegação (fundeio, mastro, manobra restrita, navio sem governo, alcançado, bombordo, boreste, holofote, cabine, refletores e reservas) de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de lâmpadas, substituição de fiação antiga por novas, com bitola adequada e sem emendas, substituição de botões de acionamento e fusíveis e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a amostra.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (um) conjunto de luzes de navegação com painel das luzes de navegação. - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
61	16306	Serviço de separação do sistema de trim do motor de centro de catamarã até 45 pés, incluindo a recuperação dos comandos elétricos, o reparo/substituição dos cilindros hidráulicos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço conforme a especificações: motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP	SV (uma unidade equivale a um serviço)	4	4	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 02 (dois) motores de centro rabeta; - Cada motor de centro rabeta possui seu sistema de trim; - Cálculo: 2 x 2 x 1 = 4 unidades.
62	16306	Serviço de reparação do sistema de acionamento do motor de centro de catamarã até 45 pés, incluindo a substituição da ignição e do botão de partida e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a especificações: motor de centro Mercury QSD	SV (uma unidade equivale a um serviço)	4	4	1	- Após verificação do Termo de Referência, observou-se a inclusão de quantidade errada, sendo corrigido; - A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 02 (dois) motores de centro rabeta; - Cada motor de centro rabeta possui seu sistema de acionamento; - Cálculo: 2 x 2 x 1 = 4 unidades.

		2.8 220 HP.					
63	16306	Serviço de retificada de bomba injetora e bicos injetores do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	4	4	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 02 (dois) motores de centro rabeta; - Cálculo: 2 x 2 x 1 = 4 unidades.
64	16306	Serviço de manutenção de motor de centro catamarã até 45 pés, compreende o diagnóstico eletrônico do motor com scanner, remoção das falhas e a substituição do filtro de diesel do motor, pré-filtro, filtro de óleo do motor, óleo do motor, óleo da rabeta, filtro de ar, arruela do bujão do óleo da rabeta, kit anodo Bravo, kit oring de vedação da rabeta, anoto trocador de calor, rotor da bomba d'água, correia da direção hidráulica, correia do alternador, líquido de arrefecimento e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessario para a execução do serviço e conforme as especificações: o serviço e conforme as especificações: o serviço deve ser compatível com a revisão de 300 horas previstas no manual do fabricante para o motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP e realizado nos 2 (dois) motores da embarcação.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	4	4	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 02 (dois) motores de centro rabeta, contudo, conforme descrição do item, o serviço deve ser realizado nos 02 (dois) motores da embarcação; - Estima-se que, no período de um ano, a embarcação navega cerca de 300 horas; - Considerou-se a realização de 01 (um) serviço no início do período e 01 (um) serviço no término do período, totalizando 02 (dois) por embarcação. - Cálculo: 2 x 2 = 4 unidades.
65	16306	Serviço de manutenção de bomba de caixa d'água de catamarã até 45 pés, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (uma) bomba de caixa d'água; - Foi adicionada mais 01 (uma) unidade desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (2 x 1) + 1 = 3 unidades.

66	16306	Serviço de manutenção de bomba de porão de catamarã até 45 pés, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	3	3	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Cada embarcação possui 01 (uma) bomba de porão; - Foi adicionada mais 01 (uma) unidade desse serviço, tendo em vista ser uma pane recorrente; - Cálculo: (2 x 1) + 1 = 3 unidades.
67	16306	Serviço de pintura de embarcação, em cor de predominação do EB e conforme amostra, incluindo a preparação da superfície a ser pintada, as inscrições e fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: embarcação do tipo catamarã até 45 pés.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	1	1	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo catamarã até 45 pés; - Sendo que uma delas foi pintada em 2023; - Cálculo: 2 - 1 = 1 unidade.
68	16306	Serviço de pintura de embarcação de transporte de carga, tipo bongo (canoão), em cor de predominação do EB conforme amostra, incluindo a preparação da superfície a ser pintada, a aplicação de fundo anticorrosivo, as inscrições e o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo bongo (canoão); - As duas embarcações necessitam de reforma geral e pintura; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.
69	16306	Serviço de recuperação de embarcação de transporte de carga ,tipo bongo (canoão), composto por substituição do casco do fundo e das laterais, verificação da estrutura do casco e soldagem dos pontos necessários, instalação de sobrepiso removível de alumínio antiderrapante na embarcação, instalação de perfil (arcos) unindo o teto à estrutura da embarcação, substituição do teto rígido de alumínio naval, rebaixamento da popa para adequar a embarcação à altura do motor de popa empregado nela, recondicionamento do comando e instalação de banco estofado giratório e removível para o prático da embarcação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra e as seguintes especificações: espessura	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 02 (duas) embarcações tipo bongo (canoão); - As duas embarcações necessitam de reforma geral e pintura; - Cálculo: 2 x 1 = 2 unidades.

		mínima da chapa do casco 4mm soldagem por meio de eletrodo revestido e solda elétrica. material do teto: alumínio.					
70	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury Verado 200 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante, e contra rotanServiço de recuperação de rabeta de motor de popate, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 05 (cinco) lanchas Guardian; - Cada lancha Guardian possui 02 (dois) motores de popa Mercury Verado 200 HP, totalizando 10 (dez) rabetas; - Devido ao leite pedregoso do Rio Negro, estima-se que, no período de 1 ano, haverá 02 (duas) rabetas danificadas durante o emprego operacional da embarcação; - Cálculo: 2 unidades.
71	16306	Serviço de recuperação de motor de popa Mercury Verado 200HP, incluindo a substituição das bombas de combustível, todos os filtros, velas, relés, fusíveis, recuperação do sistema elétrico, troca de sensores e atuadores, substituição das tubulações de água e de combustível, a medição do bloco do motor, cabeçote e árvore da manivela, o bronilamento, substituição de pistões, anéis, bielas, casquilhos, juntas e sedes de válvulas, a substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos, e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	6	6	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui 05 (cinco) lanchas Guardian; - Dessas, existem 03 (três) lanchas, com encargo de manutenção do 2º B Log Sl, que estão indisponíveis e necessitam desse serviço; - Cada lancha Guardian possui 02 (dois) motores de popa Mercury Verado 200 HP; - Cálculo: 3 x 2 = 6 unidades.
72	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Yamaha, potência 200 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- Existem 02 (dois) motores de popa Yamaha 200HP recolhidos para manutenção no 2º B Log Sl, que necessitam desse serviço; - Cálculo: 2 unidades.

73	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 150 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	2	2	1	- Existe 01 (um) motor de popa Mercury 150 HP recolhido para manutenção no 2º B Log Sl, que necessita desse serviço; - Foi adicionada mais 01 (uma) unidade desse serviço, tendo em vista ser um serviço emergencial; - Cálculo: 1 + 1 = 2 unidades.
74	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 90 a 115 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui cerca de 30 (trinta) motores de popa Mercury/Yamaha, potência 90 a 115 HP; - Existem 03 (três) motores de popa desse tipo recolhidos para manutenção no 2º B Log Sl, que necessitam desse serviço; - Devido ao leite pedregoso do Rio Negro, estima-se que, no período de 1 ano, pelo menos 05 (cinco) rabetas danificadas durante o emprego operacional das embarcações; - Foram adicionadas mais unidades, tendo em vista ser um serviço emergencial; - Cálculo: 10 unidades.
75	16306	Serviço de recuperação de rabeta de motor de popa Mercury/Yamaha, potência 40 a 60 HP, incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	SV (uma unidade equivale a um serviço)	10	10	1	- A 2ª Bda Inf Sl possui cerca de 40 (trinta) motores de popa Mercury/Yamaha, potência 40 a 60 HP; - Devido ao leite pedregoso do Rio Negro, estima-se que, no período de 1 ano, pelo menos 05 (cinco) rabetas danificadas durante o emprego operacional das embarcações; - Foram adicionadas mais unidades, tendo em vista ser um serviço emergencial; - Cálculo: 10 unidades.

FL Nº 562
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)

"BRIGADA ARARIGBÓIA"

SRP 5/2023 – Processo Administrativo n. 64125.000575/2023-01

JUSTIFICATIVA EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS, CONFORME SOLICITADO PELO PARECER n. 01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

1. Considerando as recomendações do Parecer Nr **01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU**, sobre as questões ambientais, informo que para elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi considerado para boa prática o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, inclusive uma recomendação do TCU para fins de aplicação nas licitações.
2. Porém, após análise preliminar das empresas que responderam a pesquisa de preços bem como das empresas que participaram da licitação mais recente realizada pela 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515 – SRP 62022), constatou-se que as empresas do ramo pertinente não possuem cadastro do Cadastro Técnico Federal CTF-IBAMA, de acordo com consulta realizada no site https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php .
3. Após a consulta das empresas:
   a) TECDIESEL COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS 33.775.729/0001-99 - "*CPF / CNPJ não encontrado.*".
   b) A.DE.C PEREIRA DE ALENCAR-ME 17.836.210/0001-17; ÉDIO S.A DOS SANTOS – ME 11.911.218/0001-14 - "*CPF / CNPJ não encontrado.*"
   c) N.FJ E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA 35.013.623/0001-83 - "*CPF / CNPJ não encontrado.*".
   d) SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI 07.270.480/0001-50 - "*CPF / CNPJ não encontrado.*".

e) LUIS OTAVIO DOS SANTOS 31.600.035/0001-95 *"CPF / CNPJ não encontrado."*.

f) M. COMERCIO REPRESENTACOES SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA **03.293.923/0001-77** – *"Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa informada NÃO possui Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal emitido.*, de acordo com o sistema do IBAMA."

g) GLOBALSUPPLIER COMERCIO DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO EIRELI **08.794.436/0001-01** – *'Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa informada NÃO possui Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal emitido.*, de acordo com o sistema do IBAMA"

h) MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS – EIRELI **22.899.299/0001-09,** *"Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa informada NÃO possui Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal emitido.*, de acordo com o sistema do IBAMA";

i) AUTO PECAS E FERRAGENS PEREIRA EIRELI **84.457.639/0001-90.**

j) SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA 08.739.131/0001-05.

k) ENGEWORK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNICOS EIRELI 05.434.521/0001-70.

l) Para as empresas "i", "j" e "k" consta *"Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa jurídica acima possui Certificado de Regularidade em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP."*

4. Com base nas consultas realizadas no site do IBAMA "http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php" foram realizadas 12 consultas de empresas sendo que 3 possuem certificado do IBAMA, (destas uma é da cidade de Manaus/AM - AUTO PECAS E FERRAGENS PEREIRA EIRELI ; as outras duas são de outros Estados SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA do Pará e ENGEWORK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNICOS EIRELI Assim sendo, para evitar restringir a participação das empresas no certame bem como a possibilidade de haver licitação frustrada e redução da competitividade, a exigência do CTF acaba de Brasília)

5. Considerando que a exigência do IBAMA não foi inserida no edital, uma vez que poderia haver restrições nas participações de empresas na licitação, o que poderia provocar redução da concorrência e por consequência também a redução da vantajosidade para a Administração Pública.

6. Com base na análise, foram adotadas as exigências adequadas ao SRP 5/2023, Serviços de contratação de empresa para a manutenção de embarcações, conforme as exigências apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

7. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no artigo 3º,"caput", da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

a) definir os critérios e práticas sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto dacontratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratadaou requisito previsto em lei especial combinado com o art. 28, V, segunda parte, ou art. 30, IV,ambos da Lei nº 8.666, de 1993;

b) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e, grifei,

c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável(obrigatório nos casos de pregão eletrônico e boa prática nos demais casos).

8. Também, junto ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada, consta na página 42 transcrição do Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU a seguinte ementa:

"...

II. *A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões;"*

FL Nº 571
Rubrica

Anexos:

a. Os comprovantes das empresas supracitadas junto ao site do IBAMA;
b. Relação das empresas que participaram da última licitação da 2ª Bda Inf Sl (160515 – SRP 6/2022); e
c. Página 42 transcrição do GNCS, 5ª edição, onde consta o trecho do Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU.

Quartel em São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de julho de 2023

GUILHERME **NATHAN** THOMAZ RIBEIRO – **2º Ten**

Chefe da Equipe de Planejamento

Quartel em São Gabriel da Cachoeira/AM, 28 de julho de 2023

THIAGO **AIRES** VIEIRA – **Maj**

Respondendo como Ordenador de Despesas das Atividades Meio e Finalística da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls Nº 512

Ass:

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ: 17.836.210/0001-17

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 573

Ass:

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ* 17.836.210/0001-17

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 574

Ass:

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ* 35.013.623/0001-83

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 575

Ass.

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ* 33.775.729/0001-99

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 576

Ass:

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ* 11.911.218/0001-14

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 577

Ass:

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º: [illegible] Data da consulta: [illegible] CR emitido em: [illegible] CR válido até: [illegible]

Dados básicos

CNPJ: [illegible]

Razão social: [illegible]

Nome fantasia: [illegible]

Data de abertura: [illegible]

Endereço

Logradouro: [illegible] Complemento:

Nº: [illegible] Município: MANAUS

Bairro: [illegible] UF: AM

CEP: [illegible]

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Categoria	Detalhe
21 - Atividades não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981	28 - Conversão de sistema de Gás Natural - Resolução CONAMA nº 291/2001
22 - Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981	8 - Outras obras de infraestrutura - Lei nº 6.938/1981, art. 10
18 - Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	7 - Comércio de produtos químicos e produtos perigosos
18 - Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	60 - Depósito de produtos químicos e produtos perigosos - Lei nº 12.305/2010

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa jurídica acima possui Certificado de Regularidade em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O certificado de regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade do CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Fechar

Fls Nº 573

Ass:

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro nº: 5403797 Data da consulta: 11/07/2023 CR emitido em: 10/05/2023 CR válido até: 10/05/2024

Dados básicos

CNPJ: 05.735.151/0001-05

Razão social: SANTA HELENA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Nome fantasia: SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

Data de abertura: 28/03/2007

Endereço

Logradouro: AV. ARY PINHEIRO Complemento: CIDADE NOVA VI

Nº: 661 Município: ANANINDEUA

Bairro: GUAJUBIRO UF: PA

CEP: 67145-000

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Categoria	Detalhe
6 - Industria de Material de Transporte	3 - Fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes
4 - Industria Mecânica	1 - Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessorios com e sem tratamento térmico ou de superfície

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa jurídica acima possui Certificado de Regularidade em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O certificado de regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade do CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Fechar

Fls Nº 579

Ass:

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ: 07.270.480/0001-50

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 580

Ass:

CPF / CNPJ não encontrado

CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE – CR

Identificação da Pessoa

CPF/CNPJ* 31.600.035/0001-95

Consultar Voltar

(*) preenchimento obrigatório

Fls Nº 531

Ass:

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro nº: 4774630 Data da consulta: 11/07/2023 CR emitido em: 11/07/2023 CR válido até: 10/10/2023

Dados básicos

CNPJ: 05.434.521/0001-70

Razão social: ENGENWORK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA

Nome fantasia: ENGENWORK COMERCIO E SERVIÇO

Data de abertura: 12/11/2002

Endereço

Logradouro: QL 08 BLOCO A LOJAS 28 e 29 SALA 304 - EDF. GUARANI Complemento: ED. GUARANI

Nº: 02 Município: BRASILIA

Bairro: GUARA UF: DF

CEP: 71804-230

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Categoria	Detalhe
4 - Indústria Mecânica	1 - Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície
22 - Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981	8 - Outras obras de infraestrutura - Lei nº 6.938/1981 art. 10

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa jurídica acima possui Certificado de Regularidade em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O certificado de regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade do CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Fechar

Fls Nº 582

Ass:

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

IBAMA
M M A

Registro n.º: 7150843 Data da consulta: 11/07/2023 CR emitido em: CR valido até:

Dados basicos

CNPJ: 03.[illegible].923/0001-77

Razão social: M COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa informada NÃO possui Certificado de Regularidade do Cadastro Tecnico Federal emitido.

A emissão de Certificado de Regularidade depende de Comprovante de Inscrição ativo de pessoa física ou jurídica em Cadastro Técnico Federal, bem como de não haver outros impeditivos por descumprimento de obrigações cadastrais e prestação de informações ambientais.

Fechar

Fls Nº 583

Ass:

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º: 6770044 Data da consulta: 11/07/2023 CR emitido em: CR válido até:

Dados básicos

CNPJ: 08.784.440/0001-01

Razão social: GLOBALSUPPLIER COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa informada NÃO possui Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal emitido.

A emissão de Certificado de Regularidade depende de Comprovante de inscrição ativo de pessoa física ou jurídica em Cadastro Técnico Federal, bem como de não haver outros impeditivos por descumprimento de obrigações cadastrais e prestação de informações ambientais.

Fechar

Fls Nº 534

Ass:

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º: 7186092 Data da consulta: 11/07/2023 CR emitido em: CR válido até:

Dados básicos

CNPJ: 22.899.289/0001-09

Razão social: MECATRON TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI EPP

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa informada NÃO possui Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal emitido.

A emissão de Certificado de Regularidade depende de Comprovante de Inscrição ativo de pessoa física ou jurídica em Cadastro Técnico Federal, bem como de não haver outros impeditivos por descumprimento de obrigações cadastrais e prestação de informações ambientais.

Fechar

Fls Nº 695

Ass:

DOCUMENTOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO (Anexos enviados no cadastro de propostas)

UASG 160515 - COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Pregão Nº 62022 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

Fornecedor	Anexo	Tipo	Enviado em:
84.457.639/0001-90 - AUTO PECAS E FERRAGENS PEREIRA EIRELI	PROPOSTA PE 6 - 2022 - AUTO PECAS E FERRAGENS PEREIRA.pdf	Proposta	17/06/2022 15:47
08.739.131/0001-05 - SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA	PROPOSTA 6 2022 2º BrgInfSl MNT FERRY BOAT 01.pdf	Proposta	21/06/2022 15:23
08.794.436/0001-01 - GLOBALSUPPLIER COMERCIO DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO EIRELI	Proposta de Preços Pregão Eletronico 06.2022.pdf	Proposta	21/06/2022 17:43
17.836.210/0001-17 - A DE C PEREIRA DE ALENCAR E CIA LTDA	PROPOSTA PE - 06 - 2022 A DE C.pdf	Proposta	22/06/2022 17:10
03.293.923/0001-77 - M. COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	PROPOSTA ATUALIZADA.pdf	Proposta	22/06/2022 17:43
35.013.623/0001-83 - N.F.I E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA	PROPOSTA 2A.BRIGADA SGC 22.06.pdf	Proposta	22/06/2022 19:08
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	PROPOSTA SUPPLY EB PREGAO 06 2022 assinado.pdf	Proposta	23/06/2022 08:39
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	falencia e concordata SUPPLY JUN (2).pdf	Proposta	23/06/2022 09:29
22.899.299/0001-09 - MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS - EIRELI	PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO 06-2022 - 2º BIS - AM - MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÃO.pdf	Proposta	23/06/2022 09:34
31.600.035/0001-95 - LUIS OTAVIO DOS SANTOS	PROPOST 2BDA INF SL 062022 new.pdf	Proposta	23/06/2022 09:48
05.434.521/0001-70 - ENGEWORK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNICOS EIRELI	PROPOSTA - 2º BIS - SRP 62022 - ENGEWORK.pdf	Proposta	23/06/2022 10:19
84.457.639/0001-90 - AUTO PECAS E FERRAGENS PEREIRA EIRELI	HABILITAÇÃO AUTO PECAS E FERRAGENS PEREIRA.zip	Habilitação	17/06/2022 15:45
08.739.131/0001-05 - SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA	PE 6 2022 MN EMBARCAÇÕES.rar	Habilitação	21/06/2022 15:23
08.739.131/0001-05 - SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA	NIVEL V - QUALIFICAÇÃO TECNICA ATESTADOS.rar	Habilitação	21/06/2022 15:24

Fls Nº 586

Ass:

08.739.131/0001-05 - SANTA HELENA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA	NIVEL V - QUALIFICAÇÃO TECNICA CATS.rar	Habilitação 21/06/2022 15:25
08.794.436/0001-01 - GLOBALSUPPLIER COMERCIO DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO EIRELI	Documento P. Eletronico 06.2022.zip	Habilitação 21/06/2022 18:24
05.434.521/0001-70 - ENGEWORK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNICOS EIRELI	HABILITAÇÃO - 2ª BIS - SRP 62022 - ENGEWORK.zip	Habilitação 22/06/2022 11:01
17.836.210/0001-17 - A DE C PEREIRA DE ALENCAR E CIA LTDA	HABILITAÇÃO PE - 06 - 2022 A DE C.zip	Habilitação 22/06/2022 17:12
03.293.923/0001-77 - M. COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	HABILITAÃ‡Ã£O - PE - 06 - 2022 - 2 BATALHÃ£O DE INFANTARIA DE SELVA.rar	Habilitação 22/06/2022 17:27
35.013.623/0001-83 - N.FJ E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA	PLAN_CUSTO_2A.BRIGADA_22.06.pdf	Habilitação 22/06/2022 19:20
35.013.623/0001-83 - N.FJ E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA	ATC_CECMA_sv.embarcaçao.pdf	Habilitação 22/06/2022 19:20
35.013.623/0001-83 - N.FJ E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA	ATC_Igreja_adv..pdf	Habilitação 22/06/2022 19:20
35.013.623/0001-83 - N.FJ E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA	ATC_NAATIVA_ManutençaoGerador.pdf	Habilitação 22/06/2022 19:21
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	ARCEVO ENG PEDRO CUNHA - SENAI EB MANAUS.pdf	Habilitação 22/06/2022 20:11
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	ART BARCAÇA ENG PEDRO CUNHA.pdf	Habilitação 22/06/2022 20:13
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	CAT C ATESTADO CONSTRUÇÃO AGENCIA FLUTUANTE ENG PEDRO CUNHA.pdf	Habilitação 22/06/2022 20:13
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	CAT COM ATESTADO HERMASA AM.pdf	Habilitação 23/06/2022 07:16
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	CAT ENG PEDRO INSTALAÇÃO REDES.pdf	Habilitação 23/06/2022 07:53
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	consultarSituacaoFornecedor SUPPLY LOGISTICS EM 23 06 22.pdf	Habilitação 23/06/2022 08:41
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	certidao SUPPLY CREA.pdf	Habilitação 23/06/2022 08:56
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	ARCEVO ENG PEDRO CUNHA - SUPPLY 7 (1) SAMAUMA E EB.pdf	Habilitação 23/06/2022 08:58
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E	CAT COM ATESTADO SUPPLY ECOMARINE REG CREA RJ.pdf	Habilitação 23/06/2022 09:01

Fls Nº 50

Ass:

CONSTRUCAO NAVAL EIRELI		
31.600.035/0001-95 - LUIS OTAVIO DOS SANTOS	CASSI CND EST.pdf	Habilitação 23/06/2022 09:12
07.270.480/0001-50 - SUPPLY COMERCIO E CONSTRUCAO NAVAL EIRELI	Certidão Acervo Técnico Prof - CREA RJ - LOTE 01.pdf	Habilitação 23/06/2022 09:24
22.899.299/0001-09 - MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS - EIRELI	PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO.rar	Habilitação 23/06/2022 09:35
31.600.035/0001-95 - LUIS OTAVIO DOS SANTOS	DOCS QUE NÃO CONSTAM NO SICAF.zip	Habilitação 23/06/2022 10:13
31.600.035/0001-95 - LUIS OTAVIO DOS SANTOS	Certidao8268074.pdf	Habilitação 23/06/2022 10:18

Ao lado dos fundamentos jurídicos gerais, acima sugeridos, deverão ser utilizados outros instrumentos normativos originários de diversificados órgãos públicos (Ibama, CONAMA, Inmetro e outros), de acordo com o objeto licitado.

Para consulta à legislação ambiental, sugerimos verificar o Painel de Legislação Ambiental, na página do Ministério do Meio Ambiente, no endereço Microsoft Power BI. O Painel de Legislação Ambiental abrange leis, medidas provisórias, e diversos atos normativos, tais como decretos, portarias, instruções normativas, relacionados à temática Meio Ambiente.

PARECER 00001/2021/CNS/CGU/AGU: ORIENTAÇÕES EM AQUISIÇÃO DE OBRAS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

O PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU foi elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade com o objetivo de orientar a atuação consultiva no que toca à adoção de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade em todas as fases das contratações públicas.

Consta de sua ementa:

> I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
>
> II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

Fls Nº 589

Ass:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

APENDIDE "B" DO ANEXO - I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÃO DAS PEÇAS/INSUMOS, CONFORME RECOMENDAÇÃO DO PARECER JURÍDICO PARECER n. 01662/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

Item	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QTD	VALOR UNIT.	V. TOTAL
1	Palheta propulsora de ferryboat, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme amostra e as seguintes especificações técnicas: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3"a 4", em liga de bronze e com 4 pás.	16306	SV	6	R$ 9.609,60	R$ 57.657,60
2	eixo do reversor de ferryboat, incluindo troca da luva do eixo, dos retentores, demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento e o balanceamento do eixo, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 a 229) e reversor de 4:1.	16306	SV	6	R$ 4.372,50	R$ 26.235,00
3	luva do eixo do reversor de ferryboat, incluindo a troca da chaveta, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3" a 4".	16306	SV	6	R$ 2.552,40	R$ 15.314,40
4	Serviço de soldagem da luva do eixo do reversor de ferryboat, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (serie 10, 12 e 229), reversor de 4:1 e eixo de 3" a 4".	16306	SV	10	R$ 2.400,00	R$ 24.000,00

5	Serviço de manutenção do reversor de ferryboat, modelo ZF 4:1 incluindo a desmontagem, troca dos discos de vante e ré, troca do reparo, troca do óleo e do filtro de óleo, troca dos retentores, troca dos rolamentos, demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, lubrificação e montagem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra e as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 e 229).	16306	SV	6	**R$ 7.862,40**	**R$ 47.174,40**
6	troca dos anéis, pistões e camisas, a troca da bomba d'água, a troca dos casquilhos e bronzinados com retífica de virabrequi, a troca da bomba de óleo, a troca da turbina, a troca de válvulas com retífica de sede, a troca de juntas e selos e a calibragem, e troca dos demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: motor eixo, com fornecimento de todo o material necessário diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10 12 a 229).	16306	SV	6	**R$ 10.319,40**	**R$ 61.916,40**
7	retífica de cabeçote do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de guias de válvulas, válvulas, retentores, a retífica de sede e a calibragem e a troca dos demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 2.948,40**	**R$ 17.690,40**
8	turbina do propulsor de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 2.702,70**	**R$ 16.216,20**
9	mufla do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 2.702,70**	**R$ 16.216,20**

10	Serviço de soldagem da mufla do propulsor de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	10	**R$ 859,95**	**R$ 8.599,50**
11	intercâmbiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas e anéis de vedação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 2.088,45**	**R$ 12.530,70**
12	incluindo a troca de juntas e anéis de vedação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 1.031,94**	**R$ 6.191,64**
13	radiador do propulsor de ferryboat, incluindo a troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 3.636,36**	**R$ 21.818,16**
14	troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	10	**R$ 859,95**	**R$ 8.599,50**
15	troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, selenóide (automático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	10	**R$ 515,97**	**R$ 5.159,70**
16	troca da placa de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 565,11**	**R$ 3.390,66**

17	incluindo a troca do retentor, gaxetas, eixos, rolamentos, polias e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 454,55**	**R$ 2.727,30**
18	incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 3.071,25**	**R$ 18.427,50**
19	incluindo as juntas do cabeçote, da tampa de válvulas, da admissão, do escape, do cárter e os selos do cabeçote, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	10	**R$ 1.842,75**	**R$ 18.427,50**
20	troca dos instrumentos de controle (temperatura da água, tensão das baterias e pressão do óleo), com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	16306	SV	3	**R$ 2.216,72**	**R$ 6.650,16**
21	a troca do contagiros do motor e calibragem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	16306	SV	3	**R$ 1.670,76**	**R$ 5.012,28**
22	troca da manete, cabos de direção, a regulagem e ajustes, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme a amostra.	16306	SV	6	**R$ 4.275,18**	**R$ 25.651,08**
23	instalação de alarmes sonoro e visual, indicativos de superaquecimento do motor, na praça de máquinas e no compartimento do prático, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado, marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 1.535,63**	**R$ 9.213,78**

24	incluindo a instalação de duto de ar ligando a entrada da turbina do propulsor ao ambiente externo á praça de máquinas, a instalação de tela de proteção na entrada do duto e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 1.031,94**	**R$ 6.191,64**
25	incluindo o alinhamento do propulsor-reversor-eixo, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229) e reversor de 4:1.	16306	SV	6	**R$ 1.793,61**	**R$ 10.761,66**
26	incluindo a troca de lâmpadas substituição de fiação antiga por novas, com bitola adequada e sem emendas, substituição de botões de acionamento e fusíveis e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a amostra.	16306	SV	3	**R$ 2.653,56**	**R$ 7.960,68**
27	incluindo a troca da bomba hidráulica e caixa de direção, reparo do pistão hidráulico, mangueiras, válvulas e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as seguintes especificações: compatível com motor diesel MWM 180 a 220 HP 6 cilindros turbinado intercoolerlado marinizado (série 10, 12 229).	16306	SV	6	**R$ 4.004,91**	**R$ 24.029,46**
28	incluindo a instalação e manutenção de antenas, sensores, sondas, ecossondas e visores, a instalação de fiações e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	3	**R$ 5.405,40**	**R$ 16.216,20**
29	incluindo a troca da grade de proteção, hélice, eixos, rolamentos, induzido e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra existente.	16306	SV	5	**R$ 2.039,31**	**R$ 10.196,55**
30	Serviço de manutenção de bomba de porão ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	16306	SV	6	**R$ 2.137,59**	**R$ 12.825,54**

31	troca da placa de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 565,11**	**R$ 3.390,66**
32	troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, selenoide (altomático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 333,96**	**R$ 2.003,78**
33	troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 2.358,72**	**R$ 14.152,32**
34	troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 2.850,12**	**R$ 17.100,72**
35	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: com compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 859,95**	**R$ 5.159,70**
36	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 3.144,96**	**R$ 18.869,76**
37	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 2.039,31**	**R$ 12.235,86**

38	troca dos diodos, a troca do regulador de eletrônico, a troca de rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 3.095,82**	**R$ 18.574,92**
39	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: com compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 4TNV98-GGE, potência 34, 1 kW (1.500 RPM) e 40, 8 kW (1.800 RPM).	16306	SV	6	**R$ 1.670,76**	**R$ 10.024,56**
40	incluindo a substituição do encanamento, válvulas e bomba de detritos, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, conforme amostra existente.	16306	SV	3	**R$ 8.746,92**	**R$ 26.240,76**
41	incluindo a substituição do encanamento com defeito ou vazamento, a recuperação/soldagem das áreas danificadas do teto, paredes e piso, a pintura com preparação da superfície, a instalação de lâmpadas, conduites, interruptores, chuveiros, ralos, torneiras, pias, espelhos, vasos sanitários e descargas, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	16306	SV	10	**R$ 4.643,73**	**R$ 46.437,30**
42	Serviço de substituição de bomba de detritos de ferryboat, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	16306	SV	3	**R$ 3.642,53**	**R$ 10.927,58**
43	substituição de bombas d'água, mangueiras 2 ½" diâmetro com 20m de comprimento, conectores, hidrantes, caixas, extintores de incêndio, ferramentas e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com pintura e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	16306	SV	3	**R$ 8.255,52**	**R$ 24.766,56**
44	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: fundo de embarcação: soldagem por solda elétrica Mig; ou por meio de eletrodo revestido; unidade de fornecimento/serviço: metro linear.	16306	SV	200	**R$ 564,57**	**R$ 112.914,00**
45	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: fundo da embarcação: soldagem por solda elétrica Mig; demais áreas soldagem por solda elétrica Mig ou por meio de eletrodo revestido; espessura mínima da chapa do casco:1/4; material da chapa: aço; unidade de fornecimento metro quadrado.	16306	SV	100	**R$ 785,50**	**R$ 78.549,67**

46	incluindo a preparação da superfície a ser soldada e a limpeza das soldas executadas com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: soldagem por solda elétrica Mig; unidade de fornecimento/serviço: metro linear.	16306	SV	100	**R$ 515,46**	**R$ 51.546,33**
47	retirada da chapa existente, a limpeza da área a ser renovada, a preparação da chapa nova, com recorte e pintura de fundo anticorrosivo, a soldagem da chapa nova na embarcação e a limpeza das soldas executadas, com o fornecimento de todo o material necessário para execução do serviço, e conforme as especificações: soldagem por solda elétrica Mig; espessura da chapa: 4mm ou 6mm, conforme amostra; material da chapa: alumínio; unidade de fornecimento: metro quadrado.	16306	SV	50	**R$ 785,50**	**R$ 39.274,83**
48	troca de placas de diodos, regulador de tensão, carvões, relês, estator, rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	4	**R$ 515,46**	**R$ 2.061,85**
49	Serviço de manutenção e limpeza de motor de partida do gerador de catamarã até 45 pés, incluindo a troca de escovas, porta-escovas, buchas, bendix, induzido, solenóide (automático) e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	4	**R$ 441,85**	**R$ 1.767,41**
50	incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 2.896,65**	**R$ 5.793,31**
51	troca de juntas, anéis de vedação e mangueiras, com o fornecimento com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 2.921,16**	**R$ 5.842,31**

52	compreende a excitação da geratriz, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 859,11**	**R$ 1.718,21**
53	compreende o rebobinamento da geratriz com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 4.565,86**	**R$ 9.131,71**
54	compreende o balanceamento dinâmico, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 859,11**	**R$ 1.718,21**
55	troca dos diodos, a troca do regulador de eletrônico, a troca de rolamentos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 5.093,57**	**R$ 10.187,15**
56	substituição da ignição e do botão de partida e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 1.129,14**	**R$ 2.258,27**
57	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com grupo-gerador marca Yanmar, modelo 3TNV82A-GGE, potência 11 kW (1.500 RPM) e 13, 2 kW (1.800 RPM).	16306	SV	2	**R$ 1.534,14**	**R$ 3.068,28**
58	troca da manete, cabos de direção, a regulagem e ajustes, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	16306	SV	3	**R$ 2.921,16**	**R$ 8.763,47**
59	substituição dos instrumentos danificados (conta-giros, velocímetro, trim, voltímetro, pressão óleo e temperatura) e calibragem, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme amostra.	16306	SV	2	**R$ 2.407,86**	**R$ 4.815,72**

60	troca de lâmpadas, substituição de fiação antiga por novas, com bitola adequada e sem emendas, substituição de botões de acionamento e fusíveis e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a amostra.	16306	SV	2	**R$ 4.609,98**	**R$ 9.219,97**
61	recuperação dos comandos elétricos, o reparo/substituição dos cilindros hidráulicos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço conforme a especificações: motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP	16306	SV	4	**R$ 5.282,55**	**R$ 21.130,20**
62	substituição da ignição e do botão de partida e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme a especificações: motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP.	16306	SV	2	**R$ 859.95**	**R$ 1.719,90**
63	incluindo a troca de todos os elementos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com a aferição de pressão e com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: compatível com motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP.	16306	SV	4	**R$ 4.422,60**	**R$ 17.690,40**
64	diagnóstico eletrônico do motor com scanner, remoção das falhas e a substituição do filtro de diesel do motor, pré-filtro, filtro de óleo do motor, óleo do motor, óleo da rabeta, filtro de ar, arruela do bujão do óleo da rabeta, kit anodo Bravo, kit oring de vedação da rabeta, anoto trocador de calor, rotor da bomba d'água, correia da direção hidráulica, correia do alternador, líquido de arrefecimento e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço e conforme as especificações: o serviço e conforme as especificações: o serviço deve ser compatível com a revisão de 300 horas previstas no manual do fabricante para o motor de centro Mercury QSD 2.8 220 HP e realizado nos 2 (dois) motores da embarcação.	16306	SV	4	**R$ 6.560,19**	**R$ 26.240,76**
65	o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	16306	SV	3	**R$ 1.056,51**	**R$ 3.169,53**
66	fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra existente.	16306	SV	3	**R$ 761,67**	**R$ 2.285,01**

67	preparação da superfície a ser pintada, as inscrições e fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, e conforme as especificações: embarcação do tipo catamarã até 45 pés.	16306	SV	1	**R$ 4.127,76**	**R$ 4.127,76**
68	preparação da superfície a ser pintada, a aplicação de fundo anticorrosivo, as inscrições e o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	2	**R$ 3.415,23**	**R$ 6.830,46**
69	substituição do casco do fundo e das laterais, verificação da estrutura do casco e soldagem dos pontos necessários, instalação de sobrepiso removível de alumínio antiderrapante na embarcação, instalação de perfil (arcos) unindo o teto à estrutura da embarcação, substituição do teto rígido de alumínio naval, rebaixamento da popa para adequar a embarcação à altura do motor de popa empregado nela, recondicionamento do comando e instalação de banco estofado giratório e removível para o prático da embarcação, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, conforme amostra e as seguintes especificações: espessura mínima da chapa do casco 4mm soldagem por meio de eletrodo revestido e solda elétrica, material do teto: alumínio.	16306	SV	2	**R$ 10.319,40**	**R$ 20.638,80**
70	substituição de peças da rabeta, rotante, e contra rotanServiço de recuperação de rabeta de motor de popate, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	2	**R$ 6.339,06**	**R$ 12.678,12**
71	incluindo a substituição das bombas de combustível, todos os filtros, velas, relés, fusíveis, recuperação do sistema elétrico, troca de sensores e atuadores, substituição das tubulações de água e de combustível, a medição do bloco do motor, cabeçote e árvore da manivela, o bronilamento, substituição de pistões, anéis, bielas, casquilhos, juntas e sedes de válvulas, a substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos, e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	6	**R$ 6.388,20**	**R$ 38.329,20**
72	substituição de peças da rabeta, rotante e contra rotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	2	**R$ 5.380,83**	**R$ 10.761,66**

73	incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	2	R$ 4.889,43	R$ 9.778,86
74	incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	10	R$ 4.864,86	R$ 48.648,60
75	incluindo a substituição de peças da rabeta, rotante e contrarotante, como engrenagens e eixos e demais itens necessários para garantir seu perfeito funcionamento, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço.	16306	SV	10	R$ 4.127,76	R$ 41.277,60
VALOR TOTAL (SOMA DE TODOS OS GRUPOS/ITENS)						**R$ 1.339.218,70**

VALOR GRUPO I (ITENS 1 a 26)	**R$ 72.241,23**
VALOR GRUPO II (ITENS 31 a 39)	**R$ 16.918,71**
VALOR GRUPO III (ITENS 40 e 41)	**R$ 13.390,65**
VALOR GRUPO IV (ITENS 44 a 47)	**R$ 2.651,03**
VALOR GRUPO V (ITENS 50 a 57)	**R$ 19.858,73**
VALOR GRUPO VI (ITENS 58 a 64)	**R$ 27.064,29**
VALOR GRUPO VII (ITENS 68 E 69)	**R$ 13.734,63**
VALOR GRUPO VIII (ITENS 70 e 71)	**R$ 12.727,26**

São Gabriel da Cachoeira, AM, 27 de julho de 2023.

GUILHERME **NATHAN** THOMAZ RIBEIRO – **2º Ten**
Chefe da Equipe da Planejamento

FL Nº 601
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTIO DE SELVA

TERMO DE ENCERRAMENTO
VOLUME III

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2023

UG 160515

Aos 27 dias do mês de julho do ano de 2023, procedo o encerramento do volume nº 03 (três), do processo NUP 64125.000575/2023-01, que encerra na folha 601.

JONATAN ROBERTO COSTA DA ROSA – 2º Sgt
Pregoeiro